

HISTÓRIA viva

tt
Duetto

A vida de **YASSER ARAFAT**, voz e rosto da causa palestina

Os colonos **PURITANOS** chegam ao Massachusetts para forjar uma nação

OS PRIMEIROS CRISTÃOS

Déspotas e sanguinários, os **ROMANOV** encontram na Revolução Russa o seu destino trágico

Nas **MISSÕES GUARANIS**, as primeiras manufaturas da América Latina

MONÇÕES, o difícil caminho para chegar às minas do Cuiabá

COMO A NOVA
FÉ SAIU DE
JERUSALÉM
PARA O MUNDO

Os discípulos Pedro e João caminhando rumo ao sepulcro de Jesus, quando anunciada a Ressurreição

E MAIS: A ARTE RUPESTRE NO NORDESTE BRASILEIRO; O SURGIMENTO DAS UNIVERSIDADES; O TEMPO EM CAMADAS RECobre O MONTE DE SAINT-MICHEL; E TUDO O QUE ACONTECE EM HISTÓRIA EM CARTAZ



HISTÓRIA viva

Duetto
EDITORIAL

Alostre que o lápis
do seu aluno funciona
como varinha de condão.

34º Concurso Internacional de Redação de Cartas para Jovens Tema: "Carta a meu personagem de contos de fadas favorito"

Era uma vez um professor de escola que estimulou todos os alunos a participar do Concurso Internacional de Redação de Cartas promovido pela União Postal Universal (UPU) e os Correios. O concurso tem três etapas: estadual, nacional e internacional. O aluno e sua escola, vencedores da etapa estadual, recebem como prêmio um DVD. Na etapa nacional, ambos ganham um computador. E o autor da carta vencedora da etapa internacional vai conhecer a Dinamarca. Para mais informações, acesse www.correios.com.br ou procure a área de Recursos Humanos das Diretorias Regionais dos Correios em seu estado.

HISTÓRIA viva

SUMÁRIO

28 DOSSIÊ: OS PRIMEIROS CRISTÃOS

Como os apóstolos de Jesus disseminaram a nova fé, transformando um núcleo de 12 homens em uma comunidade de três mil fiéis

52 O ALVORECER DAS UNIVERSIDADES

O surgimento dos primeiros centros de ensino, gerados pela sede de conhecimento no seio de ordens religiosas, na Idade Média

60 O COMEÇO DOS ESTADOS UNIDOS

A saga da chegada dos puritanos europeus, que em busca do ideal de "bom governo" deram início ao povoamento do país

68 A QUEDA DOS ROMANOV

Como o núcleo da família imperial czarista foi fuzilado por revolucionários do movimento bolchevique, na sequência da tomada do poder

78 EXPRESSIONISMO PRIMITIVO

A arte rupestre do Semi-Árido nordestino, em 280 sítios arqueológicos distribuídos entre o Piauí e Minas Gerais

84 MISSÕES, FÉ E INDÚSTRIA

Os Trinta Povos Guaranis forjaram o primeiro pólo industrial sul-americano, sepultado por interesses de Portugal, Espanha e Inglaterra

90 EXPLORADORES DOS RIOS

O papel das monções, que abriram caminho em direção às minas do Cuiabá, como fator de integração do território nacional

A chegada dos peregrinos a Massachusetts, óleo sobre tela de Antonio Gisbert, 1864





18

Passeio de bonde: atração do Memorial do Imigrante

6 CARTAS

8 HISTÓRIA EM CARTAZ

Principais eventos, exposições, livros, filmes e as mais recentes descobertas e pesquisas

18 MEMORIAL DO IMIGRANTE

Onde conhecer a aventura dos que atravessaram o oceano com o sonho de fazer a América, em especial nas terras idealizadas do Brasil

20 HISTORIOGRÁFICO

Os movimentos que marcaram a eclosão do golpe de 1964



22

22 BIOGRAFIA – YASSER ARAFAT

Como um jovem estudante da universidade do Cairo personificou a causa palestina

74 DESTINOS

O monte Saint-Michel, na França, milenar atração turística e centro de cultura

97 CRUZADA HISTÓRICA

Um desafio para os aficionados

98 ÚLTIMA PÁGINA

Marco Antonio Villa discorre sobre federalismo e centralismo, à luz da história



Antropofagia, de Tarsila do Amaral: modernistas no MAM

HISTÓRIA viva

www.historiaviva.com.br

DIRETOR GERAL: Alfredo Nastari
DIRETORA ADJUNTA: Ana Luisa Astiz

REDAÇÃO
redacao@historiaviva.com.br
EDITOR: Mirian Ibañez
EDITOR-ASSISTENTE: Frank de Oliveira

EDITORA DE ARTE: Simone Oliveira Vieira
ASSISTENTE DE ARTE: Monique Bruno Elias
ICONOGRAFIA: Pietra Stefania Diwan (coordenação) e Sílvia Nastari (assistente)
PRODUTOR GRÁFICO: Nelson Morell
REVISORES: Edna Adorno (coordenação), Luiz Roberto Malta e Marta Almeida de Sá

Historia

www.historia.presse.fr

Pierre Baron, directeur de la rédaction
Patricia Crété, rédacteur en chef
Patrick Morvant, premier secrétaire de rédaction
Catherine Decouan, secrétaire de rédaction

História Viva é uma publicação da Ediouro, Segmento-Duetto Editorial Ltda., empreendimento conjunto das editoras Segmento e Ediouro. Os artigos internacionais que fazem parte de História Viva constituem a edição brasileira de História, editada pelas Publicações Tallandier (França).

Duetto

Rua Cunha Gago, 412, cj. 33 – Pinheiros – São Paulo – SP
05421-001 – Tel./Fax: (11) 3039-5633

COMITÊ EXECUTIVO
Jorge Carneiro, Edmilson Cardial,
Luiz Fernando Pedrosa e Alfredo Nastari

PUBLICIDADE
publicidade@historiaviva.com.br
DIRETOR DE PUBLICIDADE
Antonio Sabino de Souza
REPRESENTANTES DE PUBLICIDADE
BRASÍLIA: Singulare Publicidade – Magda Dias (61) 344-5181
Cel.: (61) 9982-7409 (basilia@editorasegmento.com.br)
INTERNATIONAL SALES
MULTIMEDIA, INC. Tel.: +1-407-903.5000
info@multimediausa.com

PLANEJAMENTO E CONTROLE
Fábio Farná (gerente) e Siumara Celeste (assistente)

MARKETING
DIRETOR: Carlos C. Arruda
VENDAS AVULSAS: Carla Lemes (coordenação)
ASSINATURAS: Fátima de Oliveira (coordenação) e Daniela de Oliveira
PLANEJAMENTO E INTERNET: Mariana Monné (coordenação)
PROPAGANDA: Carolina Conde
PROMOÇÃO: Sílvia Campos

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 3039-5601

atendimento@duettoeditorial.com.br
NOVAS ASSINATURAS
queroassinar@duettoeditorial.com.br
EDIÇÕES AVULSAS E ESPECIAIS
edicoesavulsas@duettoeditorial.com.br
OUVIDORIA
ouvidoria@duettoeditorial.com.br

História Viva, nº 17, ISSN 1679-656X. Distribuição com exclusividade para todo o Brasil: Dinap S.A. Estrada Velha de Osasco, 132. Números atrasados podem ser solicitados ao seu jornaleiro ou na central de atendimento ao leitor (11) 3039-5601 ao preço da última edição acrescido dos custos de postagem. Distribuição com exclusividade em Portugal: Midesa.

IMPRESSÃO: Ediouro Gráfica

DIRETOR RESPONSÁVEL
Alfredo Nastari

ANER FIPP IVZ

Os discípulos Pedro e João correndo para o sepulcro na manhã da ressurreição, 1898, Eugene Burnand. Localizada no Museu Orsay, Paris, França. © THE BRIDGEMAN ART LIBRARY / KEYSTONE



EDITORIAL

A missão dos pioneiros

Marco no calendário do mundo ocidental, o cristianismo – só em sua faceta católica – tem mais de 900 milhões de fiéis no mundo inteiro. Desse total, 125 milhões são brasileiros. Há outras religiões que partem do mesmo princípio de fé: a vinda do Messias, Jesus Cristo, no ano I da nossa era. Neste princípio do Terceiro Milênio após a crucificação e morte desse que foi um cidadão de Nazaré e fez sua história em Jerusalém, sua inspiração permanece.

Começou, porém, com um pequeno núcleo de 12 apóstolos, que ele mesmo escolheu para falar em seu nome. Rapidamente, depois de sua morte e – segundo as escrituras sagradas – ressurreição, esses arautos já haviam convencido 3 mil pessoas a juntar-se a eles. Era uma opção arriscada, nos amplos territórios do Império Romano por onde se espalhou a chamada “boa nova”. E esse é o aspecto, o dos martírios a que foram expostos os crentes, talvez mais conhecido do tema, que ao longo do tempo tem sido tratado à exaustão por diferentes meios de comunicação, inclusive o cinema, via superproduções. Depois dos relatos sobre o próprio Cristo.

História Viva elegeu outro foco. Analisa justamente o trabalho desses homens que saíram pelo mundo conhecido, na tarefa de propagar os ensinamentos de seu mestre. Em um primeiro momento, convenciam exclusivamente pela palavra, pois nem sequer documentos existiam. Eram homens rudes, andarilhos que aos poucos construíram uma comunidade solidária, hospitaleira. Muitas vezes obrigada, nos três primeiros séculos de existência, a esgueirar-se em subterrâneos para manter acesa a chama de sua fé, hoje partilhada por milhões de pessoas, além dos católicos.

Como se vê, é de pequenos movimentos que surgem grandes transformações. É da firme crença num ideal que se faz a história. Viva, portanto.

Mirian Ibañez, editora



O fundamentalismo dos cristãos

AGRADECIMENTO

Quando era inspetor de alunos numa escola pública, fazia questão de levar as revistas da Duetto para divulgar seus assuntos empolgantes, como a teoria do multiverso, Comuna de Paris, Alexandre, o Grande, pílula do esquecimento, entre tantos outros. São assuntos que me fizeram mudar drasticamente a idéia da relação trabalho/lazer. Muito obrigado.

ANDERSON LUÍS AMARAL
Por e-mail

ATITUDE PANFLETÁRIA

Causou-me surpresa, no número de janeiro, o texto "Extremismo em discussão". Há excessos provocados pelo nacionalismo americano, como há também excessos dos russos e chineses, que não foram citados. O neoliberalismo foi citado como exemplo de fanatismo. Esta palavra parece ser um chavão que pode abarcar várias coisas. Seria a eventual defesa de práticas capitalistas um fato grave? Seria uma forma de fanatismo? A defesa de sistemas socialistas também seria fanatismo? Noto nos textos franceses (traduzidos) preocupação com a seriedade e o equilíbrio, ou seja, o inverso de atitudes panfletárias. Penso que este tipo de atitude cabe em partidos políticos e, seguramente, não melhora a revista.

PAULO ÁREAS
Por e-mail

O texto resenha o livro do historiador Jaime Pinsky, a quem são creditadas as opiniões.

CRUZADAS 1

O dossiê sobre as cruzadas reflete um dos princípios básicos da pesquisa histórica: a divulgação da versão cultural de cada povo envolvido.

CÁSSIO DE SOUZA
Por e-mail

CRUZADAS 2

Eis a diferença entre a cultura ocidental e a oriental árabe. Enquanto estudamos nossos erros, visando não repeti-los, "nos livros escolares (árabes) as crianças aprendem que seu povo, tolerante e aberto, viu-se invadido por europeus fanáticos, interessados nas riquezas de seus territórios" e, como "a história se repete reiteradamente", aprendem a ter os ocidentais como inimigos mortais. Tais lições não mostram um povo aberto, como a parcial (de parcialidade ideológica mesmo) **História Viva** apregoa.

HENRIQUE BALTAZAR DOS SANTOS
Por e-mail

O texto se refere ao que as crianças aprendem em seu próprio espaço. Trata-se de informar o que acontece lá, sob a visão local – um exemplo, portanto, de imparcialidade ideológica.

CRUZADAS 3

Para os aficionados no tema das Cruzadas (abordado em **História Viva** nº 15), recomendo o livro *Historicamente correto*, de Jean Sévillia. O autor acaba com o tabu de que os cruzados eram os vilões e os orientais as vítimas, explicando e demonstrando que as atrocidades existiam de ambos os lados.

CHARLES-EDOUARD WINANDY
Por e-mail

MADEIRA-MAMORÉ

Parabéns pela edição sobre a ferrovia Madeira-Mamoré. Eu a li bem antes do lançamento da minissérie, à qual

JOSEPH MEISTER

Na edição nº15, na matéria sobre a raiva, li o nome Joseph Meister, na litografia. Gostaria de saber quem foi este personagem.

FABIO MEISTER GEISS
Por e-mail

Joseph Meister, um menino da Alsácia, em 1885, foi mordido por um cão raivoso. Seu destino era a morte certa, depois de uma lenta e terrível agonia. Levado ao mestre Louis Pasteur, recebeu a vacina anti-rábica – uma decisão sob risco, uma vez que o medicamento ainda não havia sido testado. Restabeleceu-se e, anos depois, foi trabalhar como porteiro no próprio Instituto Pasteur.

não vale mais a pena assistir, devido ao defeito crônico dos especialistas em TV de exagerar na dose de açúcar e falhar na inserção das tramas no contexto histórico. Acredito mais em **História Viva** que no melodrama, após cuja leitura concluí que o pesquisador foi o responsável final pelo término das obras. Não fosse ele, todos teriam perecido.

RODRIGO DE FILIPPO
Por e-mail

NO PRESENTE

Na reportagem "A imprensa brasileira, longe da pátria" (**História Viva**, nº 15), a autora cita as ações da Maçonaria sempre usando o verbo no passado. É importante esclarecer para a autora e aos leitores que a Maçonaria é (no presente) uma sociedade de caráter filantrópico, que defende a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

MARCELO DELVAUX FERREIRA
Foz do Iguaçu, PR

Na referida reportagem, tratamos de fatos ocorridos no passado, daí o tempo verbal utilizado.

SUGESTÕES ANOTADAS

PRÉ-HISTÓRIA

Acredito que a pré-história seria um bom tema para uma edição especial.

TÂNIA NUNES DAVI
Por e-mail

COMUNISMO

Desejo que vocês façam uma reportagem sobre o comunismo no Brasil, relatando as figuras de Vargas, Müller e principalmente Prestes e sua linda história com a judia Olga.

ISABELA RIBEIRO DOS SANTOS
Por e-mail

IMPÉRIO ROMANO

Gostaria que fosse publicada em grandes temas uma edição sobre o século XX e outra sobre Império Romano.

MARCELO ARAB MURAD
Por e-mail

CAMINHO DO PEABIRU

Gostaria de sugerir um tema sobre o qual existem muito poucas publicações. Trata-se do "Caminho do Peabiru", caminho milenar indígena que ligava os oceanos Pacífico e Atlântico.

LISANDRO CESAR VIEIRA
Por e-mail

SAMURAI

Seria interessante ler uma matéria sobre os samurais, sua cultura, seu papel na sociedade japonesa da época.

MARDEN LEDA NORONHA MACEDO
Por e-mail

GUERRA FRIA

Peço que abordem os vários aspectos da Guerra Fria e como ela transformou o mundo enquanto durou.

CAROLINA SAMPAIO LIMA
Por e-mail

IRLANDA

Gostaria de sugerir uma matéria sobre a história da Irlanda, antes e depois da sua constituição, incluindo a formação do IRA.

PAULA MUNHOZ
Por e-mail

CONTESTADO

Gostaria muito de ver publicadas matérias sobre como foi a época da ditadura militar e também sobre a Guerra do Contestado.

LÍVIAN KAMILA ANGNEVDTVICENTE
Por e-mail

O tema do Contestado já foi assunto de História Viva, na edição nº 12.

SANTOS DUMONT

O brasileiro Alberto Santos Dumont é um bom tema, lembrando que no ano de 2006 é o centenário do primeiro vôo de um aparelho mais pesado que o ar.

ANDRÉ SILVÉRIO CRUZ
Por e-mail

RESENHAS

Como professor, gostaria de sugerir que fossem publicadas resenhas de livros clássicos de/sobre história, pois essa é uma necessidade (e uma curiosidade) que vejo muito em meus alunos.

FÁBIO BARCELOS
Por e-mail

MÚSICA DE ÉPOCA

Olá, gostaria muito que a revista **História Viva** tivesse uma matéria mensal que falasse sobre a música e os compositores da época sobre a qual a reportagem de capa fala.

ALBERTO CHAVEZ
Por e-mail

A REDAÇÃO SE RESERVA O DIREITO DE SELECIONAR E PUBLICAR RESUMIDAMENTE AS CARTAS RECEBIDAS.

ATENDIMENTO AO ASSINANTE

Mudança de endereço, dúvidas sobre pagamentos, reclamações e renovação de sua assinatura
atendimento@duettoeditorial.com.br
Tel: 11 3039-5601 (2ª a 6ª feira, das 8h30 às 18h)

NOVAS ASSINATURAS

Solicitação de novas assinaturas
queroassinar@duettoeditorial.com.br
ou no site www.historiaviva.com.br

EDIÇÕES AVULSAS

Números atrasados e edições especiais podem ser solicitados ao seu jornaleiro pelo preço do último exemplar em banca ou pelo e-mail
edicoesavulsas@duettoeditorial.com.br
ou no site www.historiaviva.com.br

PUBLICIDADE

Para anunciar, comprar quantidades de exemplares ou assinaturas corporativas
publicidadehistoriaviva@duettoeditorial.com.br

REDAÇÃO

Cartas para o editor, sugestões de temas, opiniões ou dúvidas sobre o conteúdo.
redacaohistoriaviva@duettoeditorial.com.br

OUVIDORIA

Dúvidas, sugestões ou reclamações a quem, na revista, representa o leitor:
ouvidoria@duettoeditorial.com.br
fax: 11 3039-5674

Nossas publicações:

HISTÓRIA
viva
www.historiaviva.com.br

SCIENTIFIC
AMERICAN Brasil
www.sciam.com.br

viver
mente & cérebro
www.vivementecerebro.com.br

Cabelos & Cia
www.revistacabelos.com.br

EXPOSIÇÕES

Contestadores na vitrine

Seleção de expoentes do movimento de 1922 traz obras de primeira grandeza para ver ou rever

Num longínquo 1922, eles representaram a vanguarda, o símbolo da rebeldia, a negação da arte consagrada e imobilizada. E, por culpa mesmo desse arrojo, entraram para a história e foram parar no museu, logo eles que tanto condenavam as convenções. Seja como contestadores, seja como símbolos de uma arte consagrada, os expoentes do Modernismo são sempre uma festa para olhos ávidos de ver, não só pelo instigante desafio que representam, mas por serem o registro e o reflexo de toda uma era de nossa história. E as cerca de 50 peças que compõem a mostra, promovida pela Pinacoteca do Estado de São Paulo, em colaboração com a Fundação Nemirowsky, compõem um painel fundamental e significativo do Modernismo brasileiro da década de 20.

Dentre as obras – pertencentes à Coleção Nemirowsky e aos acervos da Pinacoteca do Estado, da Casa Guilherme de Almeida e dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo (Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, e Palácio da Boa Vista, em Campos do Jordão) – é possível destacar, por exemplo, *Antropofagia*, de Tarsila do Amaral, *Mulheres na janela*, de Di Cavalcanti, *O beijo*, de Victor Brecheret e *Tropical* de Anita Malfatti. Reunidos, esses e outros quadros da exposição oferecem um painel abrangente do trabalho que se originou da Semana de Arte Moderna de 1922, evento cheio de provocações, que despertou reações indignadas e vaias nas galerias do Teatro Mu-



ACERVO PINACOTECA DO ESTADO, SP



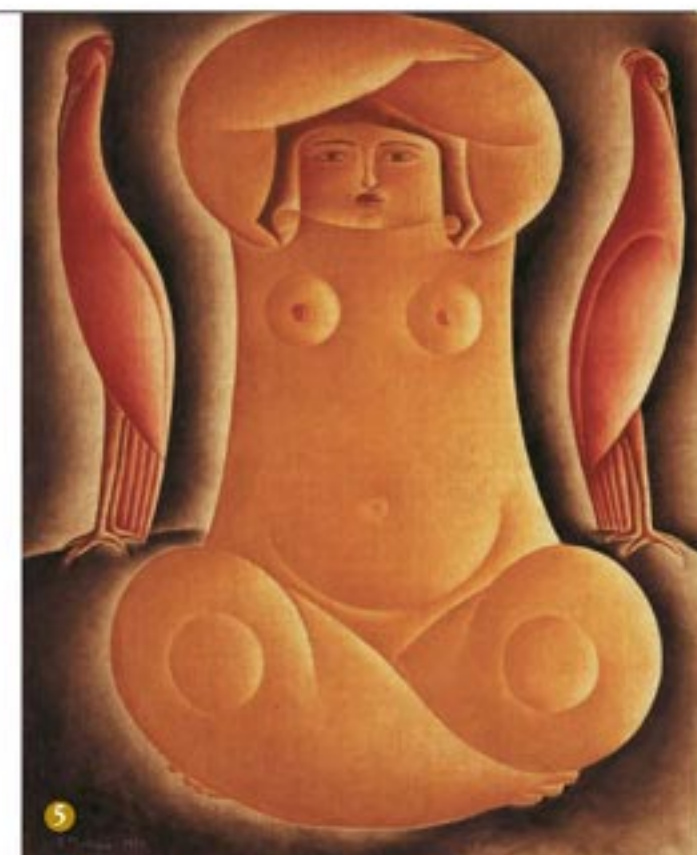
ACERVO PINACOTECA DO ESTADO, SP

3

FUNDAÇÃO JOSÉ E PAULINA NEMIROWSKY, SP

4

ACERVO PINACOTECA DO ESTADO, SP



FUNDAÇÃO JOSÉ E PAULINA NEMIROWSKY, SP

1. *Tocadora de guitarra* (1923), estátua de bronze de Victor Brecheret. 2. *Macinha com gato à janela, em Ouro Preto* (1946), de Di Cavalcanti. Óleo sobre tela. 3. *Adalgisa e o artista* (1927), de Ismael Nery. Óleo sobre tela. 4. *Tropical* (1917), de Anita Malfatti. Óleo sobre tela. 5. *Figura sentada* (1924), de Vicente do Rego Monteiro. Óleo sobre tela.

nicipal de São Paulo. Ao mesmo tempo, foi uma expressão do próprio processo que transformava a capital paulista de 1920 na cidade cosmopolita que viria a ser e que já se manifestava nela por meio do progresso desenfreado. Foi nessa sociedade em transição que esse grupo de intelectuais e artistas tomou, decididamente, o partido da modernidade, tendo como propósitos a atualização, a sintonia com a arte mundial, a liberdade de experimentação. “Sob essas bases assentou-se a moderna arte brasileira”, destaca a curadora Maria Alice Milliet no catálogo da mostra. “A busca do nacional, do popular, do genuinamente brasileiro foi preocupação de muitos”, revela. Ser moderno, sem imitar, guardando um caráter próprio. Oswald de Andrade, ao identificar a antropofagia como processo de incorporação do outro, explicou a dinâmica de nossa cultura: a afeição pelo novo, pelo diverso, a fome do outro só nos tornariam mais fortes.

MESTRES DO MODERNISMO

Estação Pinacoteca do Estado, largo General Osório, 66, Luz, São Paulo, SP. Tel.: (11) 3229-9844. Até 30 de junho de 2005. Aberta de terça a domingo, das 10h às 18h. Entrada: R\$ 4,00 (inteira) e R\$ 2,00 (meia). Grátis aos sábados



IMAGENS DIVULGAÇÃO/MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO

Entre santos e anjos

Escolhidas entre a coleção do Museu Histórico Nacional, peças exclusivas, sem similares no mundo, são a atração da mostra

Com cerca de 200 peças, entre as quais exemplares de esculturas de marfim, a mostra Arte Sacra: simbolismo e devoção na coleção do Museu Histórico Nacional traz à luz peças do acervo. A coleção, de origem indo-portuguesa, tem exemplares que remontam ao século XVII, e é única no gênero, já que se desconhece a existência de similar em qualquer outro grande museu do mundo. Por isso mesmo, já foi exposta nos Estados Unidos, em Portugal e São Paulo, e agora poderá ser vista até julho no Rio de Janeiro.

As peças de marfim, que fazem parte de um conjunto de 572, foram reunidas entre 1919 e 1930 em vários estados brasileiros por José Luiz de Souza Lima, que, em 1930, penhorou a coleção à Caixa Econômica Federal, sem nunca tê-la resgatado. Conhecedor do valor da coleção, o então diretor do Museu, Gustavo Barroso, iniciou incansáveis esforços para incorporá-la ao acervo, o que aconteceu em 1940, quando o presidente Getúlio Vargas, em decisão histórica e mediante a abertura de crédito especial, autorizou o pagamento à CEF, doando a seguir a coleção à instituição que tanto interesse manifestara em conseguí-la.

Também integram a exposição preciosidades, como duas pinturas do século XVIII, representando os Passos da Paixão de Cristo, além de imagens sacras portuguesas em estilo barroco, oratórios e peças da Capela Imperial do Paço de São Cristóvão, ex-votos e outras pinturas.

No alto, coleção de diversas imagens religiosas de marfim. Ao lado, Menino Jesus

ARTE SACRA: SIMBOLISMO E DEVOÇÃO NA COLEÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL

Museu Histórico Nacional, praça Marechal Âncora, próximo à praça XV, Centro, Rio de Janeiro – RJ. Tel.: (21) 2550-9220/9224. Até 31 de julho de 2005. Aberta de terça a sexta, das 10h às 17h30. Sábados, domingos e feriados, das 14h às 18h. Entrada: R\$ 6,00. Maiores de 65 anos e menores de 5 anos não pagam. Aos domingos, a entrada é gratuita



DVD

Épico superficial

Superprodução encomendada como parte dos festejos do quinto centenário da descoberta da América, *1492 – A conquista do paraíso*, fracassou em sua abordagem espetacular e pouco rigorosa da descoberta do Novo Mundo. A primeira parte da narrativa mostra as dificuldades enfrentadas por Cristóvão Colombo (Gérard Depardieu) em encontrar apoio para o projeto de expedição em busca de uma nova rota marítima para as Índias. Tomado por louco ou sonhador por nobres e cientistas, o navegador genovês só consegue viabilizar a expedição graças à intervenção do armador Martín Alonso Pinzón e do banqueiro Luis de Santángel. Influentes na corte, os dois conseguem que Colombo seja recebido pela rainha Isabel (Sigourney Weaver). Cedendo aos imperativos do melodrama, o filme sugere que a rainha simpatizou com Colombo e que essa foi a razão pela qual resolveu financiá-lo. Seu marido, Fernando, o católico, brilha pela ausência.

A viagem começa, há uma ameaça de rebelião a bordo – contida com um discurso apaixonado do comandante garantindo aos marujos que as naus seguem a rota certa –, e subitamente a espessa névoa se dissipa. Surge uma ilha verdejante, digna de propaganda de sabonete. O desembarque é mostrado com grandiloquência, realçada pela

música de Vangelis. As afetações e os clichês triunfalistas da faixa sonora ajudam a transformar Colombo em herói e a partir daí perturbam muitas cenas. Scott insiste na idéia da corrupção do Novo Mundo recém-descoberto: a aventura científica e humana deixa de ter a primazia, e a vileza dos interesses materiais passa a predominar. Colombo logo perde o prestígio conseguido graças a seus talentos de navegador, pois seus projetos na América resultam em fracassos retumbantes, caríssimos para a Coroa.

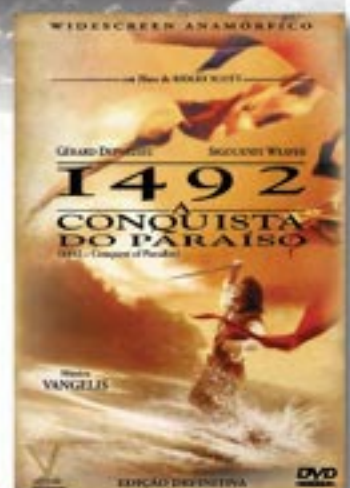
Outro clichê, dessa vez visual, reforça o lado predador da empresa colonial: os repetidos planos do nobre Adrián de Moxica montado em um reluzente cavalo. Sempre vestido de preto, o sinistro cavaleiro, que se opõe à maneira “humanitária” com que Colombo trata os indígenas, resume o arrebatamento conquistador dos espanhóis, a fúria assassina, a pilhagem das riquezas. Do outro lado está Colombo, mostrado como um homem profundamente piedoso, amigo dos índios – simplificação que acentua o maniqueísmo que domina a narrativa.

Além dessas inconsistências, o filme simplifica o contexto histórico e social da época. O modo de vida dos índios é mostrado de maneira superficial; os horrores da Inquisição, por exemplo, aparecem mais como dado visual do que histórico. A estética publicitária que caracteriza a *mise en scène*, com inúmeras cenas em câmera lenta, realça ainda mais a falta de consistência do roteiro.

Alexandre Agabiti Fernandez

1492 – A conquista do paraíso

França, Espanha, EUA, Inglaterra, 1992, 150 min
Direção: Ridley Scott. Com Gérard Depardieu, Sigourney Weaver, Fernando Rey
Distribuição em DVD: Versátil Home Video

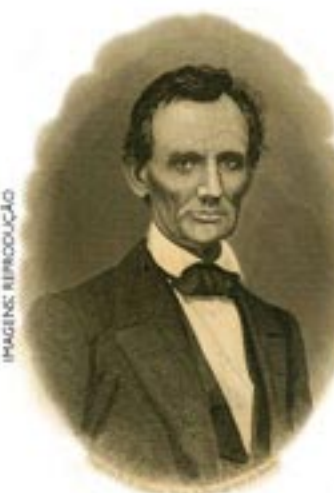


IMAGENS: REPRODUÇÃO



Colombo (Gérard Depardieu) mostrado de maneira simplista como homem piedoso e protetor dos índios

Frases QUE FIZERAM HISTÓRIA



Se a escravidão não é má, nada é mau.

Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos

A arte de vencer se aprende nas derrotas.

Simon Bolívar, líder latino-americano

Por trás das vitórias de Alexandre, encontramos sempre Aristóteles.

Charles de Gaulle, presidente da França

A riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza dos príncipes.

Adam Smith, economista escocês

As revoluções, como os vulcões, têm os seus dias de chamas e os seus anos de fumaça.

Victor Hugo, escritor francês

GASTRONOMIA POR GUTA CHAVES

Tarsila, uma caipira cosmopolita

Neta e filha de barões do café, Tarsila do Amaral (1897-1973) – autora de obras notáveis como *Abaporu* (1928) e *Operários* (1933) – cresceu nas fazendas Bela Vista e São Bernardo, em Capivari, e Santa Teresa do Alto, em Jundiá. “Minha meninice foram as correrias e as brincadeiras nas fazendas da família”, dizia a pintora. “Houve tempo em que meu pai teve 22 fazendas.”

O pai de Tarsila apreciava uma boa mesa e tinha uma adega com ótimos vinhos franceses, como o tinto Château-Lafite ou o branco Chablis. A mãe tomava água mineral Vicky Hôpital ou Celestin e também dava aos filhos. Nas fazendas, as refeições eram compostas tanto de receitas e ingredientes caipiras como de requintados pratos franceses. Com isso, Tarsila desenvolveu um paladar cosmopolita que a fazia apreciar com igual prazer pratos e vinhos franceses e a peculiar cozinha caipira paulista, inclusive uma boa cachacinha. Assim, embora houvesse no menu alguns pratos típicos da clássica cozinha francesa, como os suflês, eles eram mesclados com ingredientes brasileiros: chuchu, camarões ou palmito. Não faltavam o bolo de fubá com erva-doce, o pão de queijo, a geléia de laranja-cavalo azeda, os sequilhos no café da manhã e no lanche da tarde. No almoço e no jantar, o trivial à base de arroz, feijão, batata, salada, carne, maionese.



A SOPA DE MARMELO DE TARSILA

Descasque os marmelos, corte em fatias, retire os caroços e leve ao fogo brando em água fria suficiente para cobri-los. Adoce a gosto, junte um pedaço de canela em pau e alguns cravos e mantenha no fogo até que as fatias estejam macias. Transfira os pedaços de marmelo para um prato fundo, regue com a calda quente e sirva em seguida, ou despeje tudo em uma sopeira e acrescente fatias de pão e de queijo mineiro.

Dica: Se não conseguir encontrar marmelo no mercado, pode substituí-lo por pêra madura.

(Receita executada pela chef Heloisa Bacellar, do Atelier Gourmand, em São Paulo)

Mas uma das receitas de que Tarsila mais gostava era a sopa de marmelo, muito consumida nas fazendas da época, feita na calda e servida quente, com pedacinhos de queijo.



Outro jeito de ver Ouro Preto

O Projeto Museu Aberto – Cidade Viva pretende transformar Ouro Preto numa das primeiras cidades-museu do Brasil. Ele identifica os principais pontos históricos e culturais locais. Para isso, o casario residencial está recebendo sinalização de selos e painéis que contam um pouco da sua história, de seus personagens reconhecidos ou anônimos, da cultura local e de aspectos significativos do processo de construção da cidade ao longo dos três últimos séculos. Promovido pela Câmara da Mulher Empreendedora de Ouro Preto e financiado pelo Instituto Cultural da Associação Comercial de Ouro Preto e pela Gerdau Açominas, o programa tem como objetivo central, além de valorizar a história, gerar uma atitude preservacionista. Dessa forma, uma equipe de pesquisadores visita residências, recuperando a memória oral dos moradores ao longo do roteiro caracterizado como Caminho Tronco de Ouro Preto, que vai de um extremo ao outro da cidade. Nesse trajeto, aproximadamente 150 casas receberão selos interpretativos em suas fachadas. Abre-se, portanto, mais uma alternativa ao turismo local, com roteiros temporais e temáticos que deverão evidenciar os atrativos da cidade Patrimônio Cultural da Humanidade.



Projeto visa incentivar o turismo e preservar a cidade



Os prováveis restos de Colombo, em Sevilha: exame de DNA

Ossos do descobridor

A novela sobre o local onde estão os verdadeiros ossos de Cristóvão Colombo ganhou um novo capítulo. Há mais de cem anos, espanhóis e dominicanos reivindicam que as ossadas enterradas, respectivamente em Sevilha e Santo Domingo, são do navegador genovês. Agora, pela primeira vez, o governo da República Dominicana dá permissão a pesquisadores espanhóis para fazer testes com os restos mortais que estão na capital do país.

Nos últimos dois anos, a equipe de cientistas, que inclui um renomado geneticista forense e dois professores espanhóis, vem testando lascas dos ossos que estão em Sevilha. Em junho de 2003, eles removeram duas caixas de ossos que seriam de Colombo e de seu filho Hernando de um túmulo na catedral de Sevilha, para realizar os testes de DNA. A comparação com amostras de restos mortais de parentes de Colombo, também enterrados em Sevilha, não levou a resultados conclusivos. Eles esperam agora determinar qual das duas ossadas é a verdadeira por meio de novos testes.

© CRISTINA QUICLER / AP

Fim da 2ª Guerra, começo de novos conflitos.
Leia para saber como uma coisa levou à outra.



História Viva Grandes Temas mostra como uma nova história começou a ser escrita no dia 8 de maio de 1945, em Reims. A rendição incondicional da Alemanha significava o fim da 2ª. Guerra Mundial, mas também o início de momentos difíceis em todo o mundo. Você vai entender as implicações trazidas pela continuidade dos combates no Pacífico e como o fim da guerra iria afetar os EUA e o Japão. E mais: o Plano Marshall que reconstruiu a Europa, a criação da ONU e a semente daquilo que iria dividir nosso mundo ao meio: a Guerra Fria.

Você também pode comprar esta edição especial pelo site www.historiaviva.com.br ou pelo telefone (11) 3039-5601 (de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h00). Se preferir, mande um e-mail para edicoesavulsas@duettoeditorial.com.br



Imagem do Cristo, trabalhada em massa compacta

Este crucifixo, que desapareceu de Santa Cruz de Cabrália, na Bahia, data do século XIX. Em madeira policromada, é composto de várias partes unidas por meio de encaixes e colagem, formada pela imagem do Cristo, cruz e base. A anatomia trabalhada em "massa compacta" e a expressão facial serena são características do período em que foi realizada. Informações sobre seu paradeiro devem ser encaminhadas ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (www.iphan.gov.br).



NAS BANCAS.

HISTÓRIA
viva
GRANDES
TEMAS

LIVROS



Vingança sanguinária

Berlim 1945: a queda
Antony Beevor;
Record, 600 págs.;
R\$ 64,90

Depois de *Stalingrado*—lançado no Brasil em 2002—, que abordava os horrores da invasão alemã à União Soviética, o britânico Antony Beevor confirma sua reputação de grande especialista em história militar com *Berlim 1945: a queda*, uma minuciosa descrição da vingança das forças soviéticas que ocuparam o leste da Alemanha dois anos depois de Stalingrado e tomaram a capital em seguida. Os dois livros esmeram-se na reconstituição da vida cotidiana de militares e civis, resultado da intenção do autor de humanizar batalhas travadas sob fortes doses de propaganda nazista e comunista, que desumanizavam o inimigo ao estigmatizá-lo como alguém a ser odiado. Além do confronto entre dois sistemas ideológicos, as batalhas de Stalingrado e Berlim foram momentos decisivos na Segunda Guerra Mundial: a primeira marcou o início da série de reveses alemães, e a segunda praticamente selou o fim da guerra na Europa. Ambas tiveram uma violência incomum, se caracterizaram pela destruição sistemática de cidades, massacres da população civil e saques.

Durante a pesquisa, Beevor deparou-se com relatos sobre a violência sexual praticada pelos soldados soviéticos no avanço em direção a Berlim, tema sensível que por dé-

cadadas permaneceu mergulhado em silêncio. As pilhagens e os estupros em massa eram geralmente cometidos pelas tropas de retaguarda, enquanto os soldados das frentes de batalha tratavam os civis alemães com alguma dignidade, evidenciando uma faceta a mais da falta de disciplina do Exército Vermelho e da ferocidade da retaliação. Muitas vezes o caos era amplificado pela ação da população civil da URSS, que vinha à Prússia Oriental para recolher parte do butim.

Além de destacar a vida cotidiana em seus aspectos mais terríveis e prosaicos, numa reflexão sobre o comportamento humano diante do sofrimento e da degradação, o autor destrincha com competência temas relativos à estratégia militar envolvida nos combates e mostra a progressiva decomposição do poderio bélico do Reich.



Soldados alemães rendem-se ao Exército Vermelho

O nascimento do islamismo

Em um momento marcado pela demonização do islamismo, a publicação de *O Profeta Maomé – Uma biografia* é uma iniciativa louvável. Ao evitar tanto a condescendência como os preconceitos, cada vez mais difundidos sobre o tema, Barnaby Rogerson mostrou ser capaz de abordá-lo com sensibilidade e entusiasmo, expondo a ressonância histórica e o significado espiritual da vida do fundador do islamismo, a segunda religião mais praticada do mundo atualmente. Ao apresentar a vida de Maomé (570-632), figura praticamente desconhecida no Ocidente, o autor oferece um retrato convincente da vida na Arábia nessa época, uma região desértica povoada por pastores e mercadores, sacudida por guerras constantes. Maomé fundou o califado, que uniu a Arábia pela primeira vez; criou o árabe clássico; forjou a identidade árabe e estabeleceu uma nova religião que propunha uma relação original entre os homens, Deus e o Estado. Para Rogerson, a genialidade do Profeta está na capacidade para “transformar sua própria experiência religiosa, que era por natureza algo individual, e a partir dela criar algo relevante para a sociedade como um todo”.

O Profeta Maomé – Uma biografia
Barnaby Rogerson;
Record, 284 págs.;
R\$ 38,90

Aspirações autonomistas

A outra independência – O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. Evaldo Cabral de Mello; Editora 34; 264 págs.; R\$ 42,00

Ao longo de sua obra, Evaldo Cabral de Mello combate a idéia que reduz a independência do Brasil à construção de um Estado Nacional unitário, projeto tomado como uma quase unanimidade, em que a adesão das províncias é assimilada como um processo simples e pacífico. Dominante na historiografia, essa concepção recebe um novo ataque de Cabral de Mello em *A outra independência – O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*.

Grande especialista na história do Nordeste, o autor estuda os movimentos que reivindicavam maior autonomia da província de Pernambuco em relação ao poder central no período em que o Império Brasileiro se consolidava. A análise desses movimentos federalistas parte da reconstituição do processo de emancipação na província onde o projeto de José Bonifácio, que acabou se impondo, foi contestado como em nenhuma outra.

Para Cabral de Mello, as raízes do federalismo em Pernambuco estão no período da ocupação holandesa da província (1630-1654). A elite pernambucana foi a primeira a defender seus interesses por conta própria, o que facilitou o nascimento de sentimentos de autonomia política e econômica. Herdada do período colonial, essa aspiração autonomista estava ainda respaldada pela boa situação econômica da província, resultado das exportações. Para os federalistas pernambucanos, uma vez desfeito o Reino de Portugal, Brasil e Algarves, a soberania retornaria às províncias, que poderiam negociar um pacto constitucional com a Corte do Rio ou constituir-se separadamente.



Asas do Brasil – Uma história que voa pelo mundo; Cosme Degenar Drummond; Editora de Cultura; 468 págs.; R\$ 59,90

O Brasil e o avião

Tema ainda pouco estudado, a história da aviação brasileira tem neste livro uma preciosa contribuição para se compreender a relação entre o avião e nosso país, dos primórdios até hoje. O autor destaca o papel de pioneiros como o padre Bartolomeu de Gusmão (1685-1724), o paraense Júlio César Ribeiro de Souza (1843-1887) — que voou em Paris com um balão de sua invenção, em 1881 — e Santos-Dumont. Analisa o papel do avião nas batalhas da Revolução Constitucionalista de 1932, descreve as primeiras tentativas de estabelecer a indústria aeronáutica no país, nos anos 1930, e conta em detalhes o nascimento do ensino de engenharia aeronáutica, iniciativa de Casimiro Montenegro Filho (1904-2000), criador do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), ainda nos anos 1940. As duas instituições foram o embrião da Embraer, criada em 1969, cuja história ocupa cerca da metade do livro.

LANÇAMENTOS

Entre paredes e bacamartes – História da família no sertão (1780-1850), de A. Otaviano Vieira Jr. (Edições Demócrito Rocha/Editora Hucitec; 316 págs.; R\$ 48,00)

Um estudo dos aspectos psicológicos e sociológicos da vida em família, no Nordeste, realizado a partir de exaustivas fontes documentais, resulta num conjunto amplo de informações, que reconstrói a história administrativa do Ceará no período colonial, a formação dos núcleos populacionais e a estrutura econômica da época.

Cabelos de axé, de Raul Lody (Editora Senac; 136 págs.; R\$ 48,00)

A obra revela de um ponto de vista antropológico, a história da resistência dos povos africanos a partir de seus penteados, destacando seus múltiplos significados culturais. Também enfatiza o aspecto ritual do ato de pentear os cabelos e seu papel social ou religioso. O livro é ricamente ilustrado.

Saint-Simon ou o sistema da Corte, de Emmanuel Le Roy Ladurie (Civilização Brasileira; 588 págs., R\$ 66,90)

Para essa obra sobre o sistema da Corte na França do rei Luís XIV, durante o período da regência, o autor se baseou nas memórias de Louis de Rouvroy, que em 1693 tornou-se o duque de Saint-Simon. E a partir daí explica com riqueza de detalhes o funcionamento da Corte.

Café, ferro e argila, de Fábio Cyrino (Landmark; 240 págs.; R\$ 48,50)

Por meio de uma detalhada análise das construções pertencentes à San Paulo Railway Company, este livro busca analisar a implantação e a consolidação dessa empresa, destacando seu patrimônio arquitetônico e arqueológico, com interessantes fotos e ilustrações antigas.



Caminhos de uma revolução

A região onde aconteceu o mais famoso conflito gaúcho tem agora um roteiro turístico exclusivo, que reúne história, cultura e belezas naturais

Os locais das batalhas da Revolução Farroupilha (1835-1845), com seus sítios históricos e paisagens naturais, compõem agora um educativo roteiro de turismo. Batizado de Rota Caminho Farroupilha, ele foi criado com base num inventário de fatos, costumes e lugares marcantes sobre a insurreição, como as estâncias dos líderes farroupilhas, as roupas de época e as atividades campeiras. Os antigos sobrados e palacetes ainda guardam os passos de políticos e guerreiros que contribuíram para a formação do Rio Grande do Sul contemporâneo. Os locais são testemunhas da riqueza gerada pela indústria do charque, motivo do conflito entre os farroupilhas e os soldados do Império do Brasil. Figuras como Bento Gonçalves, Corte Real, Onofre Pires, David Canabarro, Giuseppe e Anita Garibaldi, Joaquim Teixeira Nunes e seus Lanceiros Negros, Caxias e Grenfell estão presentes na cultura e na memória local.

O Caminho Farroupilha faz parte do Projeto Turismo na Costa Doce, organizado pelo governo gaúcho e pelo Sebrae-RS, para divulgar as rotas próximas ao rio Guaíba e às lagoas Mangueira e dos Patos. O roteiro histórico cultural contou com a parceria de empreendedores e agentes das diversas comunidades locais para identificar e se preparar para receber os visitantes. O caminho inclui oito cidades

principais e pode ser percorrido por completo ou parcialmente, de acordo com a disposição do turista. Começa por Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre, local onde teve início a Revolução Farroupilha e onde morreu Bento Gonçalves. O passeio prossegue por Camaquã, que abriga o túmulo da esposa de Bento Gonçalves, Caetana, e pelo município de Cristal, onde

O roteiro inclui exemplos da arquitetura, como é o caso da igreja matriz Nossa Senhora da Conceição (à esquerda), em Piratini, e de uma residência na mesma cidade (acima), assim como belas paisagens naturais, a da Fazenda Itaponã (à direita no alto), localizada no município de Guaíba

INFORMAÇÕES: Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Sul. Tel.: (51) 3288-5435/5415



IMAGEM DIVULGAÇÃO / GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL

existe uma réplica da casa do herói da Revolução Farroupilha. Depois, segue para São Lourenço do Sul, onde podem ser visitados os mais importantes estaleiros do estado e há também um pouco da história de Giuseppe Garibaldi, em seu envolvimento com a questão náutica na revolução.

Dramatizações também fazem parte da aventura. Em Pelotas, há que percorrer a Rota da Charqueada, que compreende sete locais dentro do Arroio Pelotas. Ali se encontram informações sobre a história da participação dos negros na revolta, via encenações apresentadas na Charqueada São João. Já em Piratini, primeira capital da República Rio-grandense, os espetáculos acontecem nas ruas e em diversos prédios, nos quais o turista pode se sentir parte da história. A cidade abriga o Museu Histórico Farroupilha, com objetos e documentos da época. Para encerrar a peregrinação, no caminho entre Rio Grande e São José do Norte, os turistas podem fazer um passeio no barco-museu *Cuter Minuano*, réplica do barco *Seival de Garibaldi*, e visitar também o local onde se encontram os restos mortais de Bento Gonçalves.

Marcelo de Valécio é jornalista



TERENÇO JACOBETTO

Crime de morte na casa das musas

Quem se enredou na profusão de pistas e mistérios que o escritor Dan Brown desfia no seu *O Código da Vinci* terá a mesma sensação se buscar esclarecer a origem e o significado de algumas das palavras e símbolos essenciais para a compreensão do maior best seller de 2004 no Brasil.

A começar do cenário no qual um crime de morte serve de ponto de partida ao romance. Por que Museu do Louvre? A palavra *museu* já é uma velha conhecida nossa. O termo grego *mouseion* deu origem à forma latina *museum*, usada em inglês para designar essa antiga “casa das musas”, o sentido original do vocábulo. As musas eram as deusas que presidiam às artes, às ciências e às letras. E o museu constituía inicialmente o lugar destinado ao estudo dessas atividades.

E *Louvre*? Você talvez se surpreenda ao acessar o site oficial do museu, em francês, e não encontrar uma única referência sobre a razão do nome. O prédio foi construído no fim do século XII (anos 1100) para ser um forte. Reformado algumas vezes ao longo do tempo, em 1793 tornou-se a primeira galeria de arte pública da França, até se converter no que é hoje, o mais importante museu do mundo. Sobre a origem da palavra, o que existe são sugestões e especulações.

Assim, *louvre* ou *louvre* em francês (*lupana* ou *lupena* em latim) remete a *rubra*, “lugar vermelho”, numa alusão à cor da areia do local ou a *rouvre*, carvalho. Outra menção é a *luperia*, um alojamento destinado a caçadores de lobos. Finalmente, Louvre pode também referir-se a *loup* (lobo em francês), animal abundante nas matas da região.

A busca sem trégua ao Santo Graal

Tema de um famoso ciclo de lendas e romances da época do rei Artur, a procura do Santo Graal é um mito recorrente da história e chegou aos nossos dias no filme *Indiana Jones e a última cruzada*. O Graal constitui o objeto de desejo e de disputa durante todo o livro de Dan Brown.

A etimologia do nome do cálice em que Cristo teria bebido o vinho na última ceia e no qual José de Arimatéia teria recolhido o sangue do Salvador também causa dúvidas, mas tudo indica que o vocábulo se relaciona com *cálice* (*gradalis* em latim) ou no mínimo *recipiente*. O filólogo Antônio Houaiss localiza o termo na França em 1200, com o sentido de “prato largo e cavo”, “prato da ceia”.

Os dois protagonistas da história são um *simbologista* religioso da Universidade Harvard, Robert Langdon, e uma *criptóloga* da polícia francesa, Sophie Neveu. **Simbolo** provém do latim *symbolum*, adaptação, segundo Houaiss, do grego *súmbolon*, com vários sentidos: sinal, marca distintiva, insígnia, signo de reconhecimento. Já a especialidade da parceira de Langdon na narrativa, a *criptologia*, deriva do grego *kryptós* (escondido, oculto, obscuro) e *logia*, estudo ou ciência. Em outras palavras, essa prática pretende identificar um código ou aquilo que está por trás das coisas. O que nem sempre se consegue no livro.

PARA SABER MAIS TESES ACADÊMICAS

Terrorismo - Características, tipologia e presença nas relações internacionais, de Marcos Rosas Deguat Pontes; Universidade de Brasília (UnB)

Analisa o “aparecimento” de fenômenos que representam novas ameaças à paz e segurança internacionais. Aborda o terrorismo como elemento definidor de políticas no cenário mundial atual e ao mesmo tempo um fenômeno que permanece inadequadamente explicado e sem controles eficazes. Descreve suas características gerais, buscando analisar os objetivos finais perseguidos e os aspectos políticos focalizados pelos insurgentes.

As esquinas perigosas da História: um estudo sobre a história dos conceitos de época, situação e crise revolucionária no debate marxista, de Valério Arcary; Universidade de São Paulo (USP)

Aborda os critérios de periodização da História, apontando para seu uso pouco rigoroso. Busca demonstrar a importância decisiva destas noções de temporalidade, para realçar que as medidas dos tempos são, necessariamente, desiguais e diversas. O trabalho procurou resgatar uma parte do debate sobre as temporalidades, à luz da teoria da revolução política e social, elaborada por Marx, Engels, e alguns dos seus discípulos.

Representações do judeu na cultura brasileira: imaginário e história, de Célia Szniter; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências da Universidade de São Paulo

Elenca e analisa representações do povo judeu no Brasil, a partir de uma ampla e detalhada investigação na nossa cultura oral, escrita, e em outros aspectos da cultura de massa produzida no país, abrangendo os principais temas aos quais estas se encontram relacionadas, confrontando o imaginário e a história nas expressões culturais.

leia mais no site www.historiaviva.com.br



MEMORIAL DO IMIGRANTE



A saga dos sonhadores, em registro interativo

A partir de um museu, surgiu todo um complexo que reúne objetos, documentos e cenários dos estrangeiros que ajudaram a fazer a história, em nosso país



Dos quase 5 milhões de pessoas que entraram no Brasil entre 1870 e 1949, com sonhos de viver melhor, mais da metade veio para o estado de São Paulo. Do porto de Santos, eles seguiam de trem para a capital, São Paulo, a cidade que mais recebeu imigrantes em todo o país. Passaram pelas hospedarias paulistas, para triagem, mais de 60 nacionalidades e etnias, num total de mais de 2 milhões de pessoas. Era muita gente, para o núcleo urbano que no início do século XX tinha pouco mais de 240 mil habitantes.

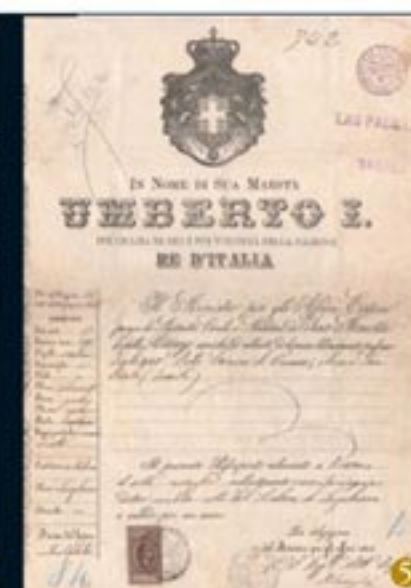
Com o propósito de preservar a memória desses recém-chegados, em 1998 surgiu o Memorial do Imigrante. Ele é composto pelo Museu da Imigração (fundado em 1993), o Centro de Pesquisa e Documentação e os núcleos dos Transportes e de Estudos e Tradições. O conjunto está instalado na Hospedaria dos Imigrantes, construída entre 1886 e 1888 no bairro do Brás, para abrigar os desembarcados no porto de Santos. Eles subiam a serra do Mar pela ferrovia, que ali contava com uma estação ainda hoje conservada.

No acervo do complexo há de documentos pessoais a cerca de cinco mil fotografias, livros e revistas. Existem, também, listas de bordo dos navios que atracavam em Santos trazendo a mão-de-obra

1. Fachada do Memorial, instalado na antiga Hospedaria dos Imigrantes, no bairro do Brás. 2. Estação de desembarque, conservada até hoje. 3. Passaporte de família japonesa, de 1918. 4. Primeira página de um passaporte polonês, da década de 1920. 5. Passaporte italiano, de 1895. 6. Passaporte romeno, de 1924. 7. Passaporte de imigrante francesa, de 1922. 8. Conjunto de documentos italianos, necessários para o embarque, de 1922. 9. Locomotiva 353, ainda em funcionamento

© DIVULGAÇÃO / FÉLIX CANEVA JR.

© PAGINE ACERVO MEMORIAL DO IMIGRANTE



MEMORIAL DO IMIGRANTE

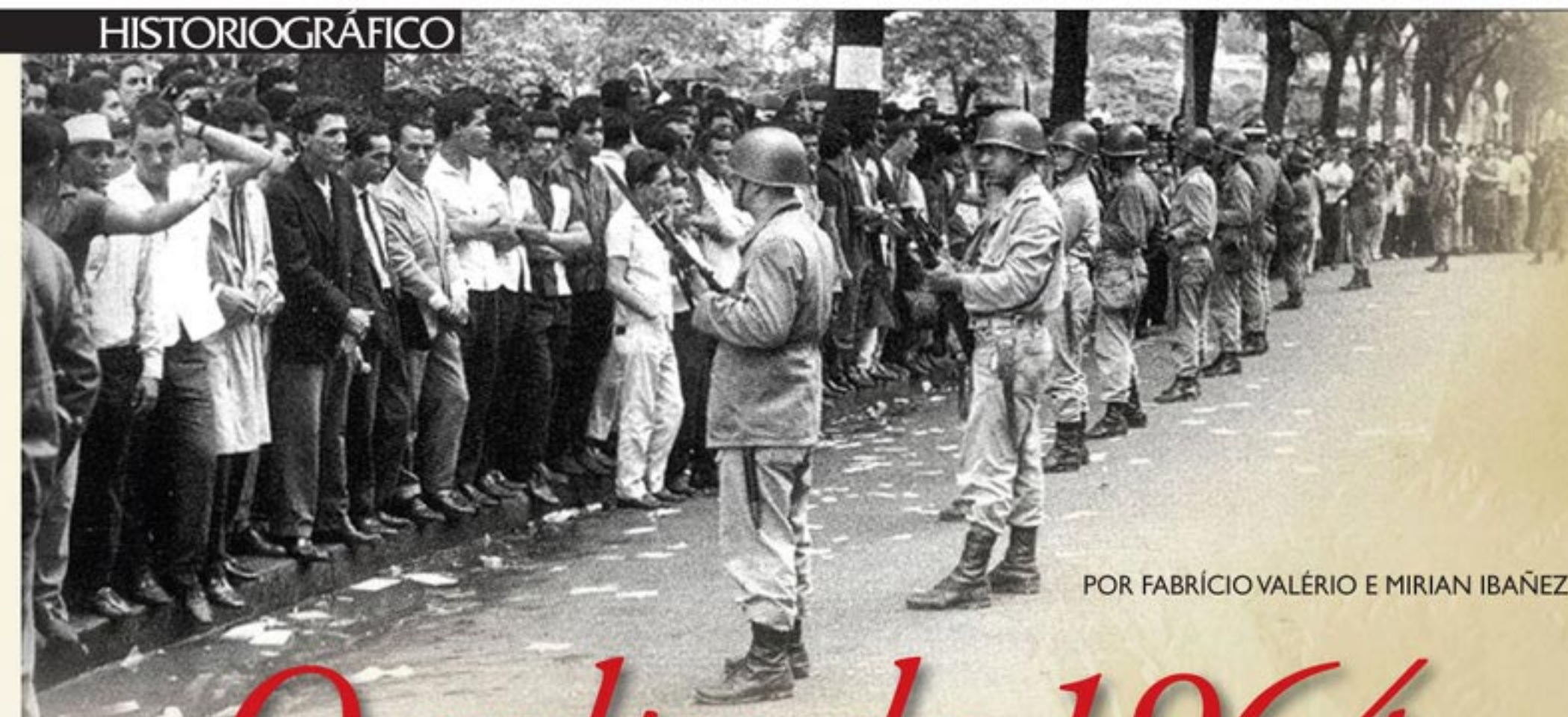
Rua Visconde de Parnaíba, 1316
Mooca, São Paulo
Tels.: 11 6693-0917/6692-7804
e-mail: imigrant@plignet.com.br
Aberto de terça a domingo, das
10h às 17h. Entrada: R\$ 2,00



que acabaria nas fazendas de café ou nas novas fábricas paulistas. Podem ser consultadas em quiosques com computadores por quem quer que procure a trilha de um parente que veio tentar a sorte no Brasil. Cerca de 22% do acervo está informatizado. O restante dos registros é manuseado somente por um grupo de especialistas. Perto de 10 mil pessoas solicitam pesquisa e mais de 6 mil certidões de outros países são emitidas por ano.

O público visitante anual beira as 300 mil pessoas. O Memorial atende também pesquisadores e estudantes, que podem contar com uma biblioteca especializada na temática de imigrantes e imigração. A exposição permanente mostra o processo migratório desde a viagem, chegada na hospedaria, ida para as fazendas e núcleos coloniais.

Em espaços de exposição, há cenários que lembram como era a São Paulo antiga, como a reprodução cenográfica do convés de um navio, e mobiliários de época. O Memorial também inclui outras formas de diversão educativa. Os visitantes podem viajar no tempo e reviver o início do século XX nos passeios de bonde e maria-fumaça — uma locomotiva e três vagões, que faz o trajeto de aproximadamente 1.600 metros, com duração de cerca de 20 minutos. O bonde, construído pela empresa inglesa Hurst Nelson, em 1912, trafega entre o Memorial até a estação Bresser do Metrô.



POR FABRÍCIO VALÉRIO E MIRIAN IBAÑEZ

O golpe de 1964

COMO A DEMOCRACIA SOB JANGO GOULART SOÇOBROU, EM 31 DE MARÇO, COM UMA RÁPIDA SUCESSÃO DE MANOBRAS QUE LEVARAM OS MILITARES AO PODER

O Brasil entrou num dos períodos mais duros da sua história, em 31 de março, quando eclodiu o golpe de Estado. Antes do combinado, pois estava previsto para o período de 2 a 8 de abril. Militares do alto comando articularam a deposição do presidente João Goulart, que deixou seu posto sem resistência, abandonando a capital federal rumo a Porto Alegre, RS, e depois para o exílio no Uruguai. O cargo foi imediatamente declarado vago pelo presidente do Senado, Auro Soares de Moura Andrade. Quem tomou a iniciativa de colocar as tropas a caminho do Rio de Janeiro foi o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora, MG. A estratégia original fora desenhada em três fases subsequentes: Operação Silêncio (controle das emissoras de rádio e televisão), Operação Gaiola (prisão de líderes políticos contrários) e Operação Popeye (deslocamento de tropas em direção ao Rio e Brasília). Embora atropelada pelos fatos, de alguma forma foi cumprida. Dali para a frente, prisões e censura à imprensa. Era apenas o começo de uma longa série de arbitrariedades que se estenderiam por mais de duas décadas.

A GOTA D'ÁGUA

Diante de 130 mil pessoas, o presidente João Goulart fez, em 13 de março de 1964, o discurso das reformas de base (à direita, no palanque; abaixo, plano geral da concentração). Na Central do Brasil, ao lado do Ministério da Guerra. Foi além das palavras. Em dois decretos, desapropriou terras à margem de rodovias e ferrovias federais e encampou refinarias privadas. Seis dias depois, 200 mil pessoas pediam a deposição do governo, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo.



GENERAL OLÍMPIO MOURÃO FILHO (1900-1972) – Envolveu-se na conspiração que depôs o presidente Washington Luís e instaurou a Nova República. Participou da repressão ao Movimento Constitucionalista de 1932. Em 1937, redigiu o Plano Cohen, falsamente atribuído à Internacional Comunista, estopim do golpe que implantou o Estado Novo. Em 1964, foi conspirador de primeira hora; antecipou-se aos planos, iniciando contatos decisivos para a eclosão do movimento no dia 31 de março.



JOÃO BELCHIOR MARQUES GOULART o Jango (1919-1976) – Influenciado fortemente pelo trabalhismo de Getúlio Vargas, apesar de suas origens familiares (filho de latifundiários gaúchos). Duas vezes eleito vice-presidente da República, em 1955 e 1960. Assumiu a faixa presidencial inicialmente sob um regime parlamentarista, depois da renúncia de Jânio Quadros, em 1961.



MARECHAL HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO (1900-1967) – Cearense, era chefe do Estado-Maior durante o governo Jango. Curso na Escola Superior de Guerra da França e a Escola de Comando e Estado-Maior, nos Estados Unidos. No governo, Castello Branco decretou o Ato Institucional nº 2, que dissolveu 13 partidos políticos e suspendeu garantias constitucionais. Deixou o cargo em 1967, substituído pelo marechal Arthur da Costa e Silva. Faleceu no mesmo ano num acidente de avião no Ceará.

PARA SABER MAIS

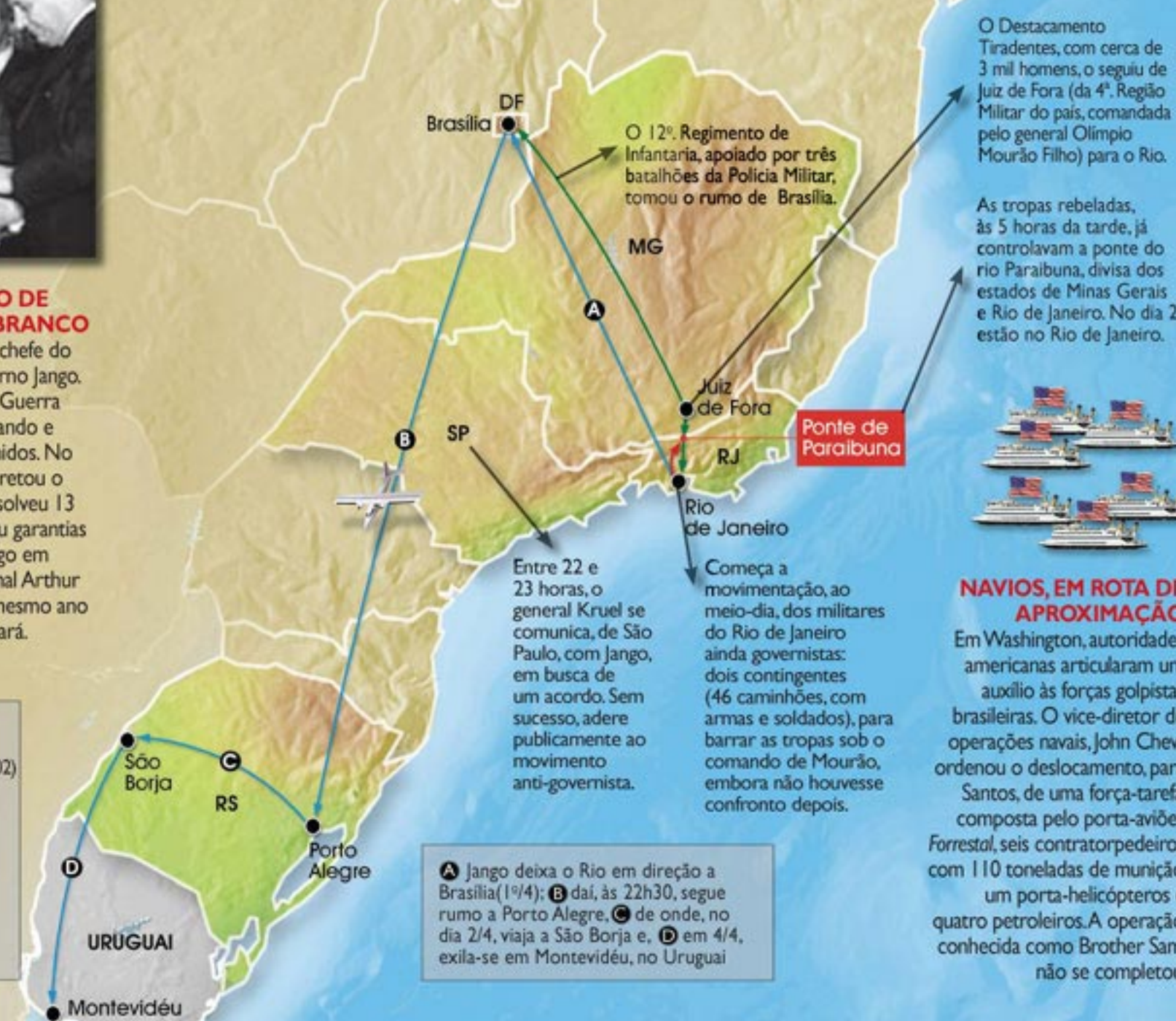
A ditadura emvergonhada
Elio Gaspari – Cia. das Letras (2002)
Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Fundação Getúlio Vargas
www.cpdoc.fgv.br
O Estado de S. Paulo
Especial "Março de 64:
40 anos esta noite"
www.estadao.com.br/1964

Tropas do II Exército na via Dutra em direção ao Rio de Janeiro, no dia 4 de abril



OS GRANDES COMANDOS

DENOMINAÇÃO E RESPONSÁVEIS	LOCALIZAÇÃO
I Exército, general ARMANDO DE MORAES ÂNCORA	Rio de Janeiro (sede do comando), Minas Gerais e Espírito Santo
II Exército, general AMAURY KRUUEL	São Paulo (sede) e Mato Grosso
III Exército, general BENJAMIN RODRIGUES GALHARDO (substituído no dia 1º de abril pelo general LADÁRIO PEREIRA TELES, janguista)	Rio Grande do Sul (sede em Porto Alegre), Santa Catarina e Paraná
IV Exército, general JUSTINO ALVES BASTOS	Com sede em Recife (PE), todos os estados nordestinos



Yasser Arafat

um líder entre extremos

À esquerda, Arafat dentro da caverna que usou como esconderijo, durante seu exílio na Jordânia. Abril, 1969. Nesta página, o jovem Arafat, em rara imagem com trajes ocidentais

POR EDOUARD ZAMBEAUX

Tradução de Alexandre Agabiti Fernandez

Para analisar quem foi o homem que durante quase meio século percorreu o planeta com um turbante na cabeça e uma pistola no cinto, há que oscilar entre indagações extremas: destino individual ou destino coletivo, terrorista sanguinário ou negociador visionário, chefe de clã ou chefe de Estado. As respostas seriam: um e outro, dependendo da época. Com Yasser Arafat, a história contemporânea do povo palestino encontrou seu herói e seu vilão, mas também sua figura de proa. Raramente um homem e uma causa estiveram tão ligados no século XX.

Para o melhor e para o pior, Arafat confiscou a causa palestina. É impossível dissociar sua vida de seu movimento político. Um movimento ao qual deu reconhecimento internacional, marginalizou por suas tomadas de posição aviltantes, conduziu em negociações corajosas ou imobilizou no meio do caminho de uma resolução do conflito israelo-palestino. Arafat, como a resistência palestina, é o sentido da história e o seu contra-senso.

O sentido da história, para Yasser Arafat, foi ter compreendido antes de todos que a causa que abraçava não poderia ser defendida pelos países “irmãos”, terceirizada pelas outras nações árabes. Essa convicção, Abu Ammar – seu nome de guerra – adquiriu tão logo se iniciou nos combates. Nascera no dia 4 de agosto de 1929, no Cairo, mas se dizia nativo de Jerusalém, onde vivera, com um tio, entre os 4 e 7 anos, após a morte da mãe. Quando Ben Gurion proclamou a independência de Israel, em 14 de maio de 1948, Arafat abandonou a Universidade do Cairo para lutar contra os judeus. Nesse episódio conheceu seu primeiro revés, ao ser desarmado por exércitos árabes que se dirigiam ao jovem Estado para tentar transformá-lo em país natimorto.

O fracasso foi duplo. A título individual e também em termos militares. Israel rechaçou os ataques e entrou com tudo na geopolítica regional. Os dois inimigos acabavam de se conhecer. Arafat permaneceu dois anos na faixa de Gaza, para onde afluíam milhares de refugiados palestinos. Em seguida retomou os estudos de engenharia. Em 1952, sempre na Universidade do Cairo, ele debutou na política ao assumir a presidência da União dos Estudantes Palestinos. É nela que conheceu aqueles que foram, durante todo o período militar da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), seus mais fiéis colaboradores: Abu Iyad e Abu Jihad. Arafat já defendia a luta armada dos



CRONOLOGIA

1929, 4 de agosto

Nasceu no Cairo

1952

Presidente da União dos Estudantes Palestinos

1958

No Kuwait, fundou o Fatah

1969, 2 a 4 de fevereiro

V Congresso Nacional Palestino, no Cairo; tornou-se o único chefe do movimento

1974, 13 de setembro

Líder da OLP; ele se consagrou ao pronunciar um discurso na ONU, em Nova York

1987

A primeira Intifada: o enterro de três operários palestinos da faixa de Gaza

1988, 15 de novembro

Proclamou o nascimento de um Estado palestino independente

1993, 13 de setembro

Histórico aperto de mãos entre Rabin e Arafat, em Washington, sob o olhar do presidente Clinton

1994, 1º de julho

Voltou a Gaza, formando o primeiro governo autônomo, a Autoridade Palestina

2000

As reuniões de Camp David, com Barak e Arafat

2004, 29 de outubro

Deixou Ramallah, com destino à França, para tratamento médico

2004, 11 de novembro

Morreu no hospital Percy, em Clamart (França)



O líder com guerreiros do movimento Fatah em abril de 1969, na Jordânia

palestinos: é deles a missão de libertar seu “país”. Sobre esse axioma, essa vontade de ser o único representante oficial da causa palestina, ele construirá todo o seu percurso e conseguirá legitimidade.

Na época, pode-se dizer que a causa palestina não existia. A tal ponto que muitos negavam até mesmo a existência desse povo. O próprio movimento estudantil dirigido por Arafat ainda não estava emancipado da tutela do grande

irmão egípcio. Em 1956, quando da crise de Suez, o jovem Arafat partiu para os combates no exército de Nasser. Esse ano marcou também o fim de seu engajamento no movimento estudantil: formou-se engenheiro de obras públicas. Depois da crise de Suez, Arafat e Abu Jihad intensificaram sua participação na luta armada contra Israel, coordenando a guerrilha em Gaza. Nunca foi esclarecido se Arafat estaria ligado nesse período à Fraternidade Muçulmana do islamita Hassan al-Banna. O governo do egípcio Gamal Abdel Nasser suspeitava de Arafat e o colocou na prisão por causa disso. Parece que Arafat era apenas um simpatizante dessa organização fundamentalista.

Autonomia distante

As ações bem-sucedidas eram escassas e sua visibilidade, praticamente nula. Na segunda metade dos anos 1950, a causa era principalmente a da “nação árabe”, que o presidente egípcio adotou como bandeira. Arafat se exilou no Kuwait, em cuja capital fundou seu movimento, o Fatah, acrônimo invertido de Movimento para a Libertação da Palestina. Ao seu lado estavam Abu Jihad e Abu Mazen (Mahmoud Abbas, que foi seu sucessor à frente da Organização

para a Libertação da Palestina). A doutrina preconizava a libertação da Palestina pelos palestinos, mas foi preciso esperar 1961 e o fracasso formal da República Árabe Unida (RAU) para que suas teses aparecessem como “dignas de crédito”. A noção de nacionalismo palestino ia de encontro aos interesses da maioria dos Estados da região. Além dos israelenses, que viam nele um inimigo, os egípcios, os jordanianos e os sírios não pretendiam abandonar suas prerrogativas e o poder de influência sobre a Palestina e seus habitantes. O primeiro combate foi, portanto, pelo reconhecimento dos países irmãos.

Chefe único

Rapidamente, porém, o Fatah se estruturou, e surgiu sua ala militar. Esta treinava inicialmente em Bagdá, no Iraque, e depois se ligou à Frente de Libertação Nacional argelina. A Liga Árabe reagiu ao surgimento do Fatah e decidiu criar seu próprio organismo. Assim, em maio de 1964, os países árabes ratificaram a criação da OLP – levada à pia batismal por Nasser – e de seu aparelho militar, o Exército de Libertação da Palestina. A direção da OLP foi confiada ao diplomata Ahmed Choukeiri. O ELP era formado por batalhões de palestinos integrados nos exércitos de diferentes países. A autonomia ainda estava distante. A luta por influência, entre as duas organizações palestinas, fora lançada. Ação militar para o Fatah, ação diplomática para a OLP, duas lógicas contraditórias, mas complementares.

Arafat lançou então, no começo de janeiro de 1965, suas tropas em operações de infiltração nos territórios ocupados para sabotagens. Do outro lado, os padrinhos da OLP não viam com bons olhos essa política do fato consumado. Nessa estratégia militar, Arafat, apoiado por Georges Habache, outro líder palestino, jogou pesado. Seus homens foram ameaçados pelos serviços especiais dos países árabes. O Fatah teve de obter armas e se proteger de seus “amigos” antes de poder realizar ações militares.

A situação permaneceu a mesma durante todo o ano de 1966. Hafez Assad, que tomou o poder na Síria, não quis mais saber do incontrolável Arafat. Ele preferiu Ahmed Jibril, que fundou a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP). Nesse período, as divisões internas minaram o movimento palestino. A estrepitosa derrota árabe na Guerra dos Seis Dias, em 1967, não melhorou as coisas. Os padrinhos egípcios e sírios perderam seu brilho. O Fatah se engajou com ímpeto na organização de uma resistência dentro das fronteiras, mas sem nenhum sucesso.

A esfera de influência palestina se deslocou um pouco mais com o surgi-

mento da FPLP de Georges Habache, da FPLP-comando geral, de Ahmed Jibril, da Saika ou da Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP), de Naief Hawatmeh. A derrocada parecia próxima. A única boa notícia para Arafat era que Ahmed Choukeiri, seu rival direto, pediu demissão da direção da OLP, na qual entraram as organizações armadas. Rapidamente, Arafat tomou o comando

da organização e, em 1969, se tornou presidente do comitê executivo. Ele se beneficiou, nessa luta pelo poder, do crédito que lhe deu a mítica, quase mitológica, batalha de Karameh, vencida em 21 de maio de 1968, sobre o exército israelense. Longe de representar um sucesso brilhante, esse episódio militar tornou-se a “prova” de que o exército israelense não era invencível. Com a aura dessa vitória, no V Congresso Nacional Palestino, celebrado no Cairo entre 2 e 4 de fevereiro de 1969, Arafat se tornou enfim o único chefe. Agora ele podia tentar pôr em prática a estratégia e reunir as facções. Georges Habache, seu antigo aliado e nesse momento

desvio de três aviões de passageiros para o aeroporto de Zarka, na Jordânia, realizado por homens de Habache, consumou o rompimento: Hussein não desejava mais ver a central palestina em seu território. Além disso, a OLP se recusava a aderir ao Plano Rogers, primeira tentativa americana de resolução do conflito, com apoio da Jordânia e do Egito.

Triunfo inesperado

Em 1970, o exército jordaniano voltou suas armas contra os palestinos divididos: o resultado foi um banho de sangue. Os mortos lotavam os campos de refugiados. Menos de um ano depois, a OLP estava

Os palestinos, em escalada terrorista, chegaram a extremos, com o ataque da organização Setembro Negro a atletas israelenses na Olimpíada de Munique

fora da Jordânia. Arafat foi considerado responsável pelo desastre. No entanto, ele conseguiu se manter no posto e instalou-se no Líbano. Os palestinos se lançaram numa escalada terrorista, especialmente com a organização Setembro Negro, que se tornou tristemente célebre com o assassinato de atletas israelenses nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972. A esse tipo de ação se seguiram seqüestros de aviões, e nada permitia entrever uma esperança no seio do movimento palestino. A Guerra do Yom Kippur, em outubro de 1973, não melhorou a situação.

Entretanto, no fim desse ano, Arafat obteve um triunfo diplomático inesperado junto a seus pares: a conferência de cúpula da Liga Árabe, que aconteceu em Argel, reconheceu o direito da OLP de representar o povo palestino. Essa decisão foi oficializada um ano mais tarde. A organização pôde então entrar na cena diplomática. O ano de 1974 foi o primeiro da existência internacional da OLP. Durante esse período, Arafat fez sua primeira viagem oficial à URSS, foi recebido no Egito e confortado pelos Estados islâmicos e pela Liga Árabe. Ele recebeu o apoio da Arábia Saudita, obteve o direito de enviar observadores à Unesco (Organização das Nações Unidas

concorrente, se recusou a reconhecer o poder de Arafat e de tomar parte na direção da OLP. As divergências cresceram no ano seguinte. Cada grupinho da OLP fazia o seu próprio jogo. A posição dos palestinos na Jordânia não cessava de se deteriorar. O rei Hussein se sentiu ameaçado por esse Estado dentro do Estado que os palestinos representavam. As relações se crispam e o



No célebre discurso na ONU em novembro de 1974, quando declarou estar com um ramo de oliveira numa das mãos e uma arma na outra

ISRAEL CONQUISTA TERRITÓRIOS





O memorável aperto de mãos com Yitzhar Rabin, em Washington, setembro de 1993, ao lado do então presidente Bill Clinton

A primeira Intifada, na gigantesca favela em que se transformou a faixa de Gaza, escapou ao controle da OLP, mas gerou uma onda de simpatia quase universal

para a Educação, a Ciência e a Cultura), encontrou o ministro das Relações Exteriores da França em Beirute. No dia 13 de novembro de 1974, Yasser Arafat – “com o fuzil em uma mão e um ramo de oliveira na outra”, segundo suas próprias palavras – fez um discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York. Era a consagração diplomática desse homem que em cinco anos conseguira tomar as rédeas do movimento palestino e impor sua estratégia, qualificada como moderada.

Negociações secretas

Outros êxitos foram somados, nesse ano de 1976: em janeiro a OLP foi admitida nas reuniões do Conselho de Segurança da ONU sobre o Oriente Médio. Em Israel, os candidatos da OLP aos pleitos municipais representavam nada menos que 80% dos eleitos. Arafat resolveu começar as primeiras negociações secretas com os israelenses, em Paris. De um lado, Issam Sartauoi, alguém próximo do líder palestino; de outro o general Matityahou Peled e Oury Avnery, futuro deputado e

dirigente do Goush Shalom (“bloco da paz”). Essas conversas informais continuaram durante vários anos e permitiriam, em 1983, um encontro público de Arafat com dois emissários israelenses.

A reunião sacudiu o movimento palestino e a opinião pública israelense. Era uma iniciativa no mínimo corajosa da parte de Arafat. Seus opositores cobraram caro por isso. Algumas semanas depois da reunião histórica, Issam Sartauoi foi assassinado em Portugal, por homens de Abu Nidal, enquanto representava a OLP no congresso da Internacional Socialista. Outros abalos já haviam ocorrido, como a visita de Anuar Sadat a Jerusalém, em 1977, seguida, em 1978, dos acordos de Camp David entre Egito e Israel, que provocaram uma nova ruptura entre a OLP e o poder egípcio.

Nesse período, a organização palestina foi obrigada a abandonar sua última base, o Líbano. A 6 de junho de 1982, sob o comando de Ariel Sharon, o exército israelense lançou a operação Paz na Galiléia e invadiu o Líbano. O cerco de Beirute, os

massacres dos campos de Sabra e Chatila emocionaram a opinião pública internacional. Quando os palestinos deixaram a capital libanesa, no fim de agosto de 1982, e assim que os últimos combatentes, cercados pelos sírios, deixaram Trípoli, no norte do país, no fim de 1983, sob proteção da marinha francesa, sua causa conquistou simpatias. Saíram como derrotados, mas com honras. Entretanto, o movimento palestino perdeu contato com “sua” terra. Exatamente o que Arafat sempre evitou.

Reclusa na Tunísia, a OLP tomou o aspecto de governo no exílio. Só apareceu na cena internacional ao sabor das operações terroristas, de bombardeios em represália ou de ataques realizados pelo exército israelense, que investia regularmente contra ela até no refúgio de Túnis. Até 9 de dezembro de 1987 a causa

palestina retornou ao primeiro plano. Pedras contra armas automáticas: assim a resistência palestina abriu uma nova era na luta pelo reconhecimento nacional. A primeira Intifada escapou ao controle da OLP, mas gerou uma onda de simpatia quase universal. Na gigantesca favela que se tornaram os 370 km² da faixa de Gaza, meninos enfrentam com pedras um dos mais temíveis exércitos do mundo.

Em seguida, as coisas se sucederam com rapidez. A 31 de julho de 1988, o rei Hussein proclamou que “a Jordânia não é a Palestina, e o Estado palestino será estabelecido em territórios palestinos ocupados, depois de sua libertação”. A OLP se tornou o único interlocutor de Israel. Trinta anos de combate para se emancipar completamente da embaraçosa solidariedade árabe. Arafat alcançou um triunfo incontestável. No fim do ano, realizou algo impensável. Pela primeira vez, durante o XIX Congresso da OLP, ele reconheceu de fato as resoluções 181, 242 e 388 do Conselho de Segurança da ONU ao proclamar a criação de um

Estado na parte “libertada” da Palestina. Isso significou também o quase reconhecimento de Israel.

Prisioneiro do poder

Em 1991, a Guerra do Golfo piorou a situação. Arafat apoiou Saddam Hussein, que seis meses antes invadira o Kuwait, afastando-se de todos os países produtores de petróleo da região. Erro moral, erro político, erro diplomático. Arafat foi banido pela comunidade internacional. Mas a Intifada prosseguiu com o surgimento de um concorrente. O Hamás, criado em 1988 pelo xeque Ahmed Yassin, representante da Fraternidade Muçulmana, começou a tirar partido de sua implantação e de sua ação social em prol da população. A tendência islâmica irrompe na cena política palestina, até então laica.

Após a Guerra do Golfo, as primeiras negociações começaram em Madri. Não alcançaram êxito. Na sombra, rapidamente, depois das eleições israelenses de 1992 que levaram Yitzhak Rabin ao poder, um novo episódio foi escrito. Outra reunião teve lugar, dessa vez na Noruega. Em Oslo, na mesa de negociações, há personalidades com responsabilidades: do lado israelense, Yossi Beilin, um dos altos cargos do ministério das Relações Exteriores. O poder político israelense orquestra sua manobra. Ela terminará em Washington, no gramado da Casa Branca. Yitzhak Rabin e Yasser Arafat apertaram as mãos em 13 de setembro de 1993, o que lhes rendeu um prêmio Nobel da Paz. Ela permitiu a Yasser Arafat atravessar a faixa de Gaza como chefe de Estado no dia 1º de julho de 1994, data da criação do primeiro governo autônomo, a Autoridade Palestina. Era a consagração. A euforia durou pouco. O mapa da Palestina que se esboçava tinha aspecto de um tricô roído por traças. Nenhuma continuidade territorial existia entre a faixa de Gaza, o Mediterrâneo e a Cisjordânia a leste. As colônias israelenses não foram desmanteladas, o terrorismo prosseguia. E os ressentimentos ressurgiram.

O poder palestino sofreu um desvio



Protegido por guardacostas, Arafat retorna do exílio a Gaza em julho de 1994

autocrático, enquanto a sociedade israelense se radicalizava devido aos sucessivos fracassos nas negociações. Benjamin Netanyahu e depois Ariel Sharon – cuja visita à Esplanada das Mesquitas em Jerusalém foi o estopim da segunda Intifada no ano 2000 – romperam o início de confiança que fora instalado com Rabin – e depois com Ehud Barak.

Arafat se recolheu, assediado. Pelos islâmicos, do Hamás ou da Jihad islâmica – outra organização radical – no plano interno, e pelo Exército israelense que con-

finou o velho e cansado líder nas ruínas de seu “palácio” em Ramallah. Prisioneiro da recusa em abandonar o posto, do desejo de seguir controlando o aparato de segurança e as finanças de seu Estado embrionário, Arafat desempenhou apenas o papel de espantalho até morrer em 11 de novembro de 2004. Hoje, a questão é saber qual dos grupos islâmicos ou democratas conseguirá reconstituir a unidade do povo palestino. Este ainda não teve a oportunidade de provar os frutos de um combate que já dura mais de cinco décadas. ■

EDOUARD ZAMBEAUX é jornalista

GLOSSÁRIO

Setembro Negro: organização terrorista, responsável pelo assassinato de atletas israelenses nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972.

Intifada: hoje um movimento de resistência com estrutura, começou como uma reação espontânea, gravada para sempre em imagens de jovens e crianças atirando pedras contra tanques de guerra israelenses.

Guerra dos Seis Dias: eclodiu em 5 de junho de 1967, com um ataque de Israel a bases aéreas egípcias, jordanianas e sírias; exemplo claro de guerra-relâmpago, em que o atacante conseguiu uma vitória acachapante (ocupação da península do Sinai, das colinas de Golan, de Jerusalém e da faixa de Gaza); o cessar-fogo aconteceu no dia 10, com interferência da União Soviética.

Guerra do Yom Kippur: em 1973, um confronto entre Israel, de um lado, Egito e Síria, do outro; esses dois países, diante das conquistas do inimigo na Guerra dos Seis Dias, atacaram igualmente de surpresa no feriado judeu do Dia do Perdão, o Yom Kippur; o revide foi imediato.



Dois meses após a morte de Jesus, os 12 apóstolos, pregando na Galiléia e em Jerusalém, ganharam 3 mil judeus para sua causa, que seguia estritamente a liturgia tradicional e as velhas escrituras. Na certeza, porém, de que o Messias já estivera entre eles e voltaria. Do pequeno núcleo original de seguidores, Pedro, Paulo e Marcos tiveram um importante papel na difusão da nova crença em diferentes partes do mundo então conhecido. Acompanhe, a seguir, essa trajetória

Arautos da nova fé

Os discípulos João e Pedro acorrem ao sepulcro de Jesus, quando anunciada a ressurreição



A EXPANSÃO DO CRISTIANISMO

Testemunhas da vida de Jesus, de seus gestos, de suas palavras, os apóstolos receberam a missão de disseminar a sua mensagem no mundo. Como se diz em Atos de Felipe: "Coube a Pedro ir a Roma, Tomás se encarregou de conquistar o país dos partos e a Índia; a Mateus, tocou embrenhar-se nas regiões mais remotas do Ponto; a Bartolomeu, ir a Liacônia (centro de Anatólia); Simão, o cananeu, incumbiu-se da Espanha; André, de Acaie (norte do Peloponeso); João, da Ásia; e Felipe tomou o caminho da terra dos helenos".



PEDRO

O primeiro líder missionário

Ele anunciou a remissão dos pecados a quem se arrependesse e fosse batizado. Era o passaporte para receber o dom do Espírito Santo

POR AIMÉ SAVARD
Tradução de Luiz A. de Araújo

A fé na ressurreição de um profeta judeu crucificado reuniu a primeira comunidade cristã, na cidade de Jerusalém. Essa crença se alimentava dos relatos de aparições enumeradas nos mais antigos relatos de que há vestígios. A maioria, dos seguidores de Jesus eram da Galiléia, na Palestina. Quando passaram a acreditar que “o Cristo ressuscitou”, a maior parte deles se instalou e se organizou num grupo estruturado em Jerusalém, onde as autoridades judias e romanas haviam decidido matar aquele que eles seguiam. Os que permaneceram nas aldeias galiléias só constituiriam comunidades particulares muitos anos depois.

A arriscada escolha de Jerusalém se justificava porque os primeiros discípulos de Jesus acreditavam na iminência do retorno do Mestre, o Messias anunciado pelos profetas e que viria ao mundo estabelecer o reino de Deus. Naquela mesma cidade – onde cada festa trazia peregrinos vindos de toda a Palestina – os apóstolos melhor podiam cumprir aquilo que consideravam sua missão: convencer os judeus devotos de que Jesus era de veras o Messias. Nessa época, a esperança messiânica estava muito disseminada entre os judeus. Alguns esperavam um político que restaurasse o reino de Israel. Outros aguardavam algo como o fim do mundo, a ressurreição dos mortos e a criação, por Deus, de um reino eterno de justiça. Essa concepção vinha se desenvolvendo fazia dois séculos, sob a influência de uma seita de letrados, os fariseus.

O relato de Pentecostes, nos Atos dos Apóstolos, traduz a ambição missionária dos companheiros de Jesus. Era a segunda das três grandes festas judaicas: 50 dias depois da Páscoa, comemorava a entrega das Tábuas da Lei a Moisés. Na ocasião, os judeus piedosos, oriundos de todas as comunidades da diáspora, peregrinavam a Jerusalém. O autor de Atos – Lucas, companheiro de Paulo, também redator do terceiro Evangelho – conta que esses apóstolos receberam missão do Espírito Santo. Este teria se manifestado a eles por meio de prodígios (ventania tempestuosa, línguas de fogo) que evocavam os que a Bíblia e seus comentaristas judeus atribuíam à manifestação do poder a Deus, no Sinai.

Os apóstolos pregavam o que Atos põe na boca de Pedro, o chefe do grupo inicial dos 12 instituídos por Jesus. Os exegetas

consideram esse texto a síntese da primeira pregação cristã, o querigma em linguagem teológica: “A este Jesus, Deus o ressuscitou, e disso nós todos somos testemunhas. Portanto, exaltado pela direita de Deus, ele recebeu do Pai o Espírito Santo prometido e o derramou, e é isto o que vedes e ouvis”. Apoiado em citações, Pedro mostra que tudo foi anunciado pelos profetas e que, por conseguinte, Jesus é o Cristo, o equivalente grego, língua em que Atos dos Apóstolos foi escrito, do termo hebreu “Messias”. E conclui: “Saiba, portanto, com certeza, toda a casa de Israel: Deus o constituiu Senhor e Cristo, este Jesus a quem vós crucificastes”. Aos ouvintes que sentiram “o coração traspassado” e queriam saber o que fazer, Pedro respondeu: “Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para a remissão dos vossos pecados. Então



recebereis o dom do Espírito Santo”.

O autor de Atos afirma que nesse dia “cerca de 3 mil pessoas” atenderam o apelo e se uniram ao grupo inicial de crentes. Assim nasceu em Jerusalém a primeira de todas as comunidades cristãs. Antes dessa primeira conversão em massa, e conforme a mesma fonte, os “irmãos”, como se chamavam os primeiros discípulos de Jesus entre si, eram “cerca de 120”. Esse grupo se organizava em dois núcleos. De um lado, o dos 12 discípulos designados por Jesus para serem testemunhas privilegiadas: os que se denominavam apóstolos e que substituíram Judas, o traidor, por Matias. Pedro aparecia como seu chefe. Porém, ao lado deles, Atos distingue, em torno de Maria, a mãe de Jesus, os membros de sua família, os “irmãos de Jesus”, conduzidos por um personagem que adquiriria uma importância considerável na comunidade: Tiago, designado como “irmão do Senhor”.

No período inicial, pouco depois do Pentecostes, “todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum”, afirma Atos dos Apóstolos. Partilhar a totalidade ou uma parcela dos bens servia para alimentar uma caixa destinada a ajudar os pobres da comunidade, principalmente as viúvas. Mas, na época, isso também era praticado nas sinagogas. Parece que a ambição da primeira comunidade cristã de Jerusalém era superior: os que aceitavam recebiam uma parte do dinheiro arrecadado, cada qual “segundo as suas necessidades”. Depois da descoberta dos Manuscritos do Mar Morto, percebeu-se que esse “comunismo cristão primitivo”, como o qualificaram alguns, já era praticado no mosteiro essênio de Qumran, fundado em pleno deserto, dois séculos antes da época de Cristo, por sacerdotes que queriam reagir contra a opulência do alto clero ligado ao Templo de Jerusalém.

A conversão à qual os apóstolos clamavam cotidianamente, no Templo, consistia em acreditar que Jesus, morto e ressuscitado, era precisamente o Messias



Pregação de São Pedro, de Fra Angelico (1387?-1455), pintura em madeira

esperado por Israel; mas não em aderir a uma religião diferente da fé judaica. Entre si, os membros dessa primeira comunidade designavam-se, não como cristãos, mas irmãos, crentes, discípulos, santos. A palavra que significa “partidários de Cristo” só apareceria alguns anos depois, em Antioquia, como uma alcunha atribuída pelos adversários. Durante anos, a idéia de que estavam fundando uma nova religião certamente não tocou o espírito dos membros pioneiros. Eles eram judeus e se consideravam fiéis à lei judaica. No seu ponto de vista, não foi para abolir, senão cumpri-la que Jesus tinha vindo.

Isso significa que os irmãos mandavam circuncidar os filhos e observavam as prescrições relativas à purificação, ao repouso do sabá etc. Sua vida era ritmada pelas horas de oração litúrgica. “Unâimes”, sublinha Atos, eles se mostravam no Templo para a oração matinal e a da tarde. Associavam-se à celebração das festas. Passavam por mais fervorosos do que a média. É provável que tenham renunciado logo aos sacrifícios sangrentos, mas com relação ao modo como viviam os judeus devotos, acrescentaram mais do que suprimiram. Muito unidos

entre si, apareciam como um grupo distinto, mas isso não devia causar admiração ao povo numa época agitada, na qual o judaísmo era muito diversificado e mesmo dividido entre algumas grandes correntes e uma multiplicidade de seitas político-religiosas que nascia e desaparecia em torno a profetas efêmeros.

A partilha do pão

Unicamente os saduceus, integrantes do partido das grandes famílias sacerdotais ligadas ao Templo, se inquietaram com os particularismos dos discípulos de Jesus, o agitador do qual acreditavam ter se livrado fazendo com que o ocupante romano o crucificasse. Para esses conservadores, cuja fortuna provinha do imposto recolhido no Templo, não se tratava nem de esperar o Messias, nem de crer na ressurreição dos mortos. Sua polícia não tardou a ser encarregada de observar de perto o que distinguia a nova seita judia dirigida pelos camponeses e pescadores galileus que eles tanto desprezavam.

Descobriram que, além da liturgia do Templo, os nazarenos – como passaram a ser chamados – desenvolveram, pouco

a pouco, uma liturgia própria, praticada em seus próprios domicílios. Tratava-se de refeições comunitárias acompanhadas de orações, durante as quais – por vezes, mas não sempre – se renovava a última ceia do Cristo. Era o que os irmãos denominavam “a fração do pão” celebrada em ação de graças (em grego, *eukharistia*) e que viria a ser a eucaristia. Os discípulos adquiriram rapidamente o hábito de se reunir na noite do sabá, após as comemorações propriamente judaicas desse dia sagrado, para celebrar a ressurreição do Cristo. Pouco a pouco, essas reuniões se transferiram para a manhã seguinte: foi o início da prática do culto dominical. Por ocasião da Páscoa, na qual era grande a afluência de peregrinos

judaísmo, e sim por retomar suas origens. Passados alguns anos, o termo igreja veio a designar o conjunto das comunidades cristãs da diáspora judia que reconheciam a autoridade da comunidade de Jerusalém.

Os primeiros cristãos de Jerusalém pretendiam-se judeus entre os judeus. Os apóstolos não hesitavam em anunciar Jesus Cristo no átrio do templo. Pedro e seus companheiros foram presos pela primeira vez. Intimados pelo sinédrio, o tribunal do Templo, reafirmaram sua fé. Pretendia-se condená-los à morte, mas o fariseu Gamaliel lhes tomou a defesa e conseguiu fazer com que os libertassem depois de açoita-los. As perseguições começaram e contribuíram para romper a unidade de uma comunidade de cada vez mais numerosa.

Primeiro martírio

Dela passaram a participar cada vez mais conversos, que, residindo em Jerusalém, eram oriundos da diáspora e falavam grego. Esses “helenistas”, como são denominados em Atos, acusavam os “hebreus” (provavelmente os naturais da Palestina, que falavam aramaico) de prejudicá-los, principalmente no referente à ajuda às viúvas. Também se permitiu que sete deles se encarregassem do “serviço das mesas”, ao passo que os Doze reservaram para si a pregação e a oração. Aliás, a seqüência de Atos mostra que estes se ocupavam dos pobres, pregavam e batizavam. Seriam responsáveis pelos helenistas. Foi a primeira cisão na Igreja, aceita e assumida por ambas as partes. Preso por ter tido intenções “hostis no Lugar Sagrado”, Estêvão, um dos sete, convocado a se apresentar diante do sinédrio, atacou violentamente as pessoas do Templo.

Condenado à morte, foi apedrejado e se tornou o primeiro mártir cristão.

Iniciou-se então uma perseguição que obrigou os helenistas a fugirem de Jerusalém, enquanto os apóstolos lá continuaram, tolerados. Isso marcou o fim do período idílico da Igreja de Jerusalém. Em 44, Herodes Agripa desencadeou uma perseguição da qual foi vítima um dos doze, Tiago, irmão de João, que morreu decapitado. Também preso, Pedro conseguiu escapar. Obrigado a sair de Jerusalém, tornou-se missionário itinerante, pregando nas estradas da Palestina e em outras partes. O comando da Igreja de Jerusalém passou para as mãos de Tiago, “o irmão do Senhor”, que impôs uma observância rigorosa da Lei mosaica. Rodeado de um colégio de anciãos ou “presbíteros”, impôs sua autoridade a todas as igrejas existentes na Palestina e na diáspora. Mas esta passou a incluir cada vez mais conversos procedentes do paganismo, que tendiam a dispensar as observâncias judaicas.

Paulo preconizava a idéia de que tais conversos não eram obrigados a se submeter às práticas judias, o que suscitou um conflito com Tiago. Se aquele aceitava compromissos, este se empenhava em manter o conjunto da Igreja cristã no regaço do judaísmo e submetido à autoridade da comunidade de Jerusalém. Uma luta inútil, tão grande foi o sucesso do cristianismo no mundo pagão. Uma luta à qual o apedrejamento de Tiago pôs fim em 62. Em 70, os exércitos romanos de Tito massacraram os habitantes de Jerusalém e destruíram o Templo. Os cristãos foram obrigados a sair da cidade. Jerusalém deixou de ser a capital do cristianismo, definitivamente emancipado do judaísmo.

AIMÉ SAVARD é jornalista e estudioso de história das religiões

GLOSSÁRIO

Querigma: reconhecimento da ressurreição de Jesus, de que sua causa permanece.
Manuscritos do Mar Morto: encontrados em 1948, em cavernas da Vila de Qumran, em Jerusalém, reúnem textos do Antigo Testamento.



MARCOS

Os passos do nazareno

POR ELIAN CUVILLIER
Tradução de Luiz A. de Araújo

A primeira crônica sobre a vida de Jesus foi escrita por Marcos, que em linguagem simples fixou para sempre o que até aí era apenas tradição oral



São Pedro posto em liberdade, anônimo, século XIV. Pintura em madeira

Um discípulo de Jesus de Nazaré narrou, por escrito, aproximadamente no ano 70, como ele havia proclamado o advento do Reino de Deus, na Palestina. E como o profeta galileu foi condenado à morte pelo então procurador romano da Judéia, Pôncio Pilatos. Pouco se sabe desse discípulo. Tudo indica que era judeu. Não frequentou as escolas filosóficas e ignorava os grandes pensadores da Antiguidade. Falava aramaico, o idioma do seu país, e aprendeu grego como segunda língua, mas sem dela ter um conhecimento profundo. Conhecia o Antigo Testamento pela tradução grega, a Septuaginta. Uma bagagem intelectual bem modesta: eis o que a leitura do segundo Evangelho revela acerca do autor.

Ele só foi mencionado no início do século II: Marcos, um nome que aparece no Novo Testamento. Por volta de 110, Papias, o bispo de Hierápolis, na Frígia, foi o primeiro a estabelecer uma ligação entre esse Marcos e o autor do segundo Evangelho. O texto de Papias chegou-nos por intermédio de Eusébio de Cesaréia, que viveu no século IV: “Marcos, que era o intérprete de Pedro, escreveu com exatidão, posto que sem ordem, tudo quanto guardou na memória do que o Senhor disse ou fez. Embora não tenha ouvido nem acompanhado o Senhor; mais tarde,

como eu disse, acompanhou Pedro. Este transmitia seus ensinamentos conforme a necessidade, mas sem fazer uma síntese das palavras do Senhor. Assim, Marcos não errou ao escrever tal como recordava. Na verdade, não tinha senão o desígnio de nada omitir do que havia escutado e de nada deturpar no que narrava”.

O que se depreende do texto de Papias é que Marcos era intérprete de Pedro. Mas tenhamos cautela. O Novo Testamento menciona reiteradamente um personagem chamado Marcos ou João Marcos, sempre associado às figuras de Paulo e Pedro. Segundo os Atos dos Apóstolos, pouco tempo depois da crucificação de Jesus, Pedro, tendo saído da prisão de Herodes, foi à casa de Maria, mãe de João, cognominado Marcos, onde se reuniam os discípulos de Jesus. Conquanto o relato da libertação do apóstolo contenha uma parte de lenda, é bem exato o detalhe sobre o papel da mãe de João Marcos na primeira comunidade de Jerusalém.

Outras passagens dos Atos (o “João” de que se fala no capítulo 13 é o mesmíssimo João Marcos) também informam que ele acompanhou Paulo e Barnabé a Antióquia na primeira viagem missionária a Perge, na Panfília, onde deles se separou para voltar a Jerusalém. Por ocasião da segunda viagem missionária, foi o pivô de uma desavença

Marcos, o Evangelista, óleo sobre cartão, de Wladimir Lukitsch Borowikowsky

entre Barnabé e Paulo. O primeiro achava que o fato de Marcos se haver separado deles naquela etapa da viagem não era motivo para que o rejeitassem. Recusando-se a abandoná-lo, levou-o a Chipre. Paulo escolheu outro colaborador. No momento em que este escreveu a Epístola a Filêmon, Marcos estava ao seu lado. Isso significa que os dois se reconciliaram. A tese é abo-nada pela Epístola aos Colossenses, escrita por um discípulo de Paulo. Ela apresenta Marcos como uma consolação para o apóstolo, coisa que o autor da segunda epístola a Timóteo confirma ao fazer com que Paulo diga: “Toma contigo Marcos, e traze-o, pois me é útil no ministério”. Por fim, lê-se na primeira epístola de Pedro: “Marcos, o meu filho, vos saúda”. Trata-se de uma paternidade espiritual. E, mesmo que se discuta a autenticidade dessa epístola, o texto define que Marcos pertencia ao círculo de Pedro, o que o livro Atos dos Apóstolos confirma. Junto dessas informações, encontram-se outras sobre Marcos na tradição da Igreja antiga. Clemente de Alexandria também assevera que ele é o autor do segundo Evangelho.

Mas, quando todos esses autores empreendem a descrição do personagem e do modo como escreveu o segundo Evangelho, a lenda contamina a história. O que a tradição acrescenta às indicações oferecidas pelo Novo Testamento precisa, de fato, ser avaliado com cuidado. Sem dizê-lo expressamente, a tradição supõe que Marcos era judeu, coisa que Atos parece ratificar implicitamente. Em compensação, concluir que ele era levita – quer dizer, da tribo judia na qual se recrutavam os sacerdotes – e supor que, depois de se converter, decepou o próprio polegar a fim de se tornar inútil para o serviço do Templo, é uma lenda sem



LOCALIZADO NO MUSEU NACIONAL, RUSSO, SÃO PETERSBURGO



nenhuma fundamentação histórica sólida. O mesmo se pode dizer de sua inclusão nos 70 discípulos. Igualmente isenta de provas é a opinião, disseminada na Igreja antiga, que lhe atribui a evangelização do Egito e faz dele o primeiro bispo de Alexandria. Em contrapartida, é mais sólida a unanimidade da tradição que afirma ter estado Marcos em Roma.

Uma coisa fica clara: se não foi um dos apóstolos e se não teve um papel de primeiro plano na Igreja primitiva, Marcos foi o autor do segundo Evangelho. Resta saber onde o redigiu. As raras alusões à Guerra Judia de 66-70, no Evangelho, tendem a indicar que Marcos não se achava na Palestina na época. Sua



Cidade de Jerusalém em mapa do século VI. Proveniente de Madaba, Jordânia

ignorância da geografia local reforça tal impressão. É verdade que se aventou o Egito ou a Síria, mas seu texto não apresenta nenhum indício sério que abone essa hipótese. Roma, ao contrário, parece mais plausível. Em primeiro lugar, nota-se certa quantidade de latinismos espargidos no texto. Do mesmo modo, a freqüente alusão a perseguições que evocam as que se abateram sobre os cristãos de Roma, em 64. Se a isso se acrescentar o peso da tradição, pode-se admitir que o segundo Evangelho foi escrito em Roma.

Para descobrir o que teria levado Marcos de Jerusalém a Antióquia e depois a Roma, há que seguir alguns rastros. Ele

era filho de uma família abastada de Jerusalém. Aparentemente, foi nessa cidade que, em contato com Pedro, ele descobriu a fé cristã. Tendo saído de Jerusalém para acompanhar Paulo e Barnabé a Antióquia, foi doutrinado por este último. Seguiu-se a primeira viagem missionária, a etapa em Chipre, o abandono dos companheiros em Perge, a recusa de Paulo a levá-lo consigo na segunda viagem. Sem dúvida, foi nessa época que Marcos se uniu a Pedro, então de passagem por Antióquia. Alguns anos depois, ele se encontra junto a Paulo em sua viagem forçada a Roma. Pedro também se achava na capital do Império. Estando aquele na prisão, é provável que Marcos tenha acompanhado este em seu ministério junto às comunidades cristãs. Após a morte dos dois apóstolos, decidiu redigir o Evangelho que hoje leva o seu nome.

Em Roma, como em muitos outros lugares, os primeiros cristãos eram originariamente de religião judia. Numa cidade que então contava com quase 1 milhão de habitantes, os judeus constituíam uma comunidade importante. Estima-se que, na metade do século I, chegavam a cerca de 40 mil. Submetidos à severa vigilância da autoridade romana, eram expulsos regularmente, como em 41 e em 49, devido a agitações cuja natureza é difícil precisar. Talvez o edito de Cláudio, ordenando a expulsão dos judeus da cidade, tenha atingido igualmente os judeu-cristãos, considerando que ainda era impossível para um romano distinguir as duas religiões.

A súplica por registros

O capítulo 16 da Epístola aos Romanos, na qual Paulo cita 24 nomes de pessoas, dá uma idéia da composição sociológica desses grupos. Os cristãos de Roma eram "imigrantes" que iam negociar na capital imperial. Às vezes, crentes de longa data. Tratava-se de comunidades de casas. Uma organização que se impôs devido à extensão da cidade, à inexistência de um local capaz de abrigar o conjunto e à ne-

cessária discrição. É possível que algumas fossem majoritariamente judeu-cristãs, ao passo que outras deviam se constituir de maioria pagano-cristã. Nem por isso Paulo deixou de escrever sua epístola para o conjunto dos crentes fixados em Roma: pluralidade não significava divisão.

Sobre o papel exato de Marcos em Roma, há indícios em documentos. O testemunho de Papias, relatado por Eusébio na sua *História eclesiástica*, dá uma pista: "[...] a viva luz da piedade brilhou de tal modo nos espíritos dos ouvintes de Pedro que eles não se contentaram em ouvi-lo de uma vez por todas, nem em receber a lição oral da mensagem divina, mas, por toda sorte de instâncias, suplicaram a Marcos, que era companheiro de Pedro e cujo Evangelho chegou até nós, que lhes deixasse um monumento escrito da doutrina que lhes havia sido transmitida oralmente; não cessaram de fazer tal exigência até obrigarem Marcos, de modo que foram eles a causa da composição do Evangelho dito segundo Marcos". Portanto, o papel de Marcos é essencialmente o de um "escriva", não o de um pregador. Com seu Evangelho, ofereceu às comunidades romanas nada menos do que um texto fundador, no qual, meio século depois, Mateus e Lucas se inspirariam para redigir seus próprios evangelhos.

Para entender a situação das comunidades cristãs de Roma, às quais ele se dirigia, é preciso levar em conta diversos fatos históricos. Em primeiro lugar, a perseguição desencadeada por Nero, depois do incêndio da cidade em 64, que deixou uma marca indelével na consciência cristã primitiva, tanto naquela cidade como no conjunto do Império. Os discípulos de Jesus passaram a ser um grupo religioso reconhecido (até então eram considerados uma seita judia), ainda que rejeitado. As comunidades viviam uma situação fragilizada, na qual a perseguição se tornara um risco constante e a traição, uma possibilidade. A seguir, a Guerra Judia de



Cenas da vida de São Marcos, quatro painéis de autoria de Paulo Veneziano. Século XIV

VOZ DISSONANTE

A hipótese segundo a qual Marcos é o autor do segundo Evangelho está longe de ser consensual. Comprova-o a opinião expressa por H. Conzelmann e A. Lindemann em *Guide pour l'étude du Nouveau Testament* (Guia para o estudo do Novo Testamento): "Por não mencionar o nome de nenhum autor, Mc (o Evangelho segundo São Marcos) se apresenta como um escrito anônimo. A tradição da Igreja atribui o livro a João Marcos. [...] Conforme a primeira Epístola de São Pedro (5, 3), ele era secretário e tradutor de Pedro em Roma; segundo Papias, teria escrito seu Evangelho com base no que lhe contou o apóstolo. Mas o texto não confirma tais informações. É evidente que Mc não foi escrito por um judeu palestino. O autor parece ignorar as particularidades da geografia palestina. [...] Os costumes judeus lhe são estranhos, e ele só os invoca com certa distância e, sobretudo, os dados são incorretos. Um indício que permite supor que João Marcos não seja o autor do Evangelho é o fato de Mc não sofrer praticamente nenhuma influência da teologia paulina, ao contrário do que era de se esperar de um companheiro de Paulo. [...] Portanto, a única coisa que se pode dizer é que o autor de Mc é um pagano-cristão; de resto, ele nos é desconhecido".

66-70, que culminou com a destruição de Jerusalém e do Templo pelos exércitos romanos, levou à reestruturação do judaísmo e acelerou ainda mais o processo de separação entre a Igreja nascente e a Sinagoga. Foi também nesse período que desapareceram as últimas testemunhas oculares das primeiras horas do cristianismo, aquelas que conviveram com Jesus. Isto suscitou a questão de conservar a tradição – até então oral – e da necessidade de fixá-la por escrito.

Isso tudo poderia ser um sinal do iminente retorno do Senhor. Sem dúvida alguma, a efervescência nas comunidades cristãs de Roma estava no auge. É provável que tenha sido com esses elementos no espírito que Marcos escreveu. Um exegeta no início do século XX disse que os evangelhos eram "histórias da Paixão com introdução circunstanciada". Um aforismo particularmente adequado ao segundo: todo o relato se centra no destino trágico do "herói" principal, Jesus de Nazaré. A história se circunscreve à vida de Jesus entre o batismo (sem o relato da infância, como em Mateus e Lucas) e a morte (sem referência à aparição do ressuscitado).

Mais precisamente, em Marcos, todo o ministério de Jesus parece voltado para o fato da crucificação. A narrativa culmina com as palavras do centurião romano, ao pé da Cruz: "Vendo que havia expirado desse modo, disse: 'Verdadeiramente este homem era filho de Deus!'". Para Marcos, Deus se revela aos homens na morte de Jesus. Viver já não é contar consigo próprio ou com as imagens tradicionais da divindade, mas encontrar em Jesus a nova face de Deus. Um Deus marcado pela morte. Um Deus que permite ao crente assumir a sua própria existência nas dificuldades cotidianas da vida. O que, aliás, corresponde precisamente à situação difícil que as comunidades cristãs enfrentavam em Roma. ■

ELIAN CUVILLIER é escritor e teólogo, professor especializado em Novo Testamento



PAULO

A humanização de Deus

O apóstolo passou a vida percorrendo o Império Romano, para consolidar os núcleos cristãos e converter os renitentes. Reuniu as comunidades, na construção de uma só Igreja

POR ELIAN CUVILLIER
Tradução de Marly N. Peres

Exceção feita ao próprio Jesus, Paulo é a figura mais importante entre os que marcaram os primeiros tempos do cristianismo. Por diversas razões. Antes de mais nada, a vida dele foi marcada por uma reviravolta radical. Ele, o fariseu Saulo (Saul), defensor ardoroso da Torá — a Lei hebraica —, tornou-se repentinamente discípulo de Jesus, aquele que justamente anunciaria o “fim da Lei” em sua Epístola aos Romanos. Seguro e convencido de sua nova fé, Saulo transformado em Paulo, “o humilde”, tomou o bastão de peregrino e se fez missionário, percorrendo o Império Romano: ele passou a ser o verdadeiro promotor do cristianismo. Finalmente, e mais do que tudo, Paulo teorizava. Sua reflexão sobre o acontecimento central da fé cristã — a morte e a ressurreição do Cristo

— fez dele o primeiro teólogo e escritor do cristianismo nascente. Tempos mais tarde, santo Agostinho e Lutero, entre outros, seriam influenciados por suas epístolas.

O próprio Paulo reconhecia a transformação, em sua Epístola aos Filipenses: ele havia sido um fariseu íntegro e obediente aos ditames da Lei. Preocupado em defender a honra de seu Deus, ele tinha se tornado um crítico vigoroso de seus compatriotas judeus que, em nome de Jesus de Nazaré, que reconheciam como o Messias, punham em dúvida a primazia da Lei. Para se bater contra eles, Saulo passou a ser um viajante, indo de Jerusalém a Damasco, na Síria. Para ele, naquele momento, Jesus era o amigo das prostitutas, dos pagãos, dos transgressores da Lei. Aquele que pretendia abolir a distinção entre puro e impuro. Aquele que, em contrapartida, também proclamava a proximidade do reino de Deus, um Deus que acolheria cada um e cada uma sem distinção de origem, quali-

dades ou situação social. Saulo considerava Jesus um blasfemador, que questionava a estrutura do mundo em que vivia. Um revolucionário.

Para explicar a mudança que se operou nele, há que analisar sua trajetória diante do tema. Em seus debates acalorados com os discípulos de Jesus, Saulo descobriu que seu apego à Lei não era, na verdade, com Deus, mas com a identidade e a religião judaicas, que o tornavam diferente do restante dos homens. Num mundo fechado, onde cada um só existia em função do lugar que ocupava na sociedade, Jesus Cristo lhe oferecia o que a Lei o impedia de conhecer e de receber: uma nova identidade, não mais fundada no particularismo étnico, na obediência religiosa ou em qualquer outra qualidade distintiva, mas num ato de Deus, gratuito e oferecido a todos, fossem judeus ou pagãos.

Ao tornar-se discípulo de Jesus, e agora Paulo, converteu-se mais uma vez em via-

jante com a missão de transmitir aos povos da bacia mediterrânea a certeza que daquele momento em diante era a sua: a Boa Nova do Evangelho dirigia-se a todos os homens, sem distinção. Paulo tirou proveito de uma rede de vias de comunicação em plena expansão, num período de estabilidade no conjunto do Império, a famosa *Pax romana*. Ele fazia parte dos incontáveis viajantes que percorriam a bacia mediter-

rânea, de um lado a outro. Eram deputados e candidatos indo a Roma, à procura do Imperador ou do Senado e às capitais de província. Havia, também, peregrinos à procura de santuários, médicos, oradores, sofistas, artistas vendiam seu saber ou sua arte, mercadores e turistas.

Entre as cidades, onde se concentrava a população, havia zonas pouco habitadas. A viagem era portanto uma aventura, com

Cristo e os apóstolos, relevo do sarcófago de Petrônio Probo, batizado e falecido no ano de 390, na outra página. Ao lado, O batismo de São Paulo, mosaico de autor anônimo do século XII

grandes riscos. Os pagãos consultavam os oráculos, para saber se deviam ou não lançar-se aos caminhos. As rotas marítimas tinham se tornado mais seguras, desde que a potência romana estendera seu poderio aos mares, pondo fim à dominação dos piratas. Havia, entretanto, que enfrentar a força da natureza, na forma de tempestades. Mas por terra ou por mar, viajar continuava sendo perigoso. Paulo mesmo admitia: “Perigo nos rios, perigo de ataque de bandidos... perigo no deserto, perigo no mar”.

Se era arriscado viajar durante o dia, mais ainda à noite. É verdade que havia hospedarias. Mas era notória a sua reputação lamentável, como repugnantes espaços para dormir. As classes sociais mais elevadas evitavam freqüentá-las e preferiam se hospedar em casa de amigos. O perigo moral representado pelos albergues fez da hospitalidade uma virtude essencial do cristianismo primitivo. Os missionários e mensageiros tinham de colocar as igrejas em contato. As comunidades cristãs constituíam, assim, famílias aumentadas; ofereciam abrigo e assistência material para quem estava em deslocamento.

Após sua adesão ao que convém chamar, ainda nessa época, de “movimento de Jesus”, por volta do ano 32, Paulo se estabeleceu na Arábia. Sua partida quase imediata indica uma necessidade premente de viajar. Seu objetivo, dizia, era o de anun-



© MUSEU DO VATICANO, ROMA



© CAPITA DE NOMBRE



São Paulo prega no Aerôpago, pintura em madeira de Luca di Tommè, século XIV

PAULO DESCOBRIA A “MALDIÇÃO” DA LEI

Foi na reflexão sobre a morte e ressurreição de Jesus que Paulo descobriu uma maneira nova de encarar sua fé. Afirmou que, ao se revelar num homem crucificado, Deus surpreendeu os homens. Ele não estava no Céu, forte, poderoso, imortal e glorioso. Ele se dava a conhecer pela expressão e traços de um condenado à morte. Mostrava-se solidário naquilo que é mais difícil na condição humana: a finitude da morte. Isso significava, para Paulo, que todos os sistemas religiosos que não reconhecessem Deus sob o rosto de Jesus crucificado estavam enganados. Isso também queria dizer que todas as diferenças estabelecidas — entre os homens (puro/impuro), judeu/pagão; grego/bárbaro, homem/mulher, escravo/homem livre; rico/pobre; sábio/ignorante) — não valiam diante de Deus. Dali em diante seria a fé no Cristo que permitiria a todos, sem distinção, reconhecerem-se como irmãos e irmãs do crucificado, e portanto filhos e filhas de Deus. A mudança era radical. Os que obedeces-

sem à Lei hebraica não mais seriam os descendentes de Abraão, o piedoso, mas sim os que reconhecessem em Jesus a revelação de Deus. Paulo descobriu o que chamaria de “maldição” da Lei hebraica, por meio da qual o comando divino é utilizado pelo homem para se distinguir dos outros. Contra essa Lei que separava os homens entre bons e maus, puros e impuros, Paulo afirmou que, em Jesus, judeus e pagãos seriam convivas à mesma mesa e teriam direito aos mesmos privilégios diante de Deus. Chegou à conclusão de que a cruz era um escândalo para os judeus e uma loucura para os pagãos. Escândalo, porque Deus é vitorioso ou não é Deus (Jesus não podia ser Deus, pois morreu como um bandido). Loucura, porque Deus é razoável ou não é Deus (Jesus não podia ser Deus, pois sua morte infamante não era um modo adequado para um deus se revelar). Para os crentes, a cruz significava uma nova sabedoria, a descoberta de uma nova face de Deus.

ciar Jesus “às nações pagãs”. A época das grandes viagens missionárias só começou verdadeiramente após uma longa estada na Antioquia da Síria (uma década). Ali, em contato com comunidades pagão-cristãs, ele aprofundou sua própria compreensão da fé que em pouco tempo poderia ser chamada de “cristã”. Foi de Antioquia que ele partiu, em companhia de Barnabé e de João Marco, para uma primeira campanha missionária na direção oeste. Seria por volta da segunda metade dos anos 40. Paulo e seus companheiros embarcaram do porto de Selêucia, a 25 quilômetros de Antioquia, com destino a Chipre. Eles chegaram a Salamina. Como ele faria em todos os lugares, pregava nas sinagogas, procurando convencer não somente seus compatriotas judeus, mas sobretudo os pagãos. Entre eles, aqueles que recusavam a circuncisão (os “tementes a Deus”) e os que já haviam dado esse passo (os “prosélitos”). A uns e outros ele anunciava que, em nome de Jesus, não mais era obrigatório observar por Deus.

Travessia perigosa

Em seguida, eles atravessaram a ilha para embarcar em Pafos, com destino à Ásia Menor, onde desembarcaram em Perge. Dali, acompanhado de Barnabé, Paulo faria sua primeira expedição até Derbe, passando pela Antioquia da Pisídia (ou Psídia), por Icônio e Listra. Algo próximo de 160 km separam Perge e Antioquia. Tratava-se de atravessar o maciço montanhoso de Taurus, pontilhado de caminhos e passagens tortuosos, torrentes, assaltantes em emboscadas. De Antioquia a Listra havia a “via Augusta”. Mas Paulo e Barnabé fizeram um desvio na direção norte, para chegar a Icônio; e em seguida a Derbe, que ficava fora da via romana. O caminho de volta passou pelas mesmas cidades até Perge, onde Paulo procurou articular as recém-criadas congregações. Em Perge, partida para Antioquia da Síria, de barco, sem passar novamente por Chipre, que tinha sido evangelizada antes.

Por volta dos anos 50, Paulo, agora sozinho, empreendeu sua segunda viagem missionária. Partindo de Antioquia, seria um itinerário terrestre que desta vez o levaria primeiramente a Derbe, Listra, Icônio e Antioquia da Pisídia, mas no sentido inverso, pois ele havia chegado pelo leste. Em seguida, foi à Galácia, onde uma doença o obrigou a uma parada forçada, pausa que ele aproveitou para evangelizar a região.

De lá, ele foi para a ponta mais avançada da Ásia Menor e à Macedônia, onde permaneceu por algum tempo em Filipos, fundando uma nova comunidade. Em seguida, Tessalônica, Beréia, talvez Ilíria e finalmente Atenas. Em todas as cidades, ele fundava congregações com relativo sucesso (o fracasso em Atenas foi compensado pelo sucesso em Corinto). Com muitas delas ele manteria, mais tarde, relações epistolares (Galácia, Corinto, Tessalônica, Filipos). Em meados dos anos 50, retornou à Ásia Menor, em especial a Éfeso, onde ficou dois anos. Nesse período, enfrentou muitas resistências, em sua ação missionária, em especial a revolta dos ourives, que o colocou contra os artesãos, a quem ele reprovava o fato de construir miniaturas dos templos de Ártemis. De Éfeso, ele foi a Tiro e depois a Jerusalém, onde foi preso sob a acusação de pôr em risco a religião de seus ancestrais.

Libertado, continuou seu périplo que, dali em diante, seria ligado às circunstâncias que cercaram sua primeira passagem por Jerusalém. Ele foi conduzido a Cesaréia, em seguida a Roma, onde — na qualidade de cidadão romano —, pediu para ser recebido em audiência. Essa ocasião transformou-se em pretexto para narrar a viagem marítima e o naufrágio que o conduziram a Malta. Em Roma, ficou preso por um período de tempo difícil de avaliar. A fonte principal, os Atos, interrompe-se nesse ponto. Há suposições de que tenha ido à Espanha, no período dos anos 63-64. A tradição antiga aceita essa tese. Nesse caso, deve-se estimar seu derradeiro retorno a Roma por volta dos anos 65-66, quando ele sofreu o martírio.



São Paulo, em imagem de pintor anônimo do século XVIII

Em todos os locais onde fundou congregações, Paulo se preocupou com a organização. Três princípios parecem ter guiado sua visão das coisas. Antes de mais nada, as Igrejas eram estruturadas na forma de comunidades domésticas, facilitadas pelo fato de as reuniões serem na casa de um dos membros em boa situação financeira, com espaço suficiente para abrigar os fiéis. Paulo se inspirou no esquema patriarcal, mas em nome da igualdade pregada pela fé cristã, as mulheres ocupavam uma posição privilegiada no seio da organização eclesial. Febe, Júnias, Priscila, Lida, por exemplo, são alguns nomes de fiéis citados por Paulo em sua Epístola aos Romanos. Da mesma forma, havia a presença dos escravos. Em segundo lugar, constata-se que o culto estava no centro da vida comunitária.

Algumas vezes acontecia que certas funções (apóstolos, profetas, doutores etc.) fossem mais importantes do que outras.

E, por fim, o comportamento mútuo se baseava na preocupação com o próximo e na integração de todos. A atividade missionária de Paulo é, ainda hoje, considerada impressionante. Num período de somente 20 anos, o apóstolo lançou as bases que permitiriam a um movimento oriundo do judaísmo tornar-se um fenômeno durável e de dimensões universais. Um feito memorável, a julgar pela transformação pela qual ele passou. Em si mesma, era o exemplo de uma teoria de Paulo: é na fraqueza humana (fraqueza de um Saulo atormentado e desconcertado, tornado Paulo missionário incansável, mas nem sempre amável ou conciliador) que se manifesta plenamente a força de Deus. ■

ELIAN CUVILLIER é doutor em teologia do Instituto Protestante de Teologia de Montpellier

PARA SABER MAIS

Os Atos dos Apóstolos (9, 1-2; 11, 25; 15, 17, 16-24; 19, 23; 21, 23; 24-26; 27; 28, 1-10 e 11-30); **Epístola aos Romanos** (10, 4; 15, 24-28; 16, 23); **Epístola aos Filipenses** (3, 3-4); **2ª Epístola de São Pedro** (3, 16); **1ª Epístola aos Coríntios** (1, 18-25); **2ª Epístola aos Coríntios** (11, 26); **Epístola aos Gálatas** (1, 16-17, 21; 2, 11-21; 4, 13).



A vida em BRANCA NUVEM

Os primeiros cristãos, quando ainda tolerados, eram discretos e se esforçavam em não se destacar pela linguagem, pelo aspecto ou comportamento. Evitavam ostentação

CIDADÃOS DO CÉU

Este texto anônimo, extraído da carta a Diogneto (passagens 5 e 6) e escrito por volta do ano 200, em Alexandria, mostra como os cristãos eram vistos por seus contemporâneos

“Os cristãos não têm nada de diferente, comparados aos outros homens: nem as comunidades nas quais eles moram, nem a língua que falam, nem as roupas que vestem. Eles não vivem em locais à parte nem utilizam uma linguagem particular. Sua vida é normal... Eles estão espalhados nas cidades gregas ou bárbaras, vivendo segundo as condições de cada uma delas, e adaptando-se aos costumes do lugar no que diz respeito às vestimentas, à alimentação, à maneira de viver. Mas ao mesmo tempo eles seguem leis extraordinárias, que podem parecer paradoxais, de sua república espiritual.

Os cristãos residem cada um em sua pátria, mas permanecem nela como estrangeiros que ali moram. Participam de tudo, como cidadãos, mas suportam todos os encargos como estrangeiros. Toda terra estrangeira é para eles uma pátria e toda pátria é terra estrangeira.

Eles se casam como todo mundo, têm filhos, mas não abandonam os recém-nascidos. São feitos de carne, mas não vivem segundo a carne.

Eles passam a vida na Terra, mas são cidadãos do céu. Obedecem às leis vigentes, mas por sua maneira de viver são vitoriosos sobre as leis. Eles amam todos os homens, mas todos os perseguem. Eles são desrespeitados, são condenados e mortos: e é nesse momento que ganham a vida. Eles são pobres, mas todos enriquecem à sua custa. Não têm nada, mas possuem tudo. Encontram sua glória no desprezo e sua justificação na calúnia. Eles bendizem os que os insultam, honram os que os ultrajam. Eles, que só fazem o bem, são punidos como celerados, mas se regozijam no castigo, pois isso os faz nascer para a vida.

Numa palavra, o que a alma é no corpo, os cristãos são no mundo. A alma está na verdade distribuída como uma semente em todas as partes do corpo, como os cristãos que moram em todas as cidades do mundo. A alma mora no corpo mas não é de modo algum corpo. Assim são os cristãos, que vivem no mundo mas não fazem parte dele.”

POR ÉTIENNE TROCMÉ

Tradução de Marly N. Peres

Quando a ruptura com o judaísmo se completou, por volta do ano 100, o cristianismo se restringia a uma reduzida minoria, marcadamente urbana. Podia-se encontrar cristãos em quase todas as cidades importantes do Império Romano, assim como na Mesopotâmia e talvez mais longe, se as lendas sobre a evangelização da Índia forem consideradas. Os judeus, por sua vez, nessas mesmas localidades representavam de 5% a 10% da população e algumas vezes até mesmo mais; os cristãos não tinham nenhum poder nessas cidades. Na totalidade, provavelmente somavam alguns milhares de pessoas, fossem eles cidadãos do Império Romano ou do Império Parta. Era, em verdade, uma minoria insigni-

Banquete da Eucaristia, desenho do período paleocristão do século III. Localizado na catacumba de Priscila, Roma

ficante e muito mal posicionada no que dizia respeito à conquista de um lugar reconhecido na sociedade, destituída de estatuto jurídico.

A essa situação inicial tão desfavorável seguiu-se uma expansão bastante rápida nos séculos II e III. Algumas regiões aonde essa crença mal havia chegado, por volta do ano 100, viram nascer várias comunidades cristãs, inclusive no campo. A diversidade cultural das Igrejas aumentava, em particular na África, onde o uso do latim tornava-se corriqueiro, enquanto em Roma, por exemplo, ainda se usava muito o grego como língua de culto e da vida comunitária. Gradativamente, a cristandade saiu de sua insignificância numérica, embora mantivesse o comportamento de minoria, em especial no Ocidente, mais do que no leste do Império Romano: desconfiança com relação ao “mundo”; endogamia, solidariedade incondicional, hospitalidade sem restrições e moral rigorosa. Já incluía membros das classes urbanas modestas e médias – operários, artesãos, pequenos comerciantes – e também das mais elevadas.

As classes sociais não foram abolidas; na vida cotidiana, porém, as barreiras que as separavam deixaram de ser intransponíveis. Uma ou outra dama da alta sociedade, com dificuldade de encontrar um partido à altura em sua própria classe social, desposava com um escravo cristão, o que não era considerado uma união desigual.

Com relação aos pobres, as comunidades deram prova de grande generosidade. As viúvas, sempre abandonadas das sociedades antigas, eram ajudadas com uma admirável fidelidade, especialmente em Roma. O cristianismo dos primórdios é muitas vezes apresentado como uma religião de mulheres, porque elas representavam a maioria dos membros. Com elas, as congregações passaram a

receber um grande número de crianças. Os homens desse extrato social tinham obrigações cívicas e políticas pouco compatíveis com a prática da fé cristã, mas continuavam numerosos e influentes o suficiente para conduzir a barca da Igreja. Aliás, a questão das relações entre os sexos estava o tempo todo presente na vida dos devotos. A virgindade era objeto freqüente de discussão e apologia. Em meados do século II, Marcião rompeu com Roma e fundou uma Igreja dissidente. Aos fiéis que aderiram a sua doutrina ele proibiu o casamento e as relações sexuais. Pouco tempo depois, os discípulos de Montan, que por sua vez também haviam formado uma dissidência, professariam o mesmo horror pelas relações sexuais e pelo casamento. Alguns gnósticos preconizavam a abstinência, enquanto outros defendiam uma abstenção completa. Alguns extremistas, sem deixar a Igreja majoritária, assumiram com relação a esse tema uma posição radical: o grande teólogo Orígenes castrou-se na juventude, com o firme propósito de obedecer à palavra de Jesus como se lê em Mateus.

Os cristãos não se distinguiam das outras pessoas nem pelas roupas, nem por um comportamento extraordinário. Eles viviam como todos à sua volta. Freqüentavam os banhos públicos nas cidades do Império Romano, apesar da nudez exigida de todos os clientes. Consideravam, entretanto, alguns comportamentos como imorais e abstinham-se deles. Assim, qualquer participação nos cultos pagãos era impossível, mesmo que fossem atos cívicos obrigatórios, como o culto ao imperador. Os jogos de azar, como o de dados, causavam-lhes verdadeiro horror.

Tampouco assistiam às representações teatrais e às apresentações circenses, que a seus olhos tinham uma dimensão suspeita de culto. Condenavam qualquer forma de violência e o assassinato. Nem o infanticídio nem o aborto eram tolerados por eles. O adultério era considerado pecado extremamente grave. As segundas núpcias de viúvas e viúvos eram vivamente desaconselhadas. O vestir e o pentear-se das mulheres excluía os enfeites.

O aspecto positivo é que eles eram de uma lealdade absoluta com relação às autoridades políticas e honestos nos negócios. Sua fidelidade conjugal era conhecida, e a castidade dos que, entre eles, não eram casados, era total. Praticavam a hospitalidade com generosidade. Na situação jurídica a que estavam submetidos, em particular no Império Romano, os cristãos não estavam a salvo de perseguições. Ameaçados, demonstravam grande coragem. Mas nem todos eram heróicos a ponto de aceitar a morte e a perda de todos os bens. Havia os que se deixavam levar por comportamentos que a Igreja condenava.

A relação dos fiéis com o cotidiano e com os valores de sua época suscitou resistências. Os discípulos de Marcião e de Montan, assim como muitos gnósticos, eram muito mais rígidos no que se refere às normas morais em voga. Esse movimento de afastamento da sociedade atingiu seu ápice com os primeiros monges, ou anacoretas, como Antão do Egito, a partir de 270. Precursor do monaquismo cristão, ele se retirou para o deserto, onde praticava uma tal ascese, que em pouco tempo sua reputação atrairia multidões.

ÉTIENNETROCMÉ é professor, especialista em história do Novo Testamento

GLOSSÁRIO

Império Parta: integrado pelo Irã e algumas áreas da Ásia Central, durante o séc. II de nossa era.

Monaquismo: reunião de grupos religiosos sob a mesma fé e em espaços circunscritos, com práticas diferenciadas daquelas em comunidade; dessa tendência derivam as distintas ordens religiosas.



Pedro e Paulo com o Sudário,
de autoria de Martin Schaffner,
pintura sobre madeira

Para se impor na Gália, na Espanha e em seguida na África do Norte, a religião cristã utilizou os caminhos do Império Romano, a potência colonizadora da época

POR JACQUES-NOËL PÉRÈS
Tradução de Marly N. Peres



Andarilhos do MEDITERRÂNEO

No ano 56, cerca de 20 anos após a morte de Jesus, Paulo estava em Corinto, na Grécia. Foi de lá que escreveu uma longa carta aos cristãos de Roma. Nessa epístola, ele explicava que a redenção não era reservada àqueles que obedeciam a Lei de Moisés, ou seja, unicamente aos judeus, mas a todos os que acreditavam em Jesus Cristo. A doutrina cristã abria-se assim aos gentios, aos pagãos. Ao se dirigir à Igreja de Roma, que ele pretendia visitar, pois tinha a intenção de fazer dela o pivô da expansão do cristianismo no Ocidente, Paulo expressava seu projeto de continuar a “evangelização” até terras da Espanha.

No final de sua Epístola aos Romanos, tomou o cuidado de transmitir suas saudações aos homens e às mulheres daquela comunidade, que ele conhecia. A história não conservou os nomes daqueles primeiros cristãos, apesar do que afirma a tradição extemporânea, que tende a mascarar a verdade. Uma coisa é certa: em meados do século I, o adágio “todos os caminhos levam a Roma” não era simples força de expressão. Nada podia ser feito nem existir fora da cidade. Roma era o centro do Império, o local para onde convergiam todos os mercadores e de onde partiam, em direção às províncias – algumas vezes longínquas,



Desenho de
candeeiro do
século V com
motivo cristão
proveniente de
Athenas, Grécia

tanto do Oriente quanto do Ocidente –, funcionários e soldados; era também por Roma que transitavam todas as correntes filosóficas, religiosas e esotéricas.

O pensamento judaico estava muito presente na cidade, desde que Pompeu, mais de um século antes, para lá havia levado muitos escravos judeus, depois libertados. Quando Paulo escreveu sua Epístola, em 56, já ocorriam agitações entre os judeus de Roma havia sete anos, fato que Suetônio menciona em seu *Vida de Cláudio*, a propósito de um edito de expulsão dirigido a eles, promulgado por aquele imperador em 49. O historiador cita que na época eles falavam de um Cristo. O certo é que no ano de 49 o nome do Cristo não era desconhecido em Roma.

Se não se pode duvidar que Paulo tenha ido à capital do Império para, na qualidade de cidadão romano, protestar no tribunal de César, seria contudo preciso esperar o século II para se começar a ter testemunhos explícitos sobre a ida de Pedro. Antes disso,

Clemente, bispo de Roma nos últimos anos do século I, evocou os martírios de Pedro e de Paulo, mas, curiosamente, não disse que fora naquela cidade que eles tinham sido supliciados. Só com Irineu (ou Ireneu), nascido em Esmirna, na atual Turquia, tornado bispo de Lyon em 177, foi proposta como modelo a principal Igreja, antiga e muito conhecida de todos, fundada pelos apóstolos Pedro e Paulo: a de Roma. Para Irineu, não somente os dois a criaram como haviam tido a preocupação de organizá-la, confiando sua direção e proteção a Lino, que foi assim o primeiro bispo.

Pouco depois de Irineu, um sacerdote romano, Caio, escreveu a Proclo, um dos chefes da seita dos montanistas, que acreditava na volta iminente do Messias e seguia preceitos rígidos, dizendo que ele podia lhe mostrar os “troféus” dos apóstolos Pedro e Paulo, o primeiro no Vaticano e o outro no caminho para Óstia. Originária e normalmente, troféu era um

local de comemoração de uma vitória. No espírito de Caio, só podia se tratar, nesse caso, dos túmulos dos dois santos, nos pontos onde tinham sofrido o martírio: o de Pedro no Vaticano e o de Paulo onde atualmente fica a basílica de São Paulo Fora-dos-Muros. Tantos indícios e testemunhos fazem com que seja aceita a tradição que diz ter sido em Roma que Paulo teve a cabeça cortada e que Pedro foi crucificado.

Cidade deificada

O cristianismo conheceu rapidamente um relativo sucesso em Roma. Não é somente a situação política e econômica da capital do Império que explica a expansão da nova fé. Roma era uma cidade extremamente religiosa. Roma, *Urbs*, a cidade por excelência, era ela mesma deificada, *Dea Roma*. O próprio imperador era elevado à posição de deus por meio da apoteose.

Nos séculos I e II o paganismo evoluiu. Entre as elites, mas também entre a população, não se acreditava mais na realidade das aventuras mitológicas dos deuses. Eles representavam antes de tudo os princípios da natureza, ou seja, forças espirituais. Nas duas principais correntes filosóficas que dividiam entre si a preferência dos romanos da época, o platonismo e o estoicismo, observava-se o progresso do henoteísmo, equivalente aos primórdios do monoteísmo. O que equivale dizer que Roma estava pronta para receber o cristianismo. A reação pagã a isso foi bastante violenta. Na segunda metade do século II, o bispo Denis de Corinto escreveu uma carta aos cristãos de Roma, na qual louvava a “diaconia”, quer dizer, o interesse que eles manifestavam pelos irmãos, a preocupação para com o outro. Ia-se a Roma, mais do que Roma enviava missionários. Assim, no final do século II, à exceção de Roma não parecia haver no Ocidente senão uma só Igreja organizada, com seu bispo, seus sacerdotes e seus diáconos, a Igreja de Lyon,

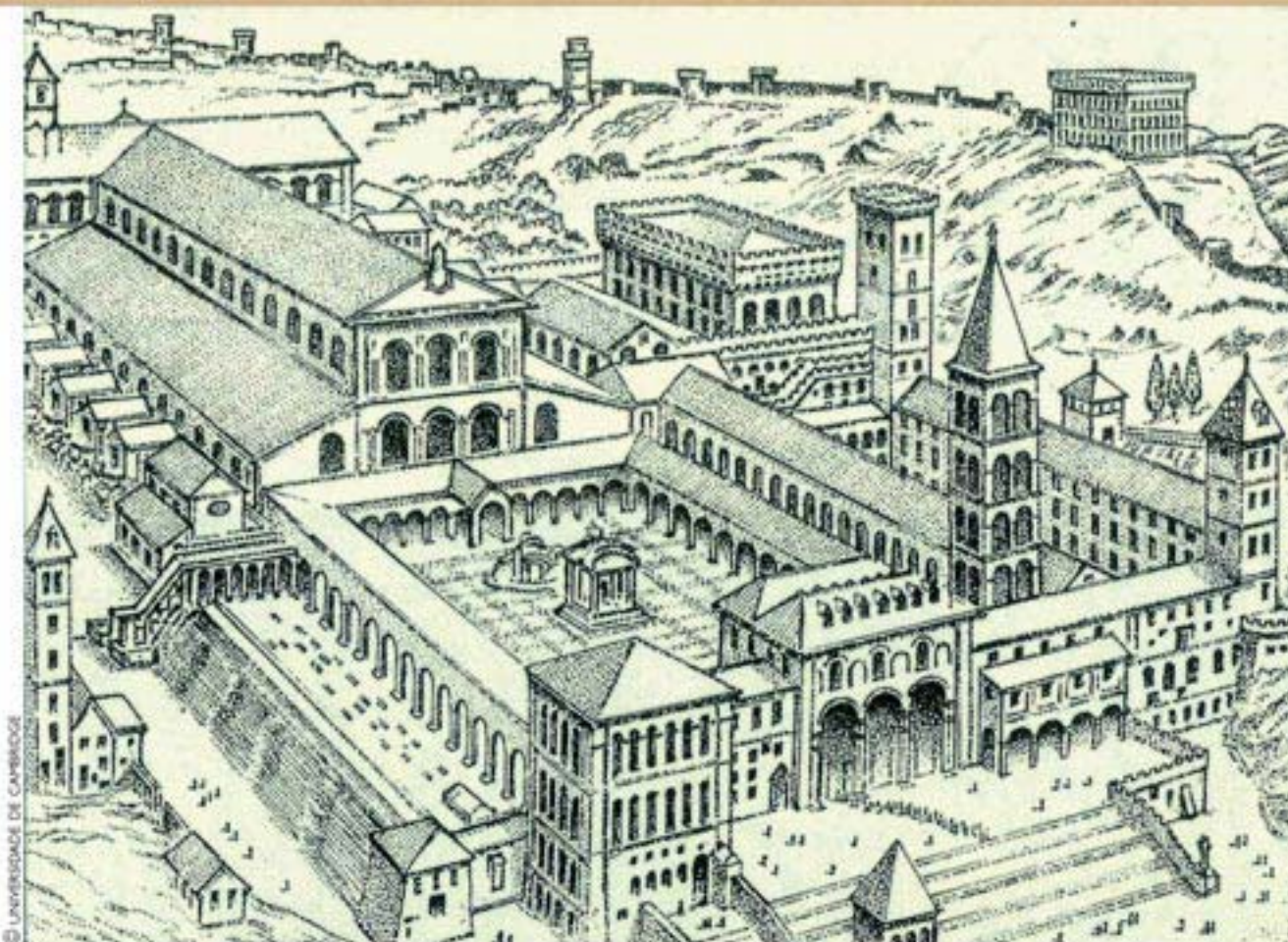
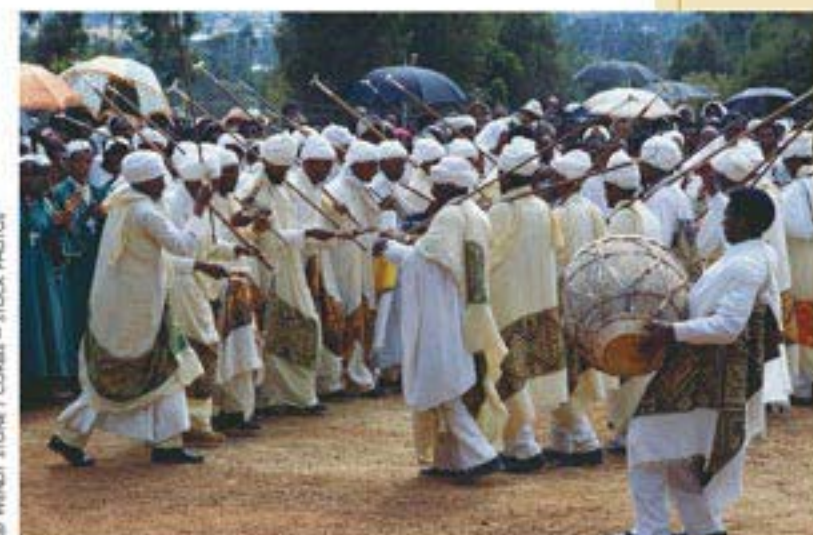
cuja influência se estendia até Viena, que teve como primeiros bispos os asiáticos (ou asiáticas): Potino, que morreu durante a perseguição de 177, com Blandina e seus companheiros, e Irineu, em seguida.

Depois deste, morto nos primeiros anos do século III, o primeiro bispo gaulês conhecido via documentação é Saturnino de Toulouse, que emprestou seu nome abreviado à basílica de Saint-Sernin. Sempre na Gália, mas mais ao norte, a Igreja de Autun ganhou importância. Num fragmento de mármore do século III, encontrado em 1839 por operários que trabalhavam num antigo cemitério da cidade, pode-se ler um poema em grego, escrito em onze versos. Os cinco primeiros formam um acróstico com a palavra *ichthys*, que significa “veneno”. Se a Gália cristã só surge na segunda metade do século II, é preciso esperar meados do século III para ver a península Ibérica ser conquistada por essa crença.

Na Península Ibérica

O apóstolo Paulo tinha expresso o desejo de ir à Espanha, mas nada atesta que tenha efetivamente feito essa viagem, embora textos apócrifos — como por exemplo a alusão feita por Clemente Romano por volta do ano 95, ou a de Jerônimo, três séculos mais tarde — permitam que a dúvida persista. A grande obscuridade que envolve os primeiros séculos do cristianismo nos territórios espanhóis é

Celebração da Epifania na Etiópia, pela Igreja Cristã Ortodoxa, em 2000



Representação da igreja de São Pedro em Roma, em desenho de 1470 (à esquerda). Basílica de São Paulo Extramuros, em gravura de Piranesi, cerca de 1750 (acima). Interior da igreja de São João de Latrão, em afresco de Duguet, cerca de 1660, fundada por Constantino (à direita)



A PRESENÇA (tardia) NA ÁFRICA

Por Jean-François Zorn

Exceção feita à Etiópia, a mais antiga cristandade da África negra, e a algumas tentativas missionárias que não tiveram continuidade, ao longo da costa ocidental e oriental na época dos descobrimentos, o cristianismo na África subsaariana tem no máximo 200 anos. As missões cristãs começaram a se implantar ali por volta do século XVIII, nos portos do oeste africano, onde imperava o tráfico de escravos, para tentar fazer que este cessasse. Na origem desse impulso estava a renovação espiritual católica e o despertar evangélico protestante e anglicano. Os protestantes e anglicanos chegaram antes dos demais a Serra Leoa e à África austral, em finais do século XVIII. Os missionários da Congregação do Espírito Santo, os das Missões Africanas de Lyon e os chamados Padres Brancos iniciaram sua obra em meados do século seguinte, no oeste da África. Os protestantes franceses não ficaram atrás: a Sociedade das Missões Evangélicas de Paris enviou seus primeiros agentes à África austral em 1829, em especial a Lesoto e Zambéze. Eles puderam atuar em seguida no Gabão (1892) e em Madagascar (1896), e os alemães em Camarões e no Togo (após a Primeira Guerra Mundial), em consequência de mudanças no comando, provocadas pelos conflitos coloniais. Do lado protestante e anglicano britânicos, a proporção era aproximadamente inversa. Após a descolonização, no geral as missões cristãs conheceriam um forte refluxo. Essa evolução confirmava o “sucesso” do esforço missionário, mais do que seu fracasso. Na verdade, ao longo desses séculos as missões cristãs haviam tentado criar uma “Igreja autóctone”. Na África ocidental francesa, por exemplo, os primeiros bispos católicos africanos foram nomeados nos anos 1950, ao passo que as sociedades de missão protestantes proclamavam a autonomia das Igrejas que elas haviam fundado, as quais haviam eleito pastores africanos para comandá-las.

Jean-François Zorn é escritor e professor

atenuada pelo bispo Cipriano de Cartago, que evocou numa carta o caso dos bispos Basílio, de Leão e Astorga, e Marcial, de Mérida, que abjuraram a fé cristã quando da perseguição promovida por Décio no século III. Além disso, ele citou o nome do bispo de Félix de Caesaraugusta (Sargagoça). Naquela época a organização episcopal começava a se definir.

Outra prova indiscutível da presença cristã na Espanha no século III foi descoberta com as escavações, feitas entre 1926 e 1930, da sepultura do bispo Frutuoso de Tarragona, e de seus dois diáconos Augúrio e Eulógio, martirizados em 259. Na verdade, só com o Concílio de Elvira, atual Granada, que aconteceu em data incerta (entre 295 e 314), foi que emergiu mais concretamente a Igreja da Espanha. Estavam nela representadas 33 igrejas locais, quer fosse por seu bispo, quer fosse por um sacerdote. Do total, 28 tinham sido implantadas na região de Andaluzia, na época denominada Bética, e as cinco outras estavam disseminadas na península.

Imediatamente após seu martírio, o culto a Frutuoso se estendeu para além

das fronteiras da Catalunha, chegando à Andaluzia e em seguida à África romana. Essa penetração não teve nada de excepcional, pois a África do norte era uma região romana. As classes mais cultas ainda falavam grego ali, mas na vida cotidiana utilizava-se o latim e o púnico, o velho idioma cartaginense. O cristianismo já estava implantado. A primeira grande data da Igreja da África é a do martírio de doze cristãos em Sílio, na Numídia, condenados e executados em 180. No início dos anos 200, havia cristãos nas cidades de Cartago, Utica e Hadrumeta (Susa) na Tunísia, e em Lambesi, na atual Argélia (ou Algéria). Nessa época, Tertuliano, jurista cartaginense convertido ao cristianismo, publicou uma obra de extrema importância. Tendo escrito em latim, ele forjou a língua que se tornaria a da teologia no Ocidente. Não foi de Roma, nem da Itália de modo geral, que chegou até nós o latim cristão, mas de Cartago, na África.

Essa África romana foi um terreno fértil para o cristianismo. O historiador e teólogo protestante Adolf von Harnack, em finais do século XIX, fez o levantamento de 200 bispos africanos, por volta dos anos 250.

Esse cristianismo é conquistador, mas dividido. O próprio Tertuliano, em cerca de 207, deixou a Igreja católica e se tornou montanista. Ao cristianismo africano colocar-se-ia a dolorosa questão do chamado batismo dos heréticos. Tratava-se de saber se o sacramento dependia ou não do ministro que o administrava. Os rigoristas responderam que sim, recusando qualquer batismo feito, em particular, por um sacerdote que houvesse abjurado a fé quando das perseguições. Outros acreditavam, por um lado, que pela penitência aqueles que tivessem abandonado podiam recuperar seu lugar no seio da comunidade cristã; por outro lado, que o batismo, como todos os sacramentos, vinha de Deus: o ministro não era seu mestre. Eles afirmavam que, dessa maneira, a Igreja seria uma sociedade de homens e mulheres que, apesar de suas fraquezas, conservariam a esperança nascida dentro deles. Recusavam a tentação do rigorismo, que fecharia as portas e obrigaria cada um a se voltar para si mesmo, impedindo-o assim de ver os outros, de viver com os outros. ■

JACQUES-NOËL PÉRÈS é professor de teologia



O orgulho do MARTÍRIO

Para os condenados a morrer nas arenas romanas nenhum temor, senão a certeza da própria imortalidade, no Paraíso celeste

POR JEAN-MARC PRIEUR
Tradução de Marly N. Peres

As perseguições contra os primeiros cristãos não eram nem generalizadas nem sistemáticas, exceção feita às que ocorreram em 249 e 303. E no entanto elas marcaram o imaginário coletivo. Na maioria dos casos, eram esporádicas e localizadas. Tampouco visavam a totalidade dos membros de uma Igreja, mas em especial seus líderes. Podiam também ser motivadas por movimentos populares, já que os cristãos eram tidos como responsáveis por calamidades. O cristianismo não foi objeto de legislação geral. A maior parte do tempo, era um problema da administração provincial. A autoridade imperial devia, contudo, pronunciar-se. A resposta de Trajano a uma consulta de Plínio, o Jovem, governador da Bitúnia, por volta do ano 112, estabelece as linhas de um procedimento que fez jurisprudência. Assim, o simples fato de se declarar cristão era passível de punição com a morte.

Somente duas grandes perseguições afetaram o conjunto do Império. Em primeiro lugar, a que foi ordenada por Décio em 249-250. Esse imperador determinou que todos habitantes participassem de uma cerimônia para saudar o Império, com um

sacrifício aos deuses. Os que satisfizessem a exigência receberiam um certificado. Essa medida não visava especificamente os cristãos, mas eles foram atingidos. Se não aceitassem a consagração, seriam torturados e, em último caso, condenados à pena capital ou ao exílio. Muitos renegaram sua fé: esses foram chamados de *lapsi*, os que caíram. Outros conseguiram obter um certificado mesmo sem ter feito o sacrifício.

Em 303-304, o imperador Diocleciano tomou medidas comparáveis a essa. Quatro éditos se sucederam: os três primeiros visavam os chefes da Igreja. O quarto ordenava a todos a prática do sacrifício e das libações aos ídolos. Muitos cristãos renunciaram à sua crença, abandonando as Escrituras e os objetos de culto. Tornaram-se *traditores*, os traidores. Essa grande perseguição, pouco aplicada na parte ocidental do Império, foi brutal no Oriente. Terminou em 313, quando Constantino e Licínio decretaram a liberdade religiosa. Outras repressões foram mais circunscritas, no espaço, como aconteceu nas igrejas de Lyon (ou Lião) – com 48 mártires – e Viena.

A maneira como os processos se desenvolveram e os últimos momentos dos

cristãos tornaram-se conhecidos através dos Atos dos Mártires. O acusado era preso e levado diante do magistrado, para uma inquirição sucinta: “És tu cristão?”. Se afirmasse, era instado a mudar de idéia e ameaçado de morte cruel, que o réu entendia como uma libertação. Muitas vezes era torturado. Se continuasse inflexível, a sentença seria decapitação ou morte lenta e com torturas. E a reação do condenado: “Graças a Deus!”.

O castigo supremo era precedido de prisão, num espaço imundo e superpovoado. Os membros da Igreja cuidavam dos prisioneiros, mandando alimentação. Essa era uma das tarefas dos diáconos. A última etapa era morte pública: combate com animais selvagens, fogo ou qualquer outra forma de suplício. Exemplo célebre, em Lyon, Blandina foi amarrada a um poste, no centro da arena, mas nenhum



Blandina na arena com leões em 177, guache sobre papel, escola francesa, século XIX. No detalhe, imagem de Constantino cunhada em moeda de ouro



animal selvagem a teria atacado. Reconduzida à prisão, depois de um tempo voltou à arena em companhia do jovem Ponticus, de 15 anos, ambos submetidos a inúmeras torturas. Finalmente, foram atacados por uma fera.

Os Atos dos Mártires sublinhavam a coragem dos condenados, que avançavam resolutamente para a morte: vitória sobre as forças hostis, cujo inspirador seria o diabo. A segurança do testemunho e a firmeza diante do sofrimento impressionavam os espectadores e estavam na origem de muitas conversões, até de soldados.

Documentos antigos de origem cristã mostram que houve uma teologia e uma espiritualidade do martírio. Ele deu sua vida à causa. O devoto estava convencido de que imitava o mestre, com a recompensa da imortalidade.

Entretanto, a visão que se tinha do

martírio não era a mesma em todas as tendências do cristianismo antigo. Uma corrente radical e iluminista como o montanismo o valorizava a ponto de desejá-lo. A tendência geral era, todavia, a de aceitar o martírio, sem procurá-lo.

Desde o século II, vê-se a manifestação de práticas que levarão ao culto dos mártires e das relíquias. Em 167, depois da morte pelo fogo do bispo Policarpo de Esmirna (hoje na Turquia), os cristãos reuniram seus ossos e os depositaram num local onde decidiram se reunir, para ali celebrar o que chamaram de seu “nascimento”.

Da mesma forma, em 258 os devotos estenderam panos de linho e toalhas diante de Cipriano, que seria decapitado, sem dúvida com a finalidade de recolher

LITURGIA SUBTERRÂNEA

As perseguições aos primeiros cristãos derivaram do fato de que eles não admitiam o culto ao imperador, nem às divindades pagãs. Eram acusados de atrair calamidades naturais e de deslealdade ao Império Romano. Sua crença era tratada como ilícita, maléfica, detestável e até pernicioso. Até mesmo sua atitude corajosa diante dos martírios públicos afrontava o poder e os cidadãos a ele alinhados. Entre as formas que encontraram para realizar suas práticas religiosas e difundir seus ensinamentos estava a de se reunirem em catacumbas – uma extensa rede de subterrâneos que na atualidade pode ser visitada, em Roma. Era imposição ditada até pelo instinto de sobrevivência, própria e da fé. Nesses espaços eles, inclusive, enterravam seus mortos. A liberdade de culto só aconteceu em 313, com os imperadores Constantino e Licínio.

Por Mirian Ibañez

JEAN-MARC PRIEUR é professor de história do cristianismo antigo



500 a.C.



1250



1590



1608



1645



1994

De tempos em tempos,
surge algo para ajudar as pessoas
a enxergar melhor e mais longe.





POR JACQUES VERGER
Tradução de Lúcia Magalhães

No século XIII, com o desenvolvimento rápido das ordens religiosas mendicantes, assim chamadas porque baseavam sua subsistência na caridade pública, num voto declarado de pobreza, o saber saiu das bibliotecas dos mosteiros. Pouco a pouco, franciscanos e dominicanos se integraram às universidades européias, que se converteram em ambientes férteis para a sua pregação religiosa. Suas divergências e reflexões os ajudariam a elaborar um sistema educacional original.

Num sermão dos anos 1230, Jourdain de Saxe, sucessor de São Domingos na chefia da ordem dos frades pregadores, declarou: “Dizemos com frequência: eu não me tornarei um monge, com medo de ficar doente e inútil. Hoje, entretanto, essa objeção não vale mais. Porque nos nossos mosteiros os religiosos podem estudar e pregar”. Em poucas palavras, essa frase exprime, muito bem, a centralidade do problema do ensino acadêmico, e da vida intelectual, no nascimento e no desenvolvimento rápido dessas novas ordens religiosas no século XIII.

O alvorecer das UNIVERSIDADES

Inicialmente voltadas apenas à prece e ao sacrifício, com certa aversão aos estudos, as comunidades religiosas aos poucos perceberam a importância do aprendizado e tornaram-se núcleos fundamentais de difusão do conhecimento



Ao lado, astrólogo com astrolábio, ao lado de um escriba e de um matemático, datada do século 13. Acima, ilustração de manuscrito do século XI, da Escola de Salerno, que detalha estudos de medicina

Em primeiro lugar, constatava-se um divórcio entre o claustro e a escola. Durante a Alta Idade Média, os mosteiros, com suas bibliotecas, suas *scriptoria*—escrituras e manuscritos—, suas escolas, abertas muitas vezes à frequência externa, tinham sido os refúgios da cultura. Copiavam-se certos clássicos e as obras dos padres fundadores da Igreja, compunham-se tratados de gramática e comentários críticos sobre as Escrituras. Ninguém duvidava da utilidade social dessas cidades celestes em miniatura, que eram os mosteiros. Para os fiéis, a prece dos monges, mais agradável a Deus que todas as outras, e o poder das relíquias, das quais eram os guardiões, constituíam a melhor maneira de escapar dos males deste mundo e de fazer sua saudação ao outro, depois deste.

Mas tudo isso mudara no século XII. Mesmo no meio religioso apareceram correntes novas, representadas pelos eremitãos e pelos cistercienses, mais voltados para a ascese e a penitência, mais críticos em relação às atividades intelectuais. Os novos

mosteiros, que somente acolhiam adultos, não possuíam uma escola e, nessa época, as antigas escolas monásticas, ainda notáveis no século XI, pareciam quase todas arrastadas para um declínio definitivo. Mas, sobretudo, a vida monástica parecia progressivamente deslocada no que diz respeito às forças vivas que, então, transformavam a sociedade e a cultura. Em boa parte, essas forças se situavam nas cidades, em pleno desenvolvimento, onde os mosteiros eram raros. Foi nas cidades mediterrâneas de Toledo, Palermo e Salerno, que verdadeiras equipes de tradutores haviam começado a transpor as obras fundamentais da ciência e da filosofia greco-árabe para o latim, em particular, Aristóteles e seus comentaristas. Nas principais metrópoles dos reinos da Itália, da França e da Inglaterra—Bolonha, Montpellier, Paris e Oxford—as novas escolas começaram a difundir as disciplinas assim restabelecidas, no lugar de honra que lhes cabia: dialética, filosofia, teologia, lógica, direito romano, medicina. Além desses programas, a pedagogia fundamentada sobre o

Durante a Idade Média, nos mosteiros, copiavam-se clássicos, tratados de gramática e comentários críticos sobre as Escrituras



“questionamento” e a “discussão” era completamente alienada das tradições monásticas.

Para a Igreja, essa evolução era, ao mesmo tempo, promissora e inquietante. Promissora, porque a Igreja não era, em princípio, hostil à renovação do saber. Entre os novos centros de ensino, muitos eram anexados diretamente a uma catedral e seus mestres, clérigos seculares. As congregações de cônegos instaladas nas cidades, como as de São Vítor em Paris, eram também escolas importantes. Uma evolução igualmente inquietante, porque a Igreja não controlava, senão imperfeitamente, esse movimento.

Para abrir uma escola, era necessário, teoricamente, receber uma “licença de ensinar” da autoridade eclesiástica. Mas isso não impedia a livre movimentação dos professores e dos estudantes, nem o sucesso de doutrinas perigosamente inovadoras. As disciplinas profanas, direito e medicina, que abriam a trilha para carreiras lucrativas, desviaram muitos jovens dos estudos sagrados. Mesmo aqueles que, entusiasmados pelas coisas do espírito, se mantiveram nos domínios mais austeros da filosofia e da teologia, redescobriram, por meio de Aristóteles, todo um saber “pagão”, suspeito aos olhos dos guardiões da ortodoxia. Abelardo (1079-1142) foi o primeiro desses mestres audaciosos, cujo ensinamento o fez tombar sob o golpe dos censores eclesiásticos. Sessenta anos mais tarde, o perigo permanecia presente e, em 1210, um concílio provincial, realizado em Paris, condenou os alunos de dois mestres parisienses, David de Dinat e Amaury de Bène, suspeitos de “panteísmo” e de outras heresias.

Terreno fértil para a heresia

Havia algo mais grave. Os “operários” eram, de qualquer modo, muito pouco numerosos para o tamanho da colheita. Apesar do seu sucesso, as novas escolas não atingiam senão efetivos limitados. Muitos bispos e muitas comunidades religiosas negligenciavam suas obrigações relacionadas ao ensino. A ignorância permanecia um flagelo largamente propagado entre o clero, que ainda mais dolorosamente se ressentia com o desenvolvimento rápido das classes urbanas, nascidas das aspirações espirituais novas, às quais a Igreja se vira incapaz de responder.

Essa situação criou um terreno fértil para a heresia, notadamente o catarismo. Os papas do começo do século XIII, Inocêncio III (1198-1216), Honório III (1216-1227), Gregório IX (1227-1241) e Inocêncio IV (1243-1254), tomaram consciência da gravidade da situação. Um enorme esforço se impôs. O IV Concílio de Latrão (1215) determinou as linhas essenciais. O enquadramento cotidiano dos fiéis foi reforçado, a repressão à heresia sistematicamente organizada, a Inquisição veio para ocupar o lugar das Cruzadas. De maneira mais positi-

Bernardo de Gordon, professor da cidade de Montpellier de 1282 a 1318, apóia-se, para suas aulas, nas obras de Hipócrates, Galeno e Avicena

va, a educação não foi negligenciada. Esses papas favoreceram o desenvolvimento rápido das primeiras universidades, ao colocá-las sob sua proteção direta. Em Bolonha, Paris, Oxford, Montpellier, Pádua e Salamanca, eles ajudaram os mestres e estudantes a se subtraírem do controle das autoridades civis e eclesiásticas, para se organizarem em corporações autônomas, senhoras do seu recrutamento, do seu status, da organização do ensino e da colação dos graus.



A educação proporcionada pelos franciscanos, retratada em ilustração do século XV

Em retorno, evidentemente, esperava-se que essas corporações formassem um número suficiente de juristas e teólogos, de que a cristandade necessitava para dar à doutrina e ao direito da Igreja a formulação moderna que lhe permitisse responder eficazmente às aspirações dos contemporâneos, inclusive das camadas importantes da sociedade urbana, e daqueles que viviam em torno dos príncipes.

Nos mesmos anos, e na mesma perspectiva, o papado também favoreceu o surgimento e o desenvolvimento rápido de

novas ordens religiosas, as chamadas ordens mendicantes, que professavam subsistir da caridade pública, por meio do voto declarado de pobreza. Foi logo depois do Concílio de Latrão que as comunidades religiosas, reagrupadas em torno dos seus fundadores, Domingos de Gusmão e Francisco de Assis, se transformaram em verdadeiras ordens, a ordem dos frades pregadores, ou dominicanos, e a ordem dos frades menores, ou franciscanos. Essas duas ordens tinham em comum, além de uma organização sólida e muito centralizada, diretamente controlada pelo papado, a vontade de viver na pobreza absoluta, como modelo da “vida apostólica”, para pregar, por meio da palavra e do exemplo, a mensagem de Deus. Ambas pretendiam também atenuar o enfraquecimento do clero secular e trabalhar pela fé, pela evangelização da grande população urbana e pela conversão dos hereges.

Mas havia também, entre os dominicanos e franciscanos, diferenças marcantes, e a mais explícita, pelo menos na origem,

foi o lugar acordado, para uns e para outros, para o estudo e a vida intelectual. Desde o começo, os dominicanos consideravam o estudo e a vida intelectual como o âmago da espiritualidade e da ação apostólica. Na sua juventude, durante temporada em Toulouse, o próprio Domingos de Gusmão frequentara a escola capitular de Palencia, pois havia assistido a aulas de teologia na catedral, ministradas por um mestre de origem inglesa, Alexander Stavensby.

Em 1217, logo depois que sua ordem começou a crescer, Domingos de Gusmão providenciou a ida de frades, de maneira significativa, para duas grandes cidades universitárias, Paris e Bolonha: ele os enviava “para estudar, pregar e fundar um convento”. A partir de 1216, as primeiras normas constitucionais da ordem já mencionavam o problema dos estudos e da educação dos frades. Mas foi, sobretudo, na segunda parte dessas normas fundamentais e iniciais, redigidas em 1220, que esse problema foi tratado em detalhes. Mesmo que uma boa parte dessas normas de 1216-1220 tenha seguido os costumes canônicos e monásticos do século precedente, pode-se observar que as comunidades religiosas relacionadas ao estudo, sem dúvida inspiradas pelo próprio Domingos são totalmente originais.

Elas afirmavam veementemente que a educação era indispensável ao frade dominicano. Todo convento deveria possuir sua escola, com um professor chamado de “leitor”. Somente um religioso instruído seria capaz de exercer, com resultados, seu ministério de pregação e de evangelização, somente a supremacia de uma cultura religiosa competente lhe permitiria encontrar os argumentos convincentes para refutar os hereges e arrebatar a adesão dos fiéis, sobretudo entre a crescente população urbana. Com efeito, para essa população, cujo modo de vida repousava na gestão coletiva dos negócios e do manuseio do dinheiro, a doutrina tradicional da Igreja não comportava respostas adaptadas aos seus problemas, e seu espírito crítico e exigente não mais se satisfazia com pretextos decantados e infundados.

Diploma de modernidade

A primazia do estudo deixava implícito que os mestres e os estudantes fossem considerados, no seio do convento dominicano, como um grupo privilegiado. Numerosas dispensas lhes permitiam se dedicar às atividades escolares, sem qualquer perda de tempo. Suas obrigações litúrgicas eram aliviadas, eles eram dispensados dos serviços administrativos; celas individuais, uma sala de estudo e uma biblioteca lhes eram reservadas; apesar da regra da pobreza absoluta, eles eram autorizados a possuir, pessoalmente, livros indispensáveis ao trabalho intelectual.

Naturalmente, esse não era um fim em si mesmo. Os domi-

nicanos não estudavam para satisfazer vãs curiosidades. Somente a teologia, e uma teologia de perfeita ortodoxia, alimentada pela Bíblia e pelos *Livres des Sentences* (Livros das Sentenças, de Pierre Lombard), e não os escritos dos “filósofos” gregos e árabes, deveria ocupar a sua atenção. Era, porém, admissível que se preparassem teologicamente, quando iniciassem seus estudos das “artes liberais” lícitas, ou seja, a gramática e a lógica.

Além disso, os métodos de ensino preconizados nas escolas dominicanas eram os mesmos das escolas seculares e das universidades – leituras, debates, repetições – fundadas e fundamentadas, então, aqui também, sobre a razão e o livre questionamento, bem diferentes da meditação mística, que era cara à tradição monástica.

Entre 1220 e 1260, as sucessivas comunidades religiosas gerais complementaram e implementaram essa regra. Por um lado, elas organizaram uma rede hierarquizada das escolas, no interior da ordem. Em seguida, à semelhança do que acontecia nas universidades, e a despeito das inquietações de alguns, essas ordens decidiram introduzir a filosofia, ou seja, o pensamento de Aristóteles, no programa de estudo dos religiosos.

Entre os franciscanos, a evolução foi mais tardia e mais hesitante, pois o próprio Francisco não frequentara escolas. Por princípio, ele não era hostil aos estudos, mas, pelo tipo de vida e de pregação que havia concebido para sua comunidade, os considerava como inúteis, senão perigosos. O saber podia

Desde o começo, os dominicanos consideravam o estudo e a vida intelectual como o âmago da sua espiritualidade e da sua ação apostólica

fazer nascer o orgulho, e a posse de preciosos manuscritos era uma distorção diante das exigências absolutas da “Senhora Pobreza”. No entanto, durante os anos que se seguiram à morte do fundador, muitos franciscanos, fascinados pelo prestígio das escolas universitárias, e pelo brilho intelectual dos seus rivais dominicanos, se deixaram persuadir que sua ordem não poderia abdicar desse diploma de modernidade, que significava o acesso à cultura escolástica de alto nível. Assim, entre 1240 e cerca de 1260, os franciscanos se dotaram, por sua vez, de uma legislação e de um sistema escolar, ambos inspirados diretamente nos dos pregadores dominicanos, embora menos coerentes.

Em meados do século XIII, podemos descrever a organização escolar das duas grandes ordens mendicantes da seguinte maneira: basicamente, cada convento devia ter sua escola e seu leitor, e nenhum irmão deveria fugir de uma mínima formação teológica. Se essa regra tivesse sido perfeitamente aplicada, a ordem dominicana disporia, por volta de 1300, de um corpo impressionante de cerca de 1.500 leitores. Na prática, porém, parece que nem todos os conventos possuíam sua escola, e que



A vida de São Francisco retratada por Bonaventura Berlinghiero, em 1235, no primeiro altar dedicado a esse santo



Ilustração, a partir de uma gravura medieval, de sábios da Universidade de Paris



Tomás de Aquino, um dos mais brilhantes pensadores da Idade Média, em retrato de Ghirlandaio

Para as ordens, os ambientes universitários eram magníficas “vitrines”, pois lhes permitiam recrutar novos irmãos, ou seja, um viveiro ideal

Cambridge, Bolonha, Colônia e Barcelona. Colocados sob a autoridade direta do superior da ordem e da comunidade religiosa geral, recebiam os melhores estudantes de toda a ordem, e lhes propiciavam uma formação teológica bastante profunda. Os religiosos oriundos dos *studia generalia* formavam verdadeiramente uma elite: era entre eles que se recrutavam os leitores dos grandes conventos, os “pregadores gerais” e os superiores responsáveis da ordem – os provinciais e os gerais.

Os *studia generalia* de Paris, Oxford e Cambridge se encontravam em cidades providas, aliás, de uma faculdade universitária de teologia. Essa coincidência, que nada tinha de fortuita, permitia que as ordens integrassem os *studia generalia* a essas faculdades, graças às quais seus alunos podiam postular o prestigiado grau de doutor em teologia. Na verdade essa integração não se fazia sem dificuldade. No começo, os dominicanos e os franciscanos, calorosamente recomendados pelo papa, foram muito bem acolhidos. Não possuindo ainda

doutores em teologia em suas fileiras, eles apelaram aos mestres seculares; o célebre Robert Grosseteste se tornou, dessa maneira, o regente dos franciscanos em Oxford. Mas logo se emanciparam; eles tinham seus próprios professores, quer fossem seculares que tinham assumido hábitos mendicantes, depois de votos de pobreza, quer fossem mendicantes que tinham chegado ao doutorado. Os motivos de atrito com os outros mestres se multiplicaram.

Inveja dos colegas

Obedientes antes de tudo aos seus superiores e ao papa, os mendicantes não se sentiam nem um pouco ligados aos privilégios universitários e eram pouco solidários em relação ao resto da universidade. Eles se recusavam a participar de greves. Sua pobreza, que contrastava com a opulência dos cônegos seculares, pegajosamente imersos em sinecuras, tornava-os populares junto aos outros estudantes. Enfim, logo seu próprio ensino pareceu mais brilhante e mais moderno, o que acabou provocando a inveja dos colegas, que ensaiaram, sem sucesso, excluí-los.

Em Paris, a crise culminou nos anos 1250-1255, e o ataque foi dirigido por um diretor secular em teologia, Guillaume de Saint-Amour. Mais fortes com o apoio do rei São Luís e do papa, os mendicantes tiveram a última palavra, e Saint-Amour foi banido do reino. Um conflito análogo estourou em Oxford, no começo do século XIV.

Os dominicanos e os franciscanos queriam tão veementemente se imiscuir no próprio âmago das universidades, porque, para as ordens, seus *studia generalia* universitários eram magníficas “vitrines” intelectuais para as suas instituições

religiosas, pois lhes permitiam recrutar amplamente novos irmãos entre os estudantes, que eram para elas um viveiro ideal. Para os papas, os *studia* mendicantes eram um meio de agir diretamente sobre as universidades, freqüentemente ciumentas da sua autonomia. Mas, sobretudo, pode-se pensar que os mendicantes não estavam convencidos de que o ensino universitário, tal como se desenvolveu no século XIII, em particular em Paris, representasse a forma mais moderna e mais bem realizada do saber, e que eles não podiam se permitir permanecer alijados do processo.

Desse ponto de vista, sua intuição era precisa. Pois, mesmo que nem tudo se reduzisse a eles, fica claro que os grandes nomes da teologia e da filosofia ocidental, na segunda metade do século XIII, eram praticamente todos mestres dominicanos (Alberto Magno, Tomás de Aquino) ou franciscanos (Boaventura, Roger Bacon, Duns Scot), que ensinaram em Paris ou em Oxford. Havia, aliás, mais do que divergências entre

eles e, no final do século, as violentas disputas dogmáticas opuseram os franciscanos, mais tradicionalistas, ligados à herança de Santo Agostinho, e os dominicanos, mais abertos aos problemas propriamente filosóficos, talvez mais humanistas, mais inquietos, em todo caso, para realizar uma síntese racional harmoniosa entre a revelação cristã e a gigantesca contribuição da ciência greco-árabe, simbolizada pelos nomes de Aristóteles, Avicena e Averróis.

Mas uns e outros tiveram sua resposta às aspirações do seu tempo. Aos intelectuais, foi proposta uma visão moderna e coerente do mundo. Sua influência foi considerável sobre a universidade como um todo integrado. Tomás de Aquino, em particular, era muito popular junto aos filósofos da “faculdade das artes”, porque não tinha nenhum desdém por sua disciplina. “Ele era um dos nossos”, todos se lamentaram, depois da sua morte. O ensino dos doutores mendicantes produziu igualmente seus frutos, muito além dos círculos universitários. Esse ensino animou toda a vida intelectual das suas ordens religiosas. Ele inspirou a renovação geral da pregação cristã, que permitiu



São Bernardo dando uma aula, em imagem do século XV, tirada de um livro de horas

que a Igreja aprendesse, ao longo dos séculos, a se fazer entender novamente pelos seus fiéis e a tocar seus corações.

Um sistema escolar original

Na segunda metade do século XIII, o sistema escolar dos dominicanos e dos franciscanos serviu de modelo para muitos. Os colégios seculares foram criados à imagem dos seus conventos de estudos, sem precisar mencionar que o colégio da Sorbonne foi fundado em 1257 por um capelão de São Luís, Robert de Sorbon. Os eremitãos de Santo Agostinho e os carmelitas, ordens fechadas que, no final do século, se transformaram em mendicantes, se dotaram imediatamente de redes escolares, imitadas daquelas dos pregadores e dos frades menores. As ordens tradicionais, Cîteaux e Cluny, seguiram pelo mesmo caminho: elas criaram escolas de teologia em algumas das suas casas religiosas. Todas se reportavam a um *studium generale* em Paris – Colégio São Bernardo de Cîteaux, por volta de 1245, Colégio de Cluny, em 1260.

Assim, as mendicantes não foram ordens de ensino, no sentido que seriam, na época moderna, os jesuítas e os oratorianos. Sua reflexão sobre a infância, a escola e a educação não era da mesma natureza. A pregação e o serviço do papado permaneceram seus fins últimos e definitivos. Mas os dominicanos e os franciscanos souberam elaborar um sistema escolar original e que teria, na Igreja e fora da Igreja, uma posteridade considerável. Pela primeira vez na história da cristandade ocidental, eles constituíram ordens religiosas de “intelectuais” e fizeram uma aposta fecunda de que a difusão eficaz da mensagem cristã não era incompatível, entre aqueles que tinham essa responsabilidade, com um elevado nível de instrução, com uma prática intensiva de trabalho intelectual e com uma cultura aberta a todos os aspectos da modernidade, religiosa ou profana. ■

JACQUES VERGER é especialista em história, cultura e ensino na Idade Média

GLOSSÁRIO

Cistercienses: membros da Ordem de Cister, fundada na Borgonha, no Século XI, que se expandiu pela França e por quase toda a Europa no século seguinte, com São Bernardo de Claraval

Catarismo ou albigensianismo: seita cristã, considerada herética, professava uma espécie de dualismo maniqueísta, surgida na região do Midi, sul da França, nos séculos XII e XIII, especialmente nas cercanias do Albi e no Baixo Languedoc; foi cruelmente perseguida e, finalmente, exterminada pela Inquisição

Oratorianos: membros da Congregação do Oratório, instituição católica fundada em 1564, por São Felipe Néri (1515 – 1595)

As raízes PURITANAS

A chegada dos peregrinos a
Massachusetts, óleo sobre tela
de Antonio Gisbert, 1864

Ao contrário da versão corrente, são os presbiterianos radicais de Massachusetts — e não os pioneiros do Mayflower — os fundadores da nação americana

POR LILIANE CRÉTÉ

Tradução de Alexandre Agabiti Fernandez

No outono de 1620, 102 ingleses embarcaram no *Mayflower* para viajar rumo a uma concessão situada perto da embocadura do rio Hudson, que lhes tinha sido concedida pelos mandatários da Companhia de Virgínia pelo prazo de sete anos. Os passageiros, incluindo mulheres e crianças, não formavam um grupo homogêneo. Trinta e cinco deles eram presbiterianos, que cultivavam o desejo de viver em paz segundo suas convicções religiosas, ao passo que o gosto pela aventura e o desejo de fazer fortuna motivavam os outros companheiros.

Após uma tempestade na costa americana, os viajantes não esperaram chegar ao destino previsto inicialmente. Desembarcaram 200 quilômetros mais ao norte, diante do Cabo Cod — fora, portanto, dos territórios da Companhia. Os puritanos não somente foram abandonados à própria sorte, “largados como vieram ao mundo”, como ficaram à mercê, acreditavam, da cupidez manifesta dos outros passageiros. Para dar valor legal à sua fixação na costa americana, e também, sem nenhuma dúvida, para se proteger de seus companheiros, redigiram um documento, o *Mayflower Compact* (ver pág. 63), assinado ainda a bordo por 41 adultos, em 21 de novembro (ou 11 de novembro para os anglo-saxões, que só aceitaram o calendário gregoriano a partir do século XIX).

Desde o início da colonização, os puritanos manifestaram o desejo de se organizar em um corpo político civil. A terra prometida trouxe a esses novos “filhos de Israel” sua parcela de sofrimento. A fome, o frio e a doença dizimaram a pequena colônia. A metade dos pioneiros não resistiu ao primeiro inverno. Os sobreviventes, contudo, dedicaram-se ao trabalho. Uma boa colhei-

© BARNET BUSTEN / CORBIS - STOCK PHOTOS

CRONOLOGIA

1620	Chegada dos fundadores peregrinos; estabelecimento do <i>Mayflower Compact</i>
1630	Chegada dos puritanos à baía do Massachusetts
1636	Criação da Universidade de Harvard
1639	Ordens fundamentais do Connecticut
1641	Proclamação do <i>Commonwealth</i> e adoção do código das liberdades no Massachusetts
1643	Confederação da Nova Inglaterra
1649	Na Inglaterra, execução de Carlos I e proclamação do <i>Commonwealth</i>

ta, no verão seguinte, os confortou, e eles a celebraram com um solene *Thanksgiving*, o Dia da Ação de Graças. Assim, os primeiros perus apareceram sobre as mesas para agradecer a Deus pelas suas dádivas. À cidadezinha que fundaram numa verde colina deram o nome de New Plymouth. Em 1627, um holandês, vindo de Nova Amsterdã, constatou a boa organização da cidade. Notou que a colônia possuía um governador e um conselho, cujos membros eram eleitos ou reeleitos a cada ano por toda a comunidade, regida por leis restritas, notadamente no que se referia a adultério e fornicação.

Atenção, porém: embora a epopéia dos peregrinos seja parte integrante da história americana e o *Mayflower Compact* tenha servido de modelo a outras possessões na região do Atlântico, não é tanto a esses pioneiros que se deve o mérito de conceber a América do Norte. Esse tem de ser creditado, sim, a outro grupo puritano que se estabeleceu na baía do Massachusetts, alguns anos mais tarde. É por esse motivo que o primeiro governador, John Winthrop, ficou com o título de fundador da Nova Inglaterra.

Em 1629, uma nova carta, outorgada por Carlos I, fundou a Massachusetts Bay Company. No ano seguinte, mil ingleses, todos formados na doutrina puritana,

ELES FIZERAM A AMÉRICA DO NORTE

John Winthrop

Nascido em Groton (Suffolk) em 1588, John Winthrop recebeu a boa educação dada aos filhos dos fidalgos rurais. Seus pais o enviaram a Cambridge, onde estudou direito. Aos 18 anos, tornou-se juiz de paz, adotando com entusiasmo as idéias puritanas. Depois da dissolução do Parlamento por Carlos I, em 1629, decidiu partir rumo ao Novo Mundo. Seus contemporâneos se orgulhavam de sua fé, seu zelo e sua moderação. Graças a isso, foi eleito governador por quatro vezes (1629-34, 1637-40, 1642-44 e 1646-49), além de ocupar o posto de vice-governador durante dez anos. Desde 1637, ele defendeu a criação de uma Confederação da Nova Inglaterra, para uma melhor proteção em caso de conflito, tornando-se seu primeiro presidente em sua formação, em 1643.

Um dia, dirigindo-se aos representantes da *General Court*, declarou que “a magistratura não deve ser mais que um trabalho ministerial, na qual a autoridade – seja legislativa, consultiva, seja judiciária – deve ser exercida pelo povo, por meio das assembléias de seus representantes”. Apesar de sua moderação, Winthrop se opôs furiosamente ao amigo Roger Williams, julgando suas idéias subversivas. Morreu em Boston, em 26 de março de 1649.

Roger Williams

Nascido em Londres, em 1603, diplomado em Cambridge, Roger Williams foi ordenado na Igreja da Inglaterra, mas freqüentava os meios puritanos, adotando suas idéias. Imigrou para o Massachusetts em 1631. Ele despertou a hostilidade da magistratura, sustentando que o governo civil não tinha nenhum poder para impor ao povo os preceitos religiosos do Decálogo. Além disso, preocupado com a sorte dos índios, denunciou o caráter ilegal das expropriações. Tornou-se inicialmente pastor em Plymouth, onde aprendeu holandês e a língua dos índios da região. Em seguida, serviu na paróquia de Salem, onde teve muitos discípulos, especialmente entre as “mulheres devotas”. Foi denunciado diante da *General Court* em outubro de 1635 e condenado a sair da colônia. Com cerca de 20 companheiros, se refugiou no futuro território de Rhode Island e fundou Providence, adotando uma política generosa em relação aos índios. Primeiro nome da tolerância religiosa nos Estados Unidos, foi também defensor de uma política liberal, que colocou em prática. Em 1643, viajou à Inglaterra para advogar a causa de sua colônia, obtendo uma carta no ano seguinte. De volta a Rhode Island, ocupou as funções de presidente por três vezes, de 1654 a 1657. Morreu em Providence, entre 26 de janeiro e 25 de março de 1683.



Retrato de John Winthrop (1588-1649), óleo sobre tela, 1834, de Charles Osgood



Roger Williams (c. 1603-1683) funda Rhode Island. Gravura de James Charles Armytage, século XIX

embarcaram de Southampton em direção ao Novo Mundo, a fim de estabelecer sobre essas terras virgens uma nova ordem eclesiástica e política, que lhes permitiria viver de acordo com suas crenças. Eles eram devotos, animados pela vontade de trabalhar e pelo senso do dever. Além disso, muitos tinham instrução: cadetes, filhos de grandes fazendeiros, ministros religiosos.

Esses homens e essas mulheres determinados concebiam sua migração ao Novo Mundo como um capítulo do drama que se desenrola desde a criação do mundo e que só acaba no Juízo Final. Deus os guiara até esses lugares selvagens com o fim de arrancá-los das mãos de Satã e conduzi-los a Cristo. Seu destino era o de estabelecer uma nova idade do ouro na América do Norte. Neles havia

A Igreja e o Estado trabalhavam juntos para o bem da comunidade. Todas as decisões deveriam ser consensuais e unânimes

a nostalgia de um ascetismo pastoral, tema tocante que, ao lado da utopia igualitária, influenciaria profundamente a literatura anglo-saxã. Eles reconheciam um só soberano, Deus, o que tornava os homens do Novo Mundo irmãos, solidários. John Winthrop, a bordo do navio *Anabella*, declarou: “Nós devemos agir nessa empreitada como um só homem, devemos alegrar-nos na companhia dos nossos, divertir-nos juntos, chorar juntos, trabalhar e sofrer juntos, tendo sempre presente no espírito a missão de nossa comunidade, na qual todos devem ser como membros de um mesmo corpo”.

Concedendo a carta, o governo inglês pensou que a nova colônia, assim como a da Virgínia, seria governada a partir de Londres. Mas a Massachusetts Bay Company não entendeu dessa maneira, e o Massachusetts seria um estado quase independente durante meio século. A companhia instalou em Shawmut (Boston) um governador residente, assim como um conselho composto por grandes proprietários rurais, mercadores e pastores. Um acordo foi assinado por todos. O texto era curto: “Fazemos uma aliança (*covenant*) com o Senhor e entre nós, comprometendo-nos, na presença de Deus,



Primeira celebração do dia de Ação de Graças, óleo sobre tela de Jennie Augusta Brownscombe

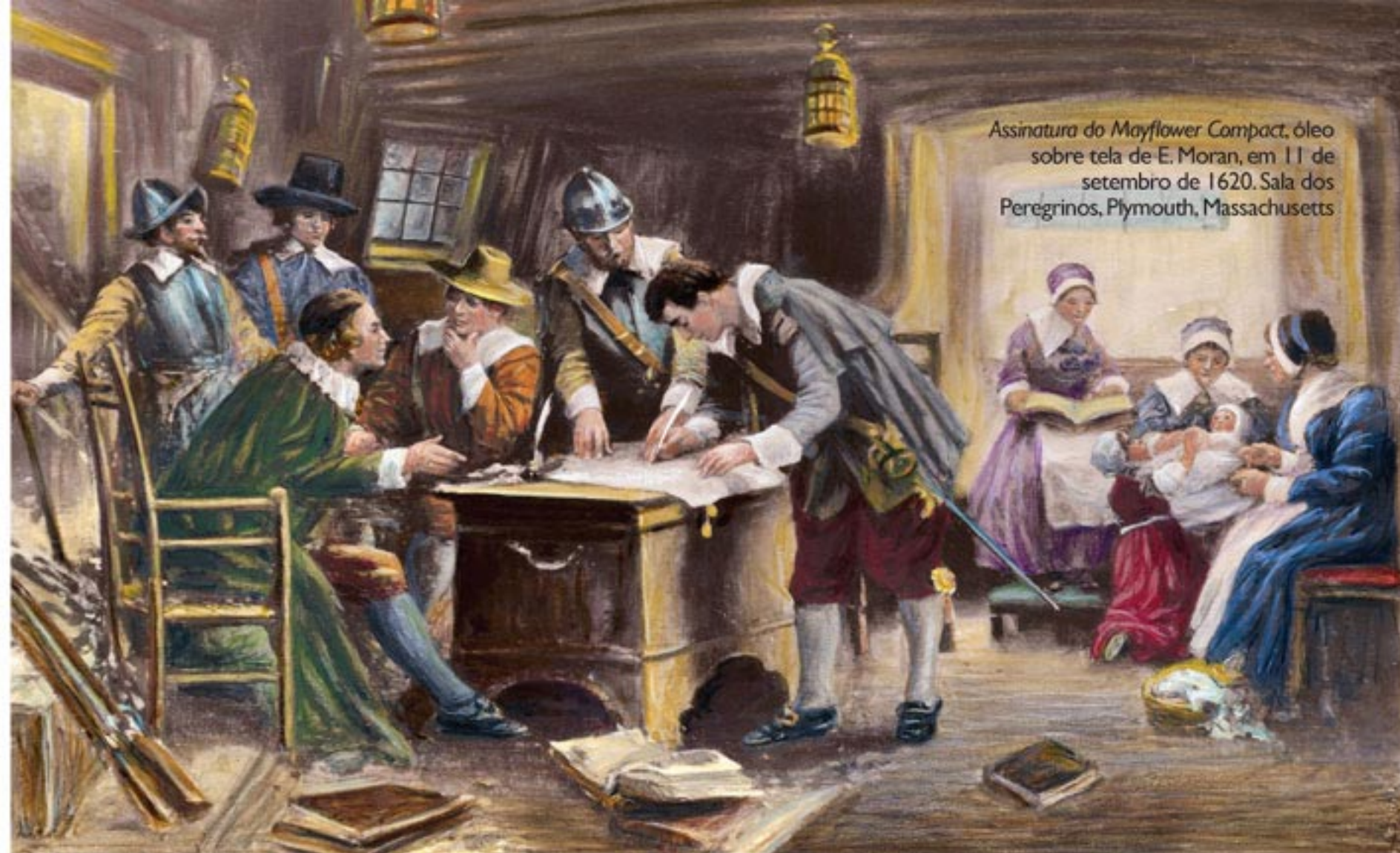
a caminhar juntos em todas as suas sendas da forma que Ele desejar revelar-se a nós em Sua santa palavra da verdade”.

Antes de existir politicamente, cada comunidade era de essência religiosa. Apesar de, nos primeiros tempos, o direito de voto estar reservado apenas aos membros das igrejas congregacionistas, às quais pertencia a maioria dos imigrantes, não é correto afirmar que o Massachusetts, na época puritana, era uma teocracia. Os magistrados zelariam sempre por suas prerrogativas. A Igreja e o Estado trabalhavam juntos para o bem da comunidade, buscando o consenso. Todas as decisões deviam ser unânimes – o que provocava debates intermináveis. Mas, uma vez obtido o consenso, os puritanos não contestavam a decisão tomada, convencidos de que “Deus esclarecera suficientemente os pastores e os magistrados de seu próprio povo para que estivessem preparados para governar com base na certeza e na verdade”.

Eles não tinham deixado a Inglaterra para escapar a toda forma de governo, mas para trocar o que acreditavam ser um mau governo por um bom, ou seja, formado livremente por eles mesmos. Tanto no pla-

no político como no religioso, acreditavam que o indivíduo só poderia se desenvolver em liberdade. Entretanto, convencidos de que a liberdade consiste em dar ao homem a oportunidade de obedecer aos desígnios divinos, ela apenas permitia ao indivíduo escolher o Estado que deveria governá-lo e a Igreja na qual ele iria louvar a Deus. Como a Igreja da Nova Inglaterra tinha rejeitado toda hierarquia que tivesse o poder de ditar sua conduta, cada congregação religiosa no Massachusetts era autônoma. Era composta de convertidos: existia onde os cristãos, movidos por uma livre decisão, se reuniam. Não podemos obrigar ninguém a ser crente – afirmavam os teólogos puritanos – tanto quanto não podemos forçar uma pessoa livre a renunciar a uma convicção.

Não tenhamos, entretanto, nenhuma ilusão. Os puritanos, apesar da separação relativa entre Igreja e Estado e o cuidado com a liberdade de consciência, se mostravam intolerantes àqueles que não pensavam como eles, mais por medo do caos social que beatice. Por isso, alguns agricultores, como Roger Williams, acabariam se exilando em Rhode Island. Outros acabariam banidos, com proibição de voltar à colônia, sob pena



Assinatura do Mayflower Compact, óleo sobre tela de E. Moran, em 11 de setembro de 1620. Sala dos Peregrinos, Plymouth, Massachusetts

AS SEMENTES DA DEMOCRACIA: O MAYFLOWER COMPACT

“Em nome de Deus, amém. Nós, cujos nomes se seguem, leais súditos de nosso soberano senhor Jaime, pela graça de Deus, rei da Grã-Bretanha, da França e da Irlanda, defensor da fé, tendo realizado, para a glória de Deus, a difusão da fé cristã e a honra de nosso rei e de nosso país, uma viagem para estabelecer a primeira colônia na parte norte da Virgínia, pelos presentes, realizamos solene e mutuamente, diante de Deus e de cada um de nós, uma aliança (covenant) e a constituição de um corpo político civil para nos garantir uma ordem e uma proteção maiores, e a busca dos objetivos precedentemente citados; em virtude dos quais, decretar, redigir e conceber, quando se fizer necessário, justas e igualitárias leis, autorizações, atos, constituições e ofícios, segundo o que parecer melhor responder ao interesse geral da colônia, à qual prometemos toda a submissão e obediência que lhe são devidas. Dando fé a esse documento, escrevemos abaixo nossos nomes. Em Cap Cod, 11 de novembro do ano do reino de nosso soberano senhor Jaime, décimo oitavo rei da Inglaterra, da França e da Irlanda, e quinquagésimo quarto rei da Escócia. Anno Domini 1620.”

de morte. Quatro *quakers* recalcitrantes foram enforcados, entre 1658 e 1661. A ordem deveria reinar. O pensamento e a ação dos puritanos se inscreveram nos cânones de uma sociedade que primava pela ordem. Quando, em 1641, desafiando o Parlamento britânico, o Massachusetts se tornou um *Commonwealth*, criando sua própria legislação, conservou leis britânicas, sobretudo as que garantiam justiça igual para todos, proteção contra toda prisão arbitrária e morte pela força. Em certos aspectos, como está no código das liberdades de 1641, as leis do Massachusetts ofereciam mais garantias

ao cidadão que as inglesas – por exemplo, no tocante à liberdade de expressão e de ir e vir, como no direito de se reunir.

A lei protegia também o cidadão contra a possibilidade de ser condenado duas vezes pelo mesmo crime, previa a liberdade sob caução e proibía a tortura para se conseguir a confissão de um preso (mas uma “tortura não-desumana” era autorizada para obter o nome dos cúmplices daquele que era reconhecidamente culpado). A lei definia que um homem não podia receber mais de 40 chibatadas, nem um detento condenado à morte sem ter sido considerado culpado por

três testemunhas. As mulheres eram protegidas contra a brutalidade marital (exceto quando o marido era obrigado a se defender de um ataque de sua mulher), assim como os servidores, contra os abusos de seus patrões. Além disso, cada habitante do Massachusetts tinha a possibilidade de consultar os regulamentos, registros e arquivos de qualquer corte, salvo os do Conselho. Outro artigo interessante: “Nenhum monopólio será autorizado ou concedido a nenhum dos nossos, salvo por um curto período, e somente no caso de novas invenções que possam ser benéficas a todos”.

Nenhum monopólio era autorizado, salvo em curto período e só no caso de invenções que beneficiassem a todos

Os puritanos também baseavam suas leis na Bíblia. Eram passíveis da pena capital os blasfemadores, os feiticeiros e as feiticeiras e aqueles que se dedicassem à adivinhação; quem cometesse homicídio ou bestialidade; os pederastas, os adúlteros, os ladrões, aqueles que davam falso testemunho e os conspiradores. Por fim, o repouso do *sabbat* (como eles chamavam o domingo) deveria ser rigorosamente respeitado e voltado às atividades espirituais. A legislação proibia viagens, visitas, obras, divertimentos, e os infratores eram obrigados a pagar multas. Há exemplos bizarros de transgressões: dez *shillings* de multa por, no dia do *sabbat*, ter “pescado umas enguias”, por colher ervilhas, por ter ido navegar, ou por levar o rebanho ao pasto. O único deslocamento autorizado era o de se encontrar na casa de orações mais próxima para louvar ao Senhor. Assim que o *sabbat* acabava, os habitantes retomavam o trabalho.

Para o povo de Massachusetts, como, aliás, para todo bom protestante dessa época, o trabalho era um “designio divino”. Afinal, Deus havia confiado a Adão a tarefa de cultivar o Paraíso antes da Queda. E Cristo, durante sua vida terrestre, tinha trabalhado como carpinteiro. Deus deu a vida ao homem para que ele fosse ativo, proclamara o célebre teólogo de Cambridge, William Perkins. Seu *Tratado da vocação* colocava o trabalho no centro da reflexão: “Cada um de nós, ricos ou pobres, homens ou mulheres, somos obrigados a ter uma vocação pessoal, por meio da qual devemos cumprir certos deveres visando o bem comum, de acordo com os dons que Deus concedeu a cada um”. Isso significava que, para ele, o trabalho não-produtivo tornava-se suspeito, ímpio e mesmo imoral, fosse a pessoa especulador, monge ou vagabundo. Na verdade, ele dava ao trabalho um valor tal que a ordem do repouso sabático lhe provocava a sensação de que era obrigatório trabalhar todos os outros seis dias. Em nome da utilidade, Perkins

acabou por reduzir a vocação apenas às atividades econômicas. Sabendo-se que, entre os imigrantes, muitos ministros estavam impregnados pelas idéias de Perkins, não foi de estranhar que a “Plantação de Deus”, cadinho onde se forjariam diversas gerações de crentes, tenha se tornado rapidamente um lugar de grande atividade.

Como uma orquestra

Entre 1630 e 1640, em ondas sucessivas, cerca de 20 mil ingleses desembarcaram no Massachusetts. Do Maine ao Connecticut, comunidades foram aparecendo,

artesãos. A educação não fora esquecida, e a formação das elites prosseguia. Em 1636, foi fundada em Newton, perto de Boston, a Universidade Harvard. Três anos depois, uma tipografia se estabelecia na região.

A primeira geração trabalhava como uma orquestra. Depois, a população se tornou menos homogênea, e, com o passar dos anos, o sucesso pessoal acabou suplantando o esforço coletivo. Muitos imigrantes estavam tão determinados a fazer fortuna quanto a favorecer a “verdadeira religião”, e, no fim daquele século, cresceu a rivalidade entre a classe dos mercadores e a dos grandes



Mulher acusada de bruxaria. Desenho do século XIX inspirado nas perseguições do século XVII

com frequência isoladas umas das outras, dedicando-se à caça, à pesca, à agricultura. Indústrias começaram a crescer, especialmente a da pesca, pois os peixes eram abundantes nas frias águas do Atlântico. Estaleiros foram criados; pequenas cidades se desenvolveram. Povoados costeiros, como Salem e Charlestown, se transformaram em cidades portuárias, nas quais negociantes comerciavam com a Europa e as ilhas do Caribe. Boston, centro do governo de Massachusetts, mostrava, em sua prosperidade e suas múltiplas atividades, a vitalidade de seu povo, “santos magistrados”, comerciantes e

proprietários rurais, os primeiros com visão de futuro, os segundos permanecendo agarrados a seu ideal pastoral. Mas todos continuaram vivendo à maneira puritana, e não é vão afirmar que as teorias dos pensadores do puritanismo, que, lembremos, pregam a moderação, não o ascetismo, asseguravam um fundamento moral, religioso e econômico tão sólido que o estilo de vida *New England* não somente se impôs aos recém-chegados mas ganhou outras regiões onde se disseminavam os crentes.

Novas colônias se estabeleceram, e cada uma delas se esforçou para preservar sua



Universidade Harvard, em Cambridge, um núcleo de formação das elites. Gravura do século XVII

independência, no plano religioso ou político. Assim, a de Rhode Island – formada pelas cidades de Providence, Portsmouth, Newport e Warwick – gozava de uma carta que a tornava uma pequena república independente. Os colonos de Connecticut, em 1639, redigiram as Ordens Fundamentais do Connecticut, que foi a primeira constituição escrita na América, e a primeira no mundo ocidental. A colônia era dirigida por um governador, um corpo de conselheiros e uma Câmara baixa eleita. Em 1662, ela obteve de Carlos II uma carta bastante liberal, assim como o privilégio de ter um governo próprio.

Alegria durou pouco

Às vezes, entretanto, acontecimentos externos obrigavam as colônias a se unir. Em 1643, temendo o expansionismo de seus vizinhos holandeses em Nova Amsterdã, Massachusetts, Connecticut, Plymouth e New Haven se agruparam numa Confederação da Nova Inglaterra. Ficava claro, porém, que a independência territorial de cada colônia estava garantida. A Confederação era governada por oito comissários, dois para cada colônia, que foram escolhidos pelos membros de sua própria *General Court* (corpo legislativo munido de poderes judiciários). Eles tinham o poder de declarar tanto guerras ofensivas como defensivas, e as despesas eram pagas pelas colônias, com um rateio proporcional ao número de habitantes entre 16 e 60 anos de cada uma delas.

A independência política dos *New En-*

glanders durou pouco tempo. A restauração da monarquia na Inglaterra, em 1660, tornou a posição do Massachusetts muito delicada. Rapidamente, o rei Carlos II revogou sua carta. Em 18 de abril de 1689, quando a notícia da Revolução Gloriosa chegou a Boston, a cidade se sublevou. O governador real foi posto na prisão e um manifesto foi lido publicamente. Para justificar sua ação, os rebeldes evocaram o temor de uma aliança com os franceses e de um complô católico. Um governo provisório de fidalgos foi instaurado, mas a alegria dos habitantes teve curta duração. Embora o elegante Increase Mather, presidente de Harvard, tenha viajado a Londres para discutir sobre o futuro do Massachusetts, esforçando-se para persuadir Suas Majestades que, sob o “bom governo” da antiga carta a colônia tenha tido um desenvolvimento sem precedentes, William e Mary se recusaram a restaurar a carta original, impondo ao Massachusetts um governador real e estendendo a liberdade de culto para todas as Igrejas protestantes.

Por outro lado, os valores estavam mudando. O empirismo racional e científico do século das Luzes, pouco a pouco,

se instalou na consciência dos habitantes da Nova Inglaterra e, na segunda metade do século XVIII, o puritano, movido por seu formidável espírito empreendedor, transformou-se em ianque. Além disso, a reflexão teológica canalizava menos suas energias que a busca pelo bem-estar – mas a experiência puritana do Massachusetts deixou seus rastros até os dias de hoje.

Ainda não se poderia falar em democracia. Pode-se até dizer que os fundadores da Nova Inglaterra do século XVII eram totalmente contrários a ela (como, aliás, no século seguinte, a maioria dos homens que redigiu a constituição dos Estados Unidos). Existia em Winthrop uma grande desconfiança em relação à democracia, “a pior e mais vil forma de governo”. O sistema colocado em prática pelos puritanos era oligárquico. De qualquer forma, esse regime funcionou como aprendizado da democracia, na medida em que, seja nas igrejas locais, seja nos conselhos, os religiosos deliberavam e elegiam responsáveis em suas próprias fileiras. Além disso, o pacto que reinava entre eles – adotado livremente e sem constrangimentos – era um contrato político, com regras e disciplina próprias. O ativismo político, aliás, era visto pelos teóricos do puritanismo como um dever do cristão regenerado. O puritanismo não foi uma religião individual, e sim social. Diante de Deus, o homem vivia na Natureza e também em sociedade, como atesta uma bela frase de um ministro puritano: “Um coração virtuoso iria ao céu sozinho se ele não encontrasse companheiros, mas ele prefere a companhia”.

LILIANE CRÉTÉ é historiadora

GLOSSÁRIO

Igreja anglicana: nascida do cisma de Henrique VIII em 1534, a Igreja anglicana foi conduzida à Reforma sob o reino de seu sucessor, Eduardo VI, e uma nova liturgia foi adotada. Contudo, a Igreja anglicana só se tornará “protestante” sob Elisabeth I.

Puritanos: presbiterianos radicais, extremamente apegados às Escrituras. Seu movimento, nascido em 1610, contribuiu para a queda de Carlos I. Sem poder reformar a Igreja anglicana, preferiram se refugiar na América do Norte.

Gênios da Ciência.

A cada edição, uma nova descoberta.



Gênios da Ciência de Scientific American Brasil traz a vida e a obra dos mais importantes cientistas, para ler, guardar e consultar. Um retrato sobre a genialidade e as teorias dos grandes pilares da ciência, com a qualidade de informação e a consistência da mais tradicional revista mundial de divulgação científica. Leonardo da Vinci e Isaac Newton são os primeiros. E depois, tem muito mais.

EDIÇÕES BIMESTRAIS. COLECIONE.
Peça também pelo site www.sciam.com.br, pelo telefone
(11) 3039.5601 (de segunda a sexta-feira, das 8h30 às 18h)
ou pelo e-mail: edicoesavulsas@duettoeditorial.com.br

GÊNIOS DA
CIÊNCIA
SCIENTIFIC
AMERICAN Brasil



O fim do sonho da AUTOCRACIA

O apego ao poder, as intrigas, o alheamento da realidade custaram a vida aos Romanov e abriram as portas para a primeira revolução operária

POR JEAN-LOUIS VAN REGEMORTER
Tradução de Lúcia Magalhães

A coesão do Império Russo, com cerca de 150 milhões de habitantes, estava em franco perigo, às vésperas da Revolução Bolchevique. O czar Nicolau II enfrentava o crescimento generalizado e manifesto da insatisfação popular, não obstante a severa repressão. Afinal o Partido Social-Democrata fora fundado em 1898, com figuras tão influentes como Vladimir Ilich Ulianov, Lenin. Entre os fatores que levaram àquele estado de coisas estava a guerra contra o Japão, cujo motivo era a disputa pela Manchúria. A derrota aconteceu em 1905, e a ela se seguiram greves

e motins, pela penúria em que a população se encontrava.

A Duma, o parlamento, concedida sob pressão, não foi suficiente para evitar o fim do czarismo. A queda do regime desacreditou a tese providencial que apresentara a Revolução de Outubro como um evento inevitável. Sem cair no erro que apresenta a história da Rússia como uma suíte ininterrupta de dramas (a emancipação dos servos russos não ocasionou uma tragédia análoga à Guerra de Secessão, nos Estados Unidos), não se pode negar que, depois do começo do século XX, o Império conheceu uma crise social e política que desembocou em

Na foto à esquerda, a família Romanov: ao centro, o czar Nicolau II, a zarina Aleksandra (em pé, coroada) e os filhos Olga, Tatiana, Marie, Anastasia e Alexis. Foto sem data. Acima, soldados que aderiram à causa bolchevique marchando com populares, durante a revolução. Moscou, 1917

1905-1907 numa revolução, cujos traços não foram apagados em 1914, apesar da calma aparente.

Os camponeses, que constituíam 85% da população, permaneceram insatisfeitos. Mesmo se considerarmos que o acesso à propriedade individual, encorajado pelo primeiro-ministro Piotr Stolypine, entre 1906 e 1911, pudesse ter sido benéfico a longo prazo, é certo que essa estratégia não correspondeu às aspirações dos mujiques, os camponeses. Em sua maioria, eles permaneceram ligados ao regime comunitário e continuaram a cobiçar as grandes propriedades, cuja existência lhes parecia ilegítima.

Ao dispersar as duas primeiras Dumas que haviam proposto projetos de reforma

agrária, mais ou menos radicais, Nicolau II pareceu trair sua palavra, pois a liberdade abstrata não fazia sentido para os camponeses, se ela não se concretizasse na posse de uma propriedade, suficiente para garantir sua autonomia econômica. A estabilidade da sociedade russa repousava sobre a fidelidade dos mujiques à pessoa do seu pai mítico, o czar, ao passo que o aparelho do Estado era visto como um instrumento de opressão. Se o laço ancestral desaparecesse, os camponeses se redobriariam sobre as comunidades das aldeias, microcosmos que aspiravam a uma auto-administração total. Ao buscarem a unanimidade, os "mirs", ou seja, as assembléias que geriam os assuntos das aldeias e das vilas, criaram sua própria legalidade, que fundamentaram em sua

concepção particular da justiça, sem se preocupar com o direito escrito e consagrado, nem com as decisões do poder central.

Alienação social

Quanto aos operários, a inabilidade do czar – que havia respondido com o fuzilamento do Domingo Sangrento à petição do dia 22 de janeiro de 1905, em que milhares de pessoas pediam uma audiência diante do palácio – os havia alienado sem volta, pelo menos nas capitais. Em julho de 1914, os proletários de São Petersburgo criaram slogans hostis à autocracia, nas barricadas das avenidas. Ao limitar os direitos dos sindicatos autorizados, o regime havia impedido o desenvolvimento de um sindicalismo de massa, análogo ao que havia preparado, na



O czar, reunido com a Duma (parlamento), que ele aceitara como forma de se manter no poder

Nicolau II, convencido até o fim de que a Rússia o apoiava, ignorava a possibilidade de uma explosão popular, e não fazia concessões

Alemanha e na Inglaterra, a integração do proletariado na sociedade.

É verdade que, na Rússia, a hostilidade dos operários ao czarismo se revestia de uma forte alienação social, pois mesmo a difusão da instrução primária não havia reconciliado o proletariado com a *intelligentsia* técnica. Submissos a uma disciplina quase militar nas fábricas e usinas, os operários consideravam os engenheiros e os contramestres como inimigos de classe, e sua animosidade contra os especialistas subsistia durante o regime soviético. A maioria dos operários expressava seu instinto de classe ao votar sistematicamente nos social-democratas, o que não significava que esse partido tivesse aderido à ideologia socialista. Divididos pelas disputas doutrinárias que não apaixonavam as massas, mencheviques e bolcheviques não atraíam senão efetivos esqueléticos em suas organizações. Mas desde que se recusaram a se lançar na aventura da insurreição armada, no final de 1905, os liberais haviam perdido todo o crédito junto ao proletariado, ainda que uma revolução política corresse o risco de provocar uma revolução social, como explicou um ministro em memorando ao czar, datado de fevereiro de 1914.

Mas Nicolau II, convencido até o fim de que a Rússia, de raiz (que ele confundia

com o místico da corte, o poderoso Rasputin), o apoiava, ignorava a possibilidade de uma explosão popular, e não via nenhuma razão para fazer concessões à revolta da sociedade, para se opor a uma frente comum à revolução. Nostálgico da autocracia pura e dura, ele jamais se perdoara por ter cedido, em outubro de 1905, à pressão de Sergei Witte, ministro das Finanças, e de ter concordado com a existência de um regime semiconstitucional.

O regime contra o povo

As leis fundamentais adotadas em 1906, entretanto, não impediram a ampla colaboração entre o governo e a Duma. Stolypine, uma vez libertado da oposição sistemática pelo seu golpe de Estado de 3/15 de junho de 1907, havia tentado promover uma revolução elevada, que instaurasse progressivamente um estado de direito e que reunisse e integrasse todos os proprietários de terra, grandes e pequenos, em volta do trono. Mas a nobreza, obcecada pela diminuição dos seus domínios fundamentais, endurecera a respeito dos seus privilégios naturais e havia sabotado as reformas políticas e administrativas de Stolypine. O fracasso deste, sequer apoiado pelo czar, era patente bem antes do seu assassinato em setembro de 1911.

Do outro lado, os liberais, obcecados pela imitação dos modelos ocidentais, preconizavam a instauração de um regime parlamentar, que havia consagrado o desaparecimento efetivo da autocracia. Essa exigência tornou impossível o compromisso desejável entre o Estado e a sociedade. O recurso ao nacionalismo, que o czarismo havia praticado desde o reinado de Alexandre III, para reforçar a coesão do Império, se havia provado duplamente ineficaz: o patriotismo no sentido moderno não havia conseguido penetrar na classe dos camponeses, que sempre definira sua identidade nacional pela fórmula "Deus e o czar".

Além disso, a russificação brutal havia conseguido colocar obstinadamente contra o regime outros povos ainda leais, como os alemães dos países bálticos, os finlandeses e os armênios.

O anti-semitismo visceral do czar havia impedido Stolypine de abolir as medidas discriminatórias contra os judeus, o que contribuiu para jogar muitos intelectuais de origem judaica no campo revolucionário. O programa de uma "grande Rússia", delineado por Stolypine, subentendia limitações à autonomia da Finlândia e uma diminuição da representação das comunidades de outros países do bloco na Duma. Mesmo que a expressão "prisão dos povos" fosse um exagero manifesto, era incontestável que o Império se mantinha mais pelo medo do que pela adesão voluntária.

A Primeira Guerra Mundial pareceu, porém, desmentir os prognósticos pessimistas: houve a mobilização dos camponeses, as greves cessaram, os liberais aderiram à união em torno do regime, os povos do bloco afirmaram sua lealdade. Mas as derrotas de 1915 despertaram a oposição da burguesia industrial, que atribuía a penúria de matérias-primas à incapacidade da burocracia. Os constitucionais-democratas se aliaram aos insurgentes mais moderados do movi-

UMA DECISÃO DE LONGA DATA

POR PIERRE LORRAIN
Tradução de Marly N. Peres

Na madrugada de 16 para 17 de julho de 1918, em Ekaterimburgo (ou Ecaterimburgo) nos Urais, a "tcheka" — polícia secreta — executou a família imperial. Muito mais tarde, quando foram abertos para estudos alguns arquivos secretos, os pesquisadores verificaram que desde 1903 Lenin tinha em mente a morte do czar. Na ocasião, porém, os bolcheviques a anunciaram, sem mencionar o igual destino que tiveram a czarina Alexandra e as cinco crianças, os príncipes, além de três empregados e do médico da família.

Os primeiros comunicados oficiais foram repetidos, a partir de 20 de julho de 1918, nas ruas de Petrogrado: "Execução de Nicolau Romanov. Nos últimos dias, Ekaterimburgo, a capital dos Urais vermelhos, esteve seriamente ameaçada pelo avanço de grupos tcheco-eslovacos. Ao mesmo tempo, um novo complot contra-revolucionário foi descoberto, complot cujo objetivo era permitir que o carrasco coroado escapasse das mãos do poder soviético. Isso considerado, o comitê regional dos Urais tomou a decisão de fuzilar Nicolau Romanov, o que foi feito em 16 de julho. A esposa e o filho de Nicolau Romanov estão em local seguro. O Comitê central executivo pan-russo reconhece que a decisão do soviete regional dos Urais foi correta".

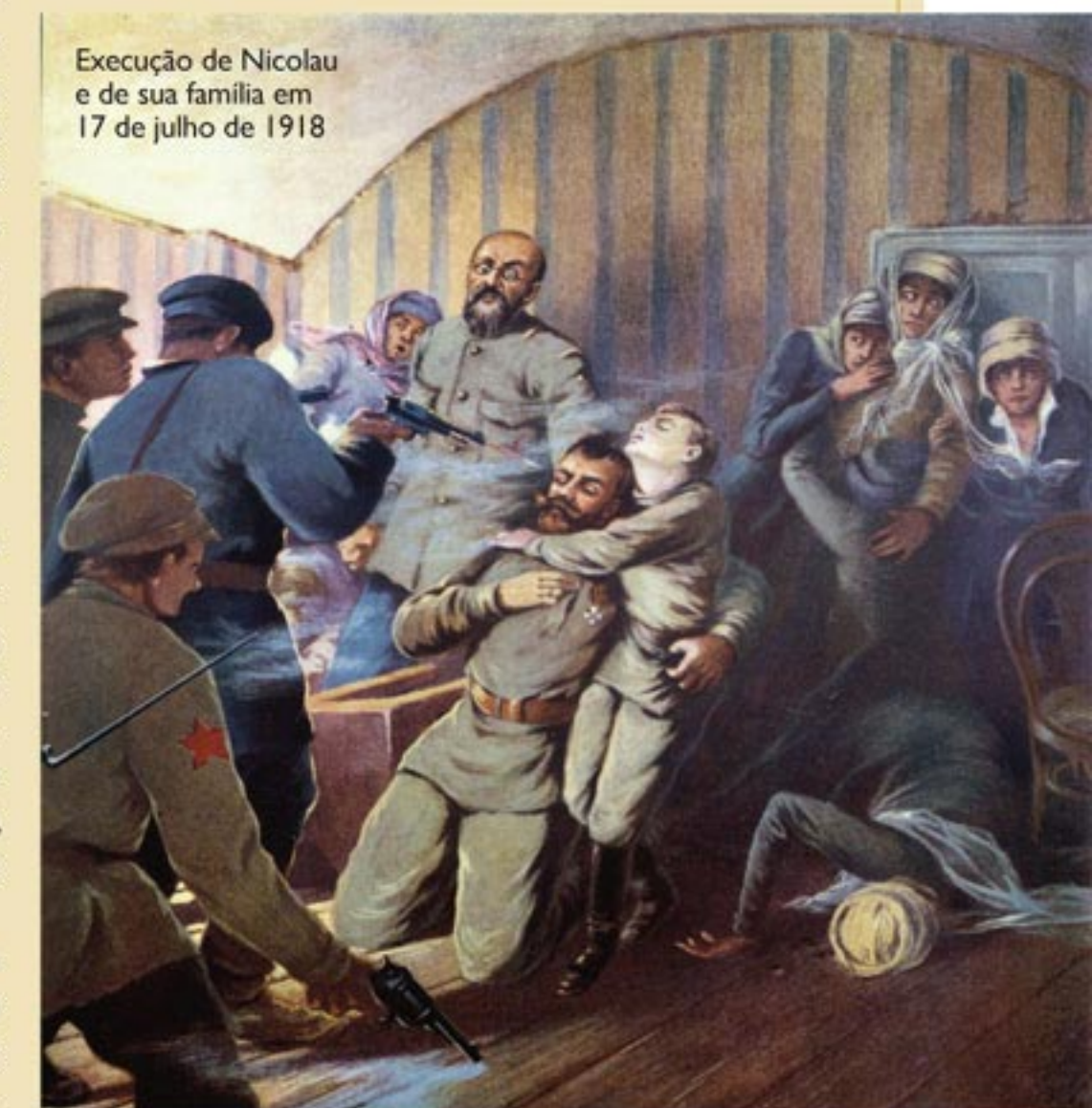
Essa versão oficial originaria a dúvida sobre a sobrevivência do restante do núcleo familiar, uma esperança alimentada até por Maria Fiodorovna, viúva do penúltimo czar, o pai de Nicolau. Até a morte de Lenin, os dirigentes bolcheviques esforçaram-se para esconder os fatos reais. Em 1922, Gueorgui Tchitcherine, comissário popular dos Negócios Estrangeiros, ainda afirmava que as filhas de Nicolau II estavam vivas, nos Estados Unidos. Só em 1924, o Kremlin acabou por admitir a verdade. Os próprios executores contaram, nos mínimos detalhes, como tudo aconteceu.

Sepultaram, no mesmo ato, a lenda alimentada durante algum tempo de que a decisão pela medida extrema teria sido tomada autonomamente, sem prévia consulta a Lenin e às autoridades centrais, pelo soviete dos Urais. Este, porém, dominado pelos bolcheviques habituados à rigorosa disciplina do partido, não era incontrolável. Um de seus principais dirigentes, o comissário militar Filipe Golochtchekine, era amigo de Iakov Sverdlov, presidente do Comitê Central Executivo pan-russo dos soviets (VTSIK), o parlamento soviético, e colaborador muito chegado de Lenin.

No início de julho de 1918, alguns dias antes da execução, Golochtchekine foi a Moscou para se reunir com Lenin e Sverdlov, que o hospedou em sua casa, como de hábito. Além disso, Ekaterimburgo mantinha contato telegráfico permanente com Moscou. Difícil, portanto, acreditar numa atitude por conta própria, ainda mais para um gesto tão importante quanto a

execução do último czar. Desde o desmoronar da URSS e a abertura — mesmo que parcial — dos arquivos soviéticos, ficou mais claro que a execução de Nicolau II e dos seus não foi um ato improvisado, mas o resultado de um plano estabelecido pelos mais altos dirigentes do poder soviético.

A sorte do monarca foi decidida em 1903, quando do II Congresso do partido social-democrata operário da Rússia, em Bruxelas e em Londres. Os delegados tinham se oposto à abolição da pena de morte, pois era preciso reservá-la para



Nicolau II. A opinião do pai da revolução sobre a questão era, além disso, particularmente categórica. Ele concordava com a ideia do revolucionário Piotr Netchaiev, que preconizava a execução de toda a dinastia dos Romanov, e tinha manifestado seu parecer a Vladimir Bontch Bruievitch, um de seus principais colaboradores. Além dos eventuais motivos pessoais (seu irmão Alexandre havia sido executado em função de uma tentativa de atentado contra o czar Alexandre III, em 1887), Lenin parecia ver no regicídio uma etapa da marcha da humanidade em direção a uma sociedade comunista.

Pierre Lorrain é jornalista e escritor



Representação do primeiro dia da Revolução Russa, 9 de janeiro de 1905

1905, A REVIRAVOLTA DA HISTÓRIA

Georges Gapone era padre e agente da Okhrana, a polícia do czar, que buscava controlar as sublevações populares. Ele é lembrado na história russa como o principal organizador da manifestação do Domingo Vermelho. Quando as greves estouraram em 1905, Gapone lançou a idéia de enviar uma petição ao czar (aumento de salário e redução da carga horária de trabalho). Uma multidão entusiasmada se congregou em torno dessa petição e dele, e chegou ao palácio imperial. Era domingo, 28 de dezembro. O cortejo da multidão entusiasmada, carregando ícones e cantando "Deus salve o czar", foi recebido pela tropa imperial que abriu fogo. A surpresa, a comoção, os mortos deixaram a Rússia sem palavras. O Domingo Vermelho marcaria uma reviravolta nas relações entre o czar e seu povo. Depois da tomada do poder pelos bolcheviques, o dia 9 de janeiro (22 de janeiro no novo calendário) foi transformado em feriado nacional.

— J.-L.R.

A euforia da vitória não dissimulou a instabilidade do novo regime por muito tempo. Os liberais liquidaram a burocracia czarista de um golpe, mas foram incapazes de impor um novo aparelho ao Estado, porque as massas não reconheceram como legítimas senão suas próprias organizações. Estas exigiam a satisfação imediata das suas reivindicações: a partilha das terras, a paz sem anexações, pão. Os governos provisórios adiaram a solução dos problemas por razões compreensíveis: uma reforma agrária em plena guerra teria provocado deserções em massa, e a conclusão de uma paz sem anexações suporia um acordo com os Aliados, que não queriam, e com os alemães, que não desejavam senão um protetorado sobre as regiões conquistadas. Mas os bolcheviques tiveram o belo gesto de apresentar essas reservas como a prova de que o novo regime estava a serviço dos proprietários e dos capitalistas.

Ao preconizarem a autodeterminação para as nacionalidades, os bolcheviques pareciam mais sinceros que os liberais, que não desejavam o desmembramento do Império, pela admissão de uma autonomia para os não-russos. Os outros partidos de esquerda perderam a popularidade por participarem dos governos de coalizão. O ministério menchevique do Trabalho tentou limitar os direitos dos comitês das usinas, o socialista-revolucionário da Agricultura suspendeu e adiou a reforma agrária. A economia dirigida mal conseguira assegurar a revitalização das vilas e o pleno emprego: ao aderir à idéia do controle operário, Vladimir Illich Lenin se fortaleceu ao circunscrever o desmembramento da economia. No final de outubro, a palavra de ordem "Todo o poder aos soviets" era incontestavelmente popular, porque significava um governo sem partidos "burgueses". Lenin não queria mais um governo de coalizão socialista, mas Leon Trotski o fez compreender que os bolcheviques deviam se cobrir com a bandeira dos soviets: graças a esse equívoco, eles tomaram o poder sem dificuldade.

JEAN-LOUIS VAN REGEMORTER é professor de história e escritor

mento de outubro para exigir um governo que restaurasse a confiança no país.

Enclausurado no seu quartel-general de Mohilev, o czar deixou a condução dos assuntos políticos à czarina Alexandra, suspeita de germanofilia. Até a extrema-direita se distanciou do casal imperial e organizou o assassinato de Rasputin, em dezembro de 1916. Todavia, essa sedição se limitava a complôs. O próprio Lenin não acreditava na iminência de uma revolução popular. Não se podia ignorar, entretanto, que as massas se organizavam e o descontentamento crescia. Os camponeses, que os industriais tentaram mobilizar contra o governo, alistando-os nos comitês das indústrias de guerra, se aproveitaram da si-

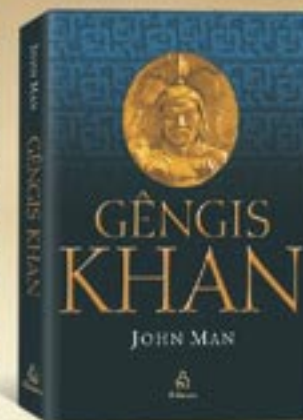
tuação para recomendar as greves maciças.

No final de fevereiro de 1917, um motim da fome deslanchou o processo que deveria abalar o regime. Os operários ocuparam as ruas; as tropas passaram para o lado dos amotinados. Surpreendidos por uma revolução que jamais desejaram, os líderes da Duma avaliaram que somente a abdicação do czar permitiria restabelecer a ordem, ponto de vista partilhado pelo estado-maior das forças armadas. O czar percebeu *in extremis* que estava completamente isolado e, quando seu irmão Miguel recusou a coroa, a monarquia desapareceu sem combate.

A HISTÓRIA EM SUAS MÃOS

Uma seleção de livros sobre temas fascinantes

GÊNGIS KAHN
Livro que descreve as principais conquistas militares dos mongóis, desde as diversas regiões da China unificadas por eles, até a Europa Central.
De: R\$ 39,00
Por: R\$ 33,15
440 págs.



O LIVRO DE OURO DA HISTÓRIA DO BRASIL
Narra cinco séculos de história brasileira. Edição atualizada até a posse do presidente LULA.
De: R\$ 49,90
Por: R\$ 39,90
450 págs.



ALMANAQUE ANOS 80
Autores: Luiz André Alzer & Mariana Claudino
Um livro que vai fazer parte da biblioteca de toda uma geração. O *Almanaque Anos 80* vai dar uma mãozinha para o leitor relembrar, entre outras coisas: quem tocou no primeiro Rock in Rio, a escalção da seleção brasileira no fatídico jogo contra a Itália na Copa de 82, os brinquedos, as roupas e outros apetrechos que marcaram a década de 80, etc.
De: R\$ 49,00
Por: R\$ 39,20
304 págs.



O LIVRO NEGRO DO COLONIALISMO
Um dos mais importantes trabalhos coletivos sobre as heranças do colonialismo e os seus efeitos perversos.
De: R\$ 119,90
Por: R\$ 99,50
952 págs.

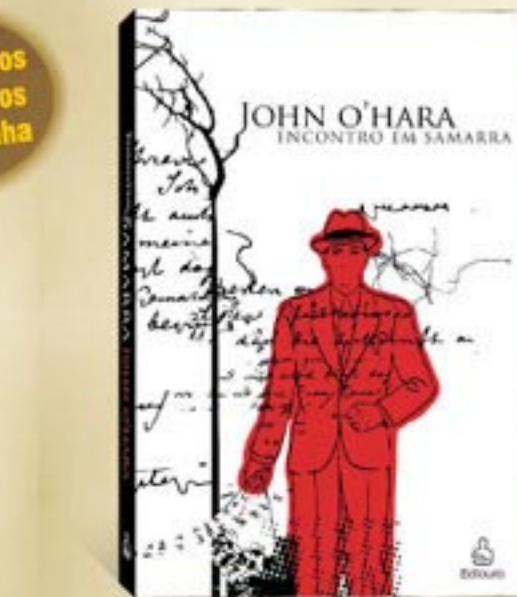


SUPERMEMÓRIA
Supermemória está repleto de técnicas práticas e comprovadas e de exercícios simples, que o leitor poderá utilizar para melhorar a memória.
De: R\$ 39,90
Por: R\$ 31,90
376 págs.

A IRMANDADE DO SANTO SUDÁRIO
Um incêndio na catedral de Turim, onde se venera o Santo Sudário e a morte de um homem que tivera a língua cortada dão início a uma trama envolvente e repleta de mistérios.
De: R\$ 39,00
Por: R\$ 33,15
456 págs.



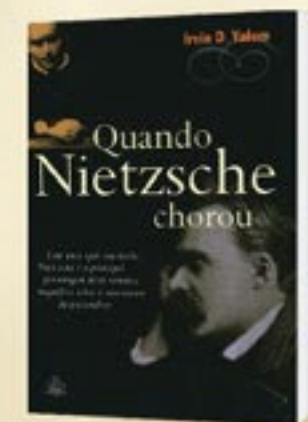
O LIVRO DE OURO DA HISTÓRIA DA MÚSICA
Sete séculos de música, temperados com detalhes históricos e explicações teóricas preciosas de um dos principais intelectuais do país.
De: R\$ 48,90
Por: R\$ 39,00
528 págs.



ENCONTRO EM SAMARRA
Autor: John O'Hara
Uma viagem às mentes que formam o retrato vivo da sociedade norte-americana durante a Grande Depressão e a Lei Seca. Nesse livro, O'Hara narra a história de Julian English, jovem rico e cínico que inicia um processo de auto-destruição ao jogar um drinque na cara do chefe.
De: R\$ 39,90
Por: R\$ 33,90
254 págs.



HISTÓRIA DO PENSAMENTO OCIDENTAL
Conheça as questões fundamentais da Filosofia.
De: R\$ 54,80
Por: R\$ 42,50
510 págs.



QUANDO NIETZSCHE CHOROU
Um drama de amor, de fé e de vontade, tendo como cenário o fermento intelectual da Viena do século XIX, às vésperas do nascimento da psicanálise.
De: R\$ 44,00
Por: R\$ 35,20
412 págs.

Condições especiais de pagamento

- Depósito identificado;
- Boleto bancário;
- Pagamento em 3x sem juros no cartão.

Entrega gratuita em domicílio em todo o Brasil.

Faça já o seu pedido:
0800.707.2122
Outras cidades
(0XX11) 4081.2181
São Paulo



Ediouro



© MICHAEL MASLAN / COMBIS - STOCK PHOTOS

1890

Uma cena tranquila no final do século XIX, num lugar que também já foi palco de batalhas

MONTE SAINT-MICHEL, MARAVILHA MILENAR

Lugar de peregrinação, refúgio de monges, fortificação, prisão. Esta ilhota rochosa, jóia arquitetônica classificada como monumento histórico é ao mesmo tempo mítica e secreta

POR CHRISTOPHE COURAU
Tradução de Mônica C. Corrêa

Até o século VIII, os únicos habitantes do monte Tombe eram as gaivotas, os coelhos e os caranguejos, sem prejuízo de um ou outro ocasional eremita. A lenda, senão a história, do monte Saint-Michel começa nos tempos do bispo Aubert de Avranches, cidade situada a alguma distância da baía. Em 708, o arcanjo Miguel (Michel, em francês) lhe apareceu em sonhos, com uma ordem clara: “Constrói para mim um santuário no cume deste lugar”, seguida da instrução “onde encontrares um touro”. De fato, um animal

roubado foi achado lá no alto. O religioso enviou dois mensageiros a Puglia, na Itália, no monte Gargano — onde a devoção a São Miguel existe desde 492 —, para dali trazerem uma preciosa relíquia: um pedaço do manto vermelho que São Miguel usou. O tesouro foi conduzido ao oratório construído durante aquele intervalo.

Ao longo de 250 anos, o santuário foi apenas uma simples gruta arrumada. Com as invasões vikings no século IX, um vilarejo apareceu sobre o monte, pois os habitantes da região se refugiavam



© BLAINE HARRINGTON III / COMBIS - STOCK PHOTOS

2005

no rochedo. Mas foi somente em 966 que virou um centro de peregrinação importante, confiado a monges beneditinos. O senhor da Normandia, Ricardo II, cedeu aos religiosos terras dos burgos e as ilhas Causey. Com o granito destas, poderia ser erguida uma verdadeira igreja. No entanto, o projeto parecia irrealizável, pois a ponta do rochedo seria muito estreita para erguer-se uma construção de 80 metros de altura.

O abade arquiteto Guilherme de Volpiano encontrou a solução: o edifício seria erigido no alto do monte, mas apoiado em capelas subterrâneas que comporiam a rampa. Em 1023, os trabalhos começaram. As obras durariam um século, com um complicador: em 1103 a parte norte desabou e tudo

foi reconstruído, enquanto raios e mais tarde um incêndio reduziram o madeiramento a cinzas.

Em 1164, a abadia dirigida por Robert de Torigny estava em pleno crescimento e contava com seis dezenas de monges, que copiavam incansavelmente manuscritos. Eles fizeram do monte Saint-Michel uma “cidade dos livros”. Em seguida à conquista da Normandia por Felipe Augusto em 1204, o monte Saint-Michel passou da soberania dos Plantagenetas à do rei da França. O conflito deixou marcas. O monte foi tomado pelos aliados bretões de Felipe Augusto, que o queimaram quase inteiramente. O rei, para fazer-se “perdoar”, enviou à abadia uma enorme soma de dinheiro. Graças a esse presente, os construtores edificaram o que os

contemporâneos chamam de “A Maravilha” do monte Saint-Michel. As obras começam em 1210. Os barcos trouxeram blocos de granito de Causey. Era o início do período gótico, quando se erguiam as catedrais de Chartres e Reims.

A obra-prima do monte Saint-Michel se ergueu do lado norte do rochedo em 17 anos. É uma construção de três níveis, de aproximadamente 70 metros de comprimento por 20 de largura, com duas salas em cada andar. Embaixo, encontram-se o celeiro e a esmolaria, onde são acolhidos os peregrinos. Em cima, a sala de hóspedes, por onde passaram visitantes ilustres, como São Luís, em 1256. Ao lado, no *scriptorium*, trabalhavam os monges copistas. Com suas duas lareiras, é a sala aquecida do mos-

Hoje, o monte é visitado por milhares de turistas, que vêm para conhecer a “maravilha do Ocidente”

teiro. Enfim, a leste, o terceiro andar abriga o claustro e o refeitório, uma sala grande e iluminada lateralmente por 57 janelas. Graças à acústica perfeita da sala, a voz do monge leitor chegava até o conviva mais afastado. A cobertura é constituída por uma ampla abóbada em berço, de madeira. Quanto ao claustro, é um trapézio cujos lados maiores são orientados no sentido norte-sul. Em volta do jardim, corre uma galeria de pórticos ornados com uma dupla fileira de arcadas, apoiadas em colunas de pórfiro, ligadas entre si por abóbadas em ogivas.

Nas entranhas

Em 1211, o abade Guillaume du Château fez edificar a primeira muralha militar em volta do monte. A guarnição simbólica imposta pelo rei da França não foi apreciada pelos monges. Assim, dali em diante, o abade ficou responsável pela defesa. Devia dirigir-se a um homem de guerra: seria o célebre Bertrand du Guesclin, que se tornou capitão do monte em 1357. Quando eclodiu

a Guerra dos Cem Anos, os abades manobram entre a França e a Inglaterra para tentar salvar suas possessões inglesas, que foram confiscadas em 1414. Pierre Le Roy reforçou o sistema defensivo fazendo construir a fortificação – o *châtelet* (1393): duas torres potentes que protegem o mosteiro. Esse grande abade se distinguiu também por enriquecer a biblioteca. Depois de sua morte, em 1411, seu secretário, Robert Jolivet, o sucedeu. Alarmado pela derrota francesa de Azincourt (1415), o novo abade reforçou as defesas com seis novas torres: a alternância dos blocos de granito rosado e de granito cinza produziu um belo efeito decorativo. Mas em 1420, dando a causa da França por definitivamente perdida, o abade reconheceu a suserania de Londres. Nessa época, só existiam ao norte do Loire quatro fortalezas para sustentar os Valois: Tournai, Chaucoleurs, Orléans e, precisamente, o monte Saint-Michel. Em 1424, Robert Jolivet, nomeado conselheiro do duque de Bedford, regente de Henrique VI da Inglaterra, dirigiu um ataque contra a ilha que ele mesmo fortificara. Mas o monte resistiu. Em junho de 1425, navios que partiram de Saint-Malo levaram socorro aos sitiados. Tomada de assalto, a frota inglesa se dispersou. Durante a invasão, chegaram peregrinos através das linhas inglesas mediante o pagamento de um óbolo. No entanto, a igreja principal desabou. O coro foi reconstruído num estilo gótico flamejante, em 1446, e a partir de então os abades passam a não mais residir ali. Eles se contentavam em embolsar os rendimentos. O último abade foi Jean de Lamps, a quem se deve a magnífica escada rendada. O governador militar Ga-

bril du Puy terminou de fortificar o vilarejo, agora uma “cidade”. Uma parte da abadia se transformou em prisão do Estado, com as célebres celas de ferro. As guerras de religião provocaram novas desordens. Em 1622, os antigos ocupantes foram substituídos por beneditinos de Saint-Maur.

No século XVIII houve a decadência acentuada. Depois veio a Revolução: em 1791, os monges desertaram e a abadia foi saqueada. Sob o Terror, 300 padres insubordinados à Constituição de 1790 ficaram presos ali. Em 1811, foi colocada à disposição da administração penitenciária e Napoleão ali manteve cerca de 600 reclusos. O monte sofreu com o vandalismo e o abandono em tempos em que tudo o que merecia o qualificativo de gótico suscitava desprezo. Mas em 1863 um decreto de Napoleão III determinou que o monte Saint-Michel deixasse de ser uma prisão.

As obras de restauração começaram em 1872 e se aceleraram a partir de 1874, quando as construções foram classificadas como monumentos históricos. De 1877 a 1881, o claustro foi reconstruído e, depois, o refeitório e o *scriptorium*. Em 1856, os riachos do Couesnon, da Sée e da Sélune foram em parte canalizados, depois criou-se um dique e até uma linha de trem de acesso ao monte. A baía vaza e atinge, ainda hoje, 25 hectares por ano, apesar das marés cada vez mais fortes da Europa (14 metros de desnível e 15 km de distância). Desde os anos 1960, os monges voltaram e acolhem como outrora os peregrinos, mesmo que a maioria do milhão de visitantes anuais seja de simples turistas vindos para ver a milenar “maravilha do Ocidente”. ■

CHRISTOPHE COURAU integra a equipe de colaboradores de *História*

HISTÓRIA VIVA • MARÇO 2005

ATUALIZE A HISTÓRIA.

Não confunda as histórias, a verdadeira história é viva. Se você perdeu algum número, aqui está a chance de adquiri-la



- A Revolução - 1789-1793
- Luís XVI, ou a vocação para o fracasso.



- Os grandes momentos da Grécia



- Getúlio, o político carismático



- Renascimento - O homem como centro do universo



- Mesopotâmia - o berço da civilização



- Durante a guerra, os negócios continuam



- Dossiê: piratas e corsários
- A república eremitas



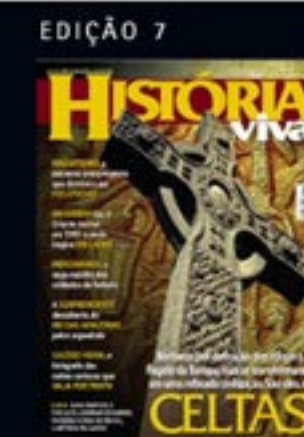
- Dossiê: os segredos da kgb
- De onde vêm os etruscos



- Dossiê: idade média
- Um novo estados unidos
- O fantasma de Hitler



- A guerra de tróia
- A saga da independência dos EUA



- Dossiê: celtas
- Afeganistão
- Mercenários



- Dossiê: churchill
- Peste negra
- Biblioteca de alexandria



- Dossiê: veneza
- Bárbaros
- Japão



- Dossiê: inquisição
- Herodes
- China



- Dossiê: egito
- Revoluções do século XX
- A seda



- Dossiê: comuna de paris
- Alexandre o grande
- A tragédia de pompéia



- Dossiê: Espanha
- Darwin, a origem das espécies
- Banqueiros

Peça ao seu jornaleiro. Ou, se preferir, pelo telefone (11) 3039.5601, (de segunda a sexta das 8h30 às 18h).
Pela internet: edicoesavulsas@duettoeditorial.com.br

PREÇO DA CAPA + REMESSA
Preço da Edição Especial: R\$ 11,90 • Preço da Edição do Mês: R\$ 9,90
ESTOQUE LIMITADO

Consulte outras edições no site:
www.historiaviva.com.br

Duetto
EDITORIAL

Vista interna da abadia



© PHIL ALPHE / CORBIS - STOCK PHOTOS

O Brasil é tão “jovem” qual um enrugado bebê “deitado eternamente em berço esplêndido” – porque assim nos faz pensar o país descoberto pelas caravelas aqui chegadas, em 1500, como se aportassem em terra virgem. O “Novo Mundo” revelado por navegadores em busca das Índias, entretanto, de *novo* tinha só a falsa inocência dos índios que devoraram o bispo Sardinha. Sabe-se, hoje, é um dos afloramentos mais antigos do planeta, velho como todo torrão de vulcões extintos há tanto tempo que deles só restaram algumas estilizações paleoíndias, mais do terreno do mito do que da visão ou da experiência.

Pela idade presumida da nossa terra, o coronel inglês Percy H. Fawcett acreditava piamente até na existência da “civilização remota do Y Brasil”, cujas sete cidades se alinhariam do Mato Grosso à Amazônia (onde montanhas de forma perfeitamente piramidal poderiam ocultar “construções antiqüíssimas, cobertas de árvores ao longo dos milênios”). Fawcett – que se perdeu na busca das suas *cidades perdidas* – procurava o aspecto mais fantasioso, digamos, do mundo primitivo brasileiro que há muito deixou de ser um vazio aberto à fantasia estrangeira, desde o século XVI, quando vieram ter às matas, em busca de El Dorado, homens tão temerários quanto *don* Antonio Berrio, Gonzaga Ximenes de Quesada, Antonio Herrera e até *sir* Walter Raleigh, o lobo-do-mar da corte elizabetana.

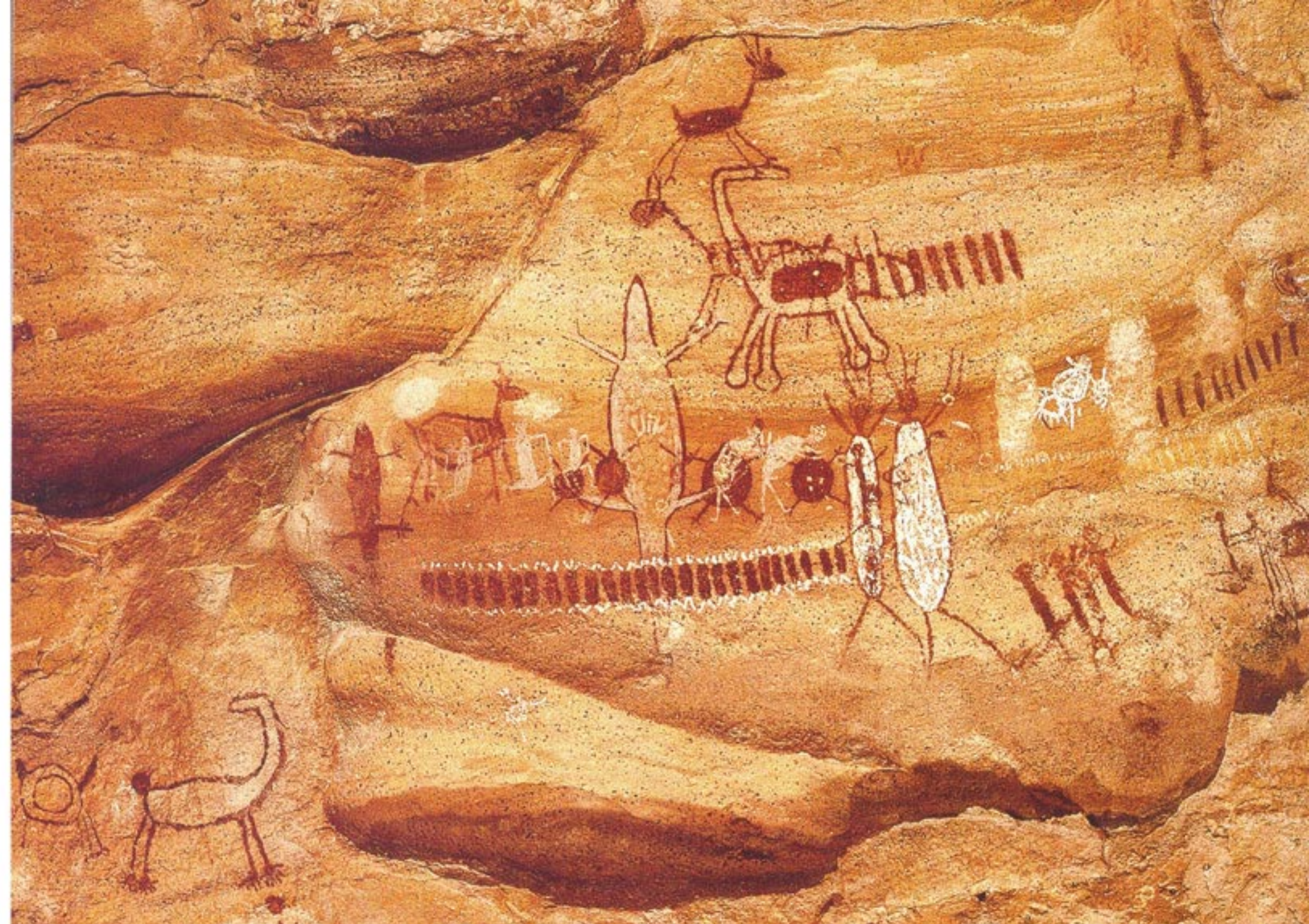
Estavam todos errados. O Brasil é velho, porém nunca abrigou nenhuma “Cidade das Portas de Ouro”. Nem abriu suas florestas à passagem de fenícios e marinheiros de Salomão em busca de minas de ouro, no campo profundo ou nas selvas que escondem apenas os grotões solitários e as *itaqua-*

Inscrições rupestres da Lapa de Sucupira, Serra do Cipó, (MG), 1999 (ao lado). Na outra página, Sítio Boqueirão da Pedra Furada, Parque Nacional da Serra da Capivara, PI

SERES, SÓIS E SINAIS

A arte rupestre do Semi-Árido nordestino, em suas três vertentes – a Nordeste, a Agreste e a do São Francisco –, se estende do Piauí a Minas Gerais, em 280 sítios arqueológicos

POR FERNANDO MONTEIRO



tiaras com os sinais, os seres e os sóis de culturas já desaparecidas quando aqui desembarcaram os primeiros europeus, certos de trazer tudo – da arte de pintar ao poder dos mosqueados em brasa.

Errados de novo, não podiam saber que o Brasil era a terra dos “pardos nus”, armados de arcos etc., mas não do zero cultural dos povos sem origem, conforme percebeu Ambrósio Feliciano Brandão, o primeiro a assinalar – no *Diálogo das Grandezas do Brasil* – que havia, no estranho país, abundantes sinalizações de uma “arte mui antiga”...

Durante muito tempo, o velho mundo “novo” foi dado como de povoamento tardio (aí por volta dos 14 mil anos), se comparado com as idades mais remotas do *Homo sapiens*.

Custou até que a ciência aceitasse a ocupação da América do Sul como datada de muito antes, com evidências da presença humana em patamares que foram recuando, do “Homem da Lagoa Santa”, até 47 mil anos, e se aproximaram, recentemente, das surpreendentes datações conseguidas pela antropóloga Niède Guidon, ao trabalhar nos abrigos mais antigos do Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí. Lá se encontra o mais remoto sítio pré-histórico continental, o grande refúgio da Toca do Boqueirão da Pedra Furada, com rico acervo de pinturas e inscrições da chamada tradição *Nordeste*.

Cores do passado

A entrada dos autores dessas obras magníficas entre todas, posteriores,

das Américas, Guidon acredita ter acontecido em vagas sucessivas de grupos mongolóides “saindo de vários lugares e seguindo diferentes caminhos” pela rota do norte, através do estreito de Bering – uma “ponte” formada entre o Alasca e a Sibéria, durante a última glaciação –, vindo do Pólo Sul e até pelo mar. E a idade dessas movimentações poderá recuar ainda mais, para além dos 100 mil anos, à medida que se abre campo para os estudos da pré-história brasileira, cuja população deixou marcas em três grandes áreas: o Litoral, a Amazônia e o Interior – com destaque para o Semi-Árido do Nordeste (que já foi de clima ameno, com densas florestas). Nele chegam a se confundir, por vezes, as três mais ricas tradições da nossa arte rupestre: a “Nordeste”, a “Agreste” e a

A CONTRIBUIÇÃO DO IMPERADOR

Foram pesquisadores estrangeiros, na maior parte, que deram início, no século XIX, à pesquisa arqueológica no Brasil, com ênfase nos achados das “pedras pintadas” ou “furadas” presentes nas narrativas do folclore. Auguste de Saint-Hilaire e Karl Philipp von Martius demonstraram interesse pelas “antiguidades indígenas” (aí incluídas as pinturas rupestres), e o botânico Peter William Lund fixou residência na aldeia de Lagoa Santa, em 1834, para pesquisar as mais de 800 grutas da região. Lund viria a descobrir o Homem da Lagoa Santa, na lagoa subterrânea do Sumidouro, e é pena que tenha parado com as pesquisas em 1844, embora tenha permanecido em Minas até morrer, em 1880.

Dom Pedro II tinha interesse pela antropologia, e não hesitou em contribuir para a criação de instituições voltadas para a pesquisa arqueológica. O imperador também adquiriu coleções importantes para o Museu Nacional. Com o advento da República, o Museu Paulista se tornou um centro de estudos do passado remoto, ao mesmo tempo que, em Belém, o zoólogo e naturalista suíço Emílio Goeldi reorganizava o museu local, com profunda influência na arqueologia da região. De 1880 a 1900, ele escavou na

necrópole de Cunani, sítio Marajó que revelou a estuenda cerâmica local.

Outro diretor de museu – Ladislau Netto – também enviaria, do Rio, várias missões do Museu Nacional, chefiadas por homens como Roquette Pinto e Carlos Wiener, para coletar objetos e pesquisar os sambaquis (ou “concheiros”) que estavam sendo transformados em cal para construção, no litoral sul do país.

Um austríaco – Padberg-Drenkpoth – se tornaria, após a Primeira Guerra Mundial, o primeiro profissional contratado, por museu brasileiro, para fazer escavações arqueológicas. O local escolhido foi Lagoa Santa, e os trabalhos duraram de 1926 a 1929. Estudioso limitado, Padberg obteve fracos resultados diante do sucesso de “amadores” como Kurt Nimuendaju (responsável pela descoberta da cultura “Santarém”), Guilherme Tiburtius, Teodoro Sampaio, Raimundo Lopes, Luís Gualberto e Simões da Silva.

Foi assim que, dessa atividade de “curiosos”, surgiu o primeiro “manual” da arqueologia verde-amarela, publicado por Angyone Costa, em 1934. Três anos depois, Herbert Baldus trouxe a sua contribuição na forma da primeira abordagem antropológica da arte rupestre, por ele pesquisada em Sant’Ana da Chapada. Em 1941, José Anthero Pereira Jr. rechaçou as fantasias elaboradas em torno das inscrições primitivas, até então dadas como resultado da passagem de fenícios, hebreus e “atlântidas” etc.

Amadores estrangeiros – como Harold Walter, cônsul inglês em Belo Horizonte – continuaram a ser atraídos pela pesquisa da nossa pré-história. Dois amigos de Walter devem ser citados na escavação de abrigos em Lagoa Santa: Arnaldo Cathoud e Anibal Mattos. Um terceiro, o dentista Josaphat Penna, fez ótimos desenhos do acervo de pinturas rupestres da região, algumas das quais depois se perderiam para sempre.

A moderna pesquisa brasileira (que, hoje, se debruça sobre o vasto acervo das pinturas, petróglifos e gravuras rupestres) deve muito ao trabalho da pesquisadora francesa Annette Laming-Emperaire, coordenadora do grupo do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) que veio fazer pesquisas em Minas Gerais, onde André Prous delimitou os grandes conjuntos das “tradições” que hoje mapeiam a arqueologia brasileira.

Por último, a professora Gabriela Martin e a antropóloga Niède Guidon se dedicaram ao estudo do povoamento mais antigo do Nordeste, sob os auspícios respectivamente da Universidade Federal de Pernambuco e da Missão Franco-Brasileira.

– F.M.



Karl von Martius e naturalistas na lagoa das Aves no rio São Francisco, Spix e Martius. Desenho preparatório para a litografia do *Atlas zur Reise in Brasilien*, de Spix e Martius

© FUNDAÇÃO MARIA LUIZA E OSCAR AMERICO, SÃO PAULO



Sítio Xique-Xique I – Área arqueológica do Seridó (RN). Figuras humanas representadas numa fase da caça do veado (acima). Ao lado, inscrições na Gruta da Lapa Doce, Iraquara (BA)



© CLAUDIO LAMANGEARINO

“São Francisco”, presentes nos estados do Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará, Bahia, Sergipe e Minas Gerais.

A grandiosidade desse acervo de pinturas – que alguns arqueólogos preferem chamar de “grafismos” – pode ser medida pelos conjuntos ora em pesquisa em São Raimundo Nonato (PI). São 400 sítios arqueológicos praticamente ignorados até há duas

O vermelho é constituído de óxido de ferro e alguma substância rica em cálcio. O amarelo foi obtido da goethita, de fácil oxidação

décadas, quando começaram a ser objeto do trabalho de pesquisa e escavação das equipes formadas pela professora Guidon, do qual resultou a criação de uma instituição, o Museu do Homem Americano, totalmente voltado para a preservação e a divulgação dos 280 abrigos, grutas e paredões cujas pinturas e gravações surpreenderam a

comunidade científica internacional, pela idade e pela beleza.

É um patrimônio não somente do Brasil, mas da humanidade – pela riqueza de expressão mágico-religiosa, ainda por revelar muito da vida dos primeiros americanos (quando, um dia, estiver mais bem compreendida como código de linguagem). Artística-

mente, desde já proporciona um prazer estético que nada fica a dever ao que se obtém da visita aos conjuntos pictóricos primitivos das grutas de Altamira, no norte da Espanha, e Lascaux, na chamada região do Midi, na França. Isso não quer dizer que lembrem as pinturas das cavernas mundialmente célebres, pois são painéis diferentes,

de uma imaginação pictórica digna de pintores como Paul Klee colaborando com um Antoni Tàpies em busca dos traços essenciais e das cores rebaixadas – dentre as quais o vermelho é a de maior incidência (constituído de óxido de ferro e alguma substância rica em cálcio).

Mas há também os amarelos alterados pelo tempo, uma vez que essa cor foi obtida da goethita, de fácil oxidação. Muitas figuras são realçadas com branco (obviamente conseguido com gipsita ou kaolinita). O que hoje parece “azul” de fato não era dessa cor, ao tempo em que as pinturas estavam sendo laboriosamente feitas, naquelas solidões extremas: cenas de dança, de sexo, procissões, sacrifícios rituais e violência, apenas esboçadas ou finalizadas com a segurança de expressionistas.

A idade dessa arte comovente é comprovada pelos próprios materiais básicos da sua elaboração, como a tinta preta, conseguida a partir da queima de ossos ou de madeira. O carvão daí resultante, animal ou vegetal, hoje é o que fornece o melhor material para a datação precisa, através das técnicas desenvolvidas desde que o carbono-14 entrou na cena arqueológica, em 1952.

Arte ameaçada

Minas Gerais é outro estado onde se constatou a ocupação humana há mais de 12 mil anos, em abrigos abertos e decorados com painéis da tradição “Planalto”, marcadamente geométrica (e que se manifesta dali até o Paraná). São desenhos quase sempre de uma só cor, representando animais da região que o naturalista dinamarquês Peter Lund foi o primeiro a pesquisar na famosa Lagoa Santa, no começo do século passado.

Quase 200 sítios inventariados no centro e no sul do estado podem ser descritos como num ponto de intersecção das tradições já mencionadas (de acordo com mapeamento feito pelo arqueólogo André Prous). Nas pinturas

A BUSCA DOS ANCESTRAIS

Niède Guidon tem 72 anos, quase metade dos quais dedicados à pesquisa e à preservação do acervo do Parque Nacional da Serra da Capivara, único parque americano que consta na lista da Unesco como patrimônio mundial. Nas quase três décadas de trabalho na região de São Raimundo Nonato – cidade de 10 mil habitantes, a 650 km de Teresina –, ela descobriu evidências de ocupação humana de mais de 40 mil anos e manifestações artísticas, produzidas pelos primeiros americanos. Também encontrou o mais velho esqueleto de um membro da nossa população primitiva: os ossos de uma paleoíndia de 9.800 anos de idade, habitante do sítio arqueológico mais antigo do continente.

O entusiasmo de Niède Guidon pela arte rupestre a levou de São Paulo para o Nordeste, apaixonada pelos painéis da Serra da Capivara, onde a descendente de franceses se aclimatou, entre os sertanejos. Financiada pelo Ibama o Parque Nacional nasceu do ânimo e da alta especialização da cientista que extrapola, entretanto, de ser atenta apenas ao passado remoto. Niède lança vistas para a comunidade da área onde se dedica à escavação arqueológica, pois já implantou três núcleos de apoio à população carente das cidades próximas, nos quais

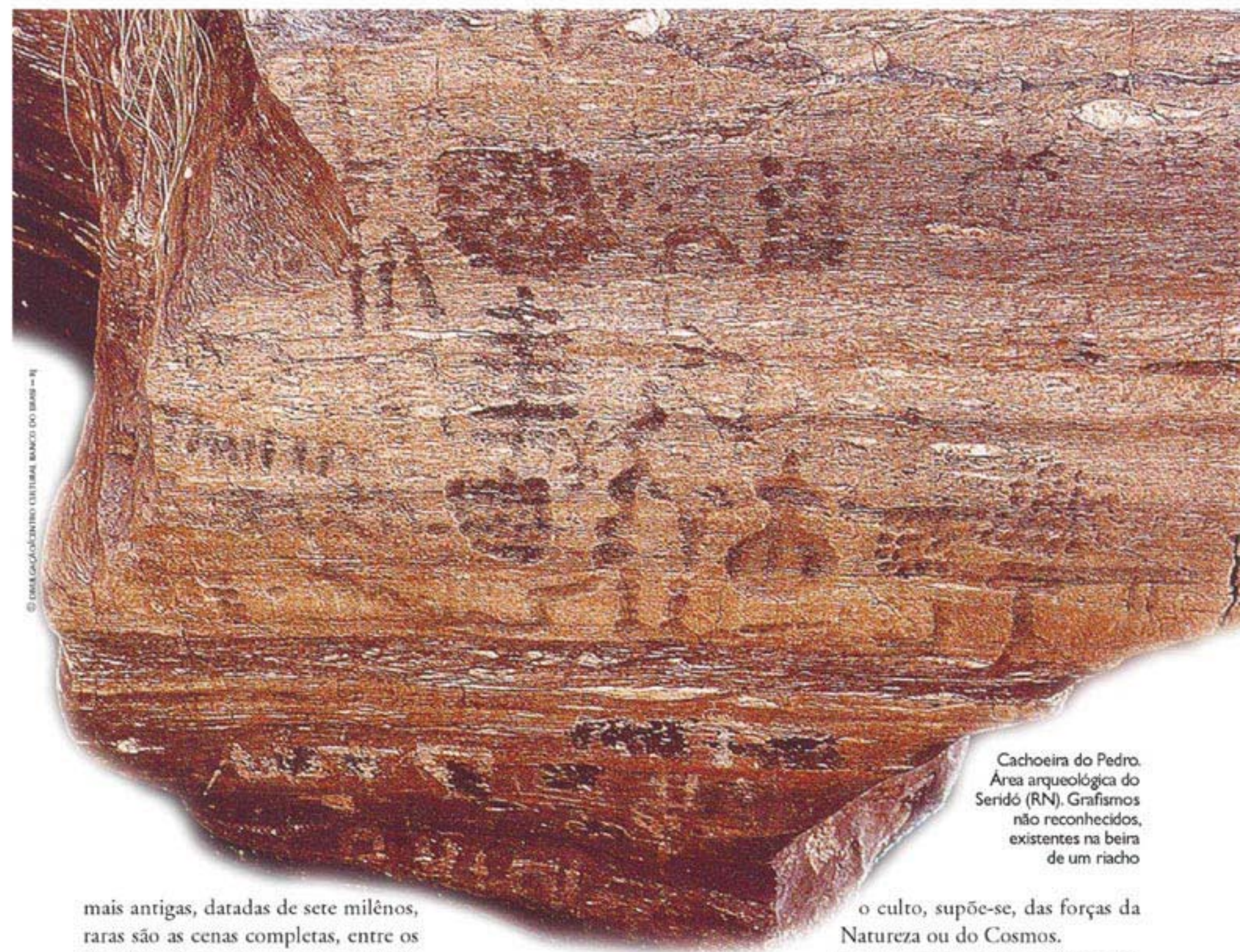


A arqueóloga Niède Guidon

consegue oferecer educação básica a adultos e crianças (de 4 a 12 anos). Para esta paulista de Jaú, pode haver perfeita sintonia entre o trabalho de pesquisa da pré-história e a preocupação com os descendentes da “brasileira” de quase dez mil anos. Por isso, oficinas de cerâmica e projetos da apicultura surgiram da mesa da estudiosa. Quando se mudou de Jaú para a capital, aos 18 anos, para cursar História Natural na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ela não imaginava que o destino a fosse levar tão longe, no país continental que ainda ignora a importância da contribuição da cientista.

Ela não hesitou quando, em 1963, foi convidada para pesquisar na região piauiense, de posse apenas de umas poucas fotografias dos desenhos ali abundantes (mostradas por um ex-prefeito de São Raimundo, quando Niède trabalhava no Departamento de Arqueologia do Museu Paulista). Sua vida se encaminhou, então, para os estudos a que ainda se dedica – com o ânimo da jovem preparada para as tarefas de arqueóloga na Sorbonne (França). Fez o doutorado na Universidade de Paris I e, em 1970, retornou ao Piauí, onde só conseguiu ampliar o alcance das suas pesquisas quando o governo francês criou a Missão Arqueológica Franco-Brasileira. Dividia seu tempo, então, entre o Brasil e a França, onde morou até 1992. A Missão foi encerrada em 1986, mas Niède ficou em São Raimundo Nonato. Em 1991, o Ibama a convidou para coordenar o Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara, com 129 mil hectares. Lá, ela ainda faz seu trabalho e supervisiona (como diretora-presidente da Fundação que mantém o Museu do Homem Americano, criado em 1986) os dos outros estudiosos do mundo inteiro, nos meses de seca, quando são melhores as condições de pesquisa da herança dos artistas da pré-história. (F.M.)

© DIVULGAÇÃO/ACISTINDO



Cachoeira do Pedro. Área arqueológica do Seridó (RN). Grafismos não reconhecidos, existentes na beira de um riacho

mais antigas, datadas de sete milênos, raras são as cenas completas, entre os “grafismos” que destacam os animais maiores, flechados magicamente, e as cobras, os sáurios, os pássaros e os peixes característicos dos refúgios na proximidade dos rios e riachos.

Na grande Toca de Santana do Riacho, ocupada há 10 mil anos, foram identificadas, até agora, cerca de 2.500 pictografias que evoluem para o que se chama de “mitogramas”, isto é, a associação sistemática entre dois seres (como o veado e o peixe, por exemplo, de modo a formar o desenho de uma nova criatura híbrida). A tradição “São Francisco” – absolutamente geométrica – domina nos sítios de Januária e Montalvânia, com algumas poucas figuras antropomórficas de grandes dimensões.

O Nordeste – como a Amazô-

nia e a região do Planalto Central (além de alguns estados do Sul, como Santa Catarina, Paraná) – é rico de ocorrências dessa arte ainda por ser “decifrada”, enquanto são poucos os cursos de arqueologia e sobram amadores interessados em “pesquisar” por conta própria. Muitos conjuntos de inscrições e pictografias têm sofrido a ação predatória do turismo e das más condições, em locais não protegidos, como é o caso da Pedra do Ingá, na Paraíba. Com cerca de 24 metros de comprimento, a Pedra é um paredão de quase 3 metros de altura, cuja face voltada ao norte – para um antigo rio – se apresenta custosamente gravada, em toda a extensão, com sinais que

representam tanto o cotidiano quanto

o culto, supõe-se, das forças da Natureza ou do Cosmos. A característica mais marcante de Ingá – além das fundas incisões na rocha – é a notável semelhança com as inscrições observadas na Galícia (Península Ibérica), onde um “Culto das Águas” deixou suas marcas em locais bem parecidos com a pedra que se tornou atração turística, situada a 35 km de Campina Grande. Foram muitos os visitantes a apor a sua própria marca vulgar na “pedra misteriosa”, entre os sinais que tanto resistiram para, um dia, quem sabe virem a se apagar, depois de muitas luas e sóis passados sem as medidas de proteção necessárias, por parte dos seres responsáveis pela salvaguarda dos tesouros do mundo primitivo brasileiro.

FERNANDO MONTEIRO é escritor e cineasta

MISSÕES, *fé e indústria*



© ACERVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO IMPÉRIO DO BRASIL

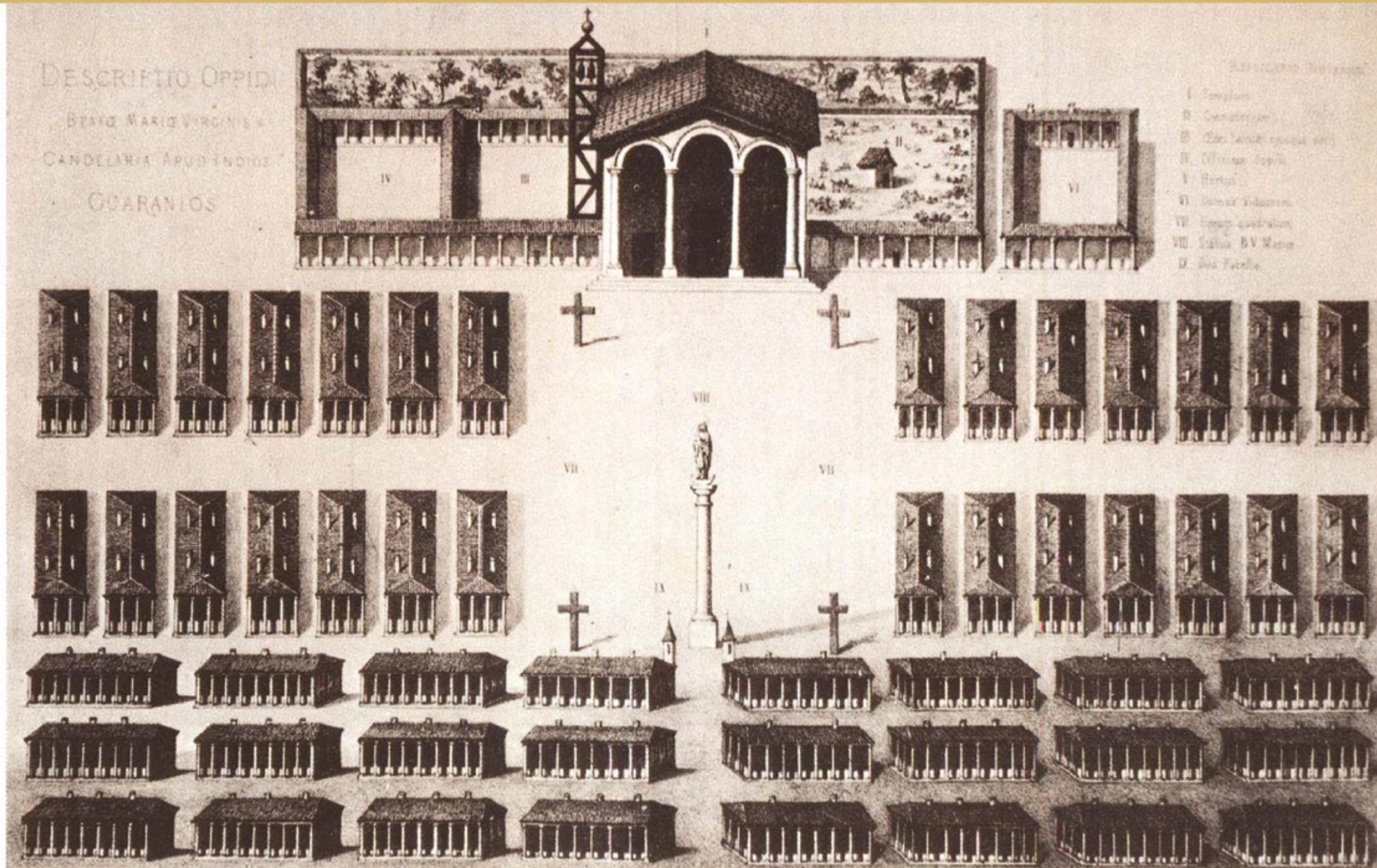
Sob o comando dos jesuítas, os Trinta Povos Guaranis forjaram o primeiro núcleo industrial sul-americano. Interesses escusos de Portugal, Espanha e Inglaterra, porém, sepultaram uma das mais impressionantes experiências civilizadoras da história

POR WILLIANS BARROS

Tal e qual a sociedade idealizada pelo pensador inglês Thomas Morus, em *A Utopia*, de 1516, vicejou nas florestas do Novo Mundo, pouco mais de um século depois, um singular projeto catequista. Frequentemente descrita como a tentativa de estabelecer “o céu na terra”, aquilo que se chamou de “república dos guaranis” foi cortejado pelos mais venerandos espíritos do Século das Luzes como uma das obras capitais da organização da vida em grupo. Se existe um certo exagero no rótulo “república”, é fato que as dezenas de reduções fundadas pelos jesuítas formaram uma espécie de confederação de pequenos estados teocráticos. De 3 mil a 7 mil índios viviam em cada um deles. Sempre comandados por dois padres, a gerência executiva, porém, estava sob o báculo dos caciques e de um magistrado indígena, tudo sob o controle discreto do governador espanhol de Assunção ou de Buenos Aires e dos bispos dessas capitais.

Uma das facetas mais surpreendentes do empreendimento é a sua auto-suficiência. Pouco habituados ao trabalho sistemático, vivendo de modo errante, alimentando-se da caça e da pesca e praticando uma agricultura precaríssima, os nativos, orientados pelos religiosos, erigiram um portentoso conglomerado, baseado na pecuária bovina e na erva-mate. E o sucesso foi tão contundente que provocou primeiro o “olho grande” e depois o rancor dos

Redução de Candelária, Argentina (imagem maior). Acima, desenhos de construções do povoado de São Miguel, em ruínas. Século XIX



© ACERVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO IMPÉRIO DO BRASIL

DOIS MODOS DE TRABALHAR E DE PRODUIR

Na língua guarani, as palavras *abambaé* e *tupambaé* definem sistemas distintos de trabalho e de propriedade dos bens. *Abambaé* é o que pertence ao homem e é privativo dele. *Tupambaé* é o que pertence "a Deus". Toda a organização da vida produtiva das reduções se realizava em função destes dois conceitos. O *abambaé* compreendia o lote de terra cedido a cada família pelo cacique. Nessa parcela de terreno, trabalhava-se durante três dias a cada semana, e os frutos obtidos eram exclusivos da família possuidora, que podia dispor de sua produção com plena liberdade – dentro, é claro, das limitações impostas pelo regime reducional.

Já o *tupambaé* compreendia as terras comunitárias, muito mais extensas que as do *abambaé*. Eram as sementeiras, dedicadas ao cultivo em grande escala, e as estâncias destinadas à criação do gado. Também nesse sistema estavam as pedreiras, as fábricas e os fornos de telhas e toda a produção industrial desenvolvida nas oficinas das reduções. Os produtos e benefícios do regime *tupambaé* eram aproveitados duplamente. Permitiam a manutenção dos sacerdotes e a cobertura dos gastos com os serviços de cultos, como adornos para os templos, vidros para as janelas e mesmo algumas ferramentas específicas para determinado trabalho.

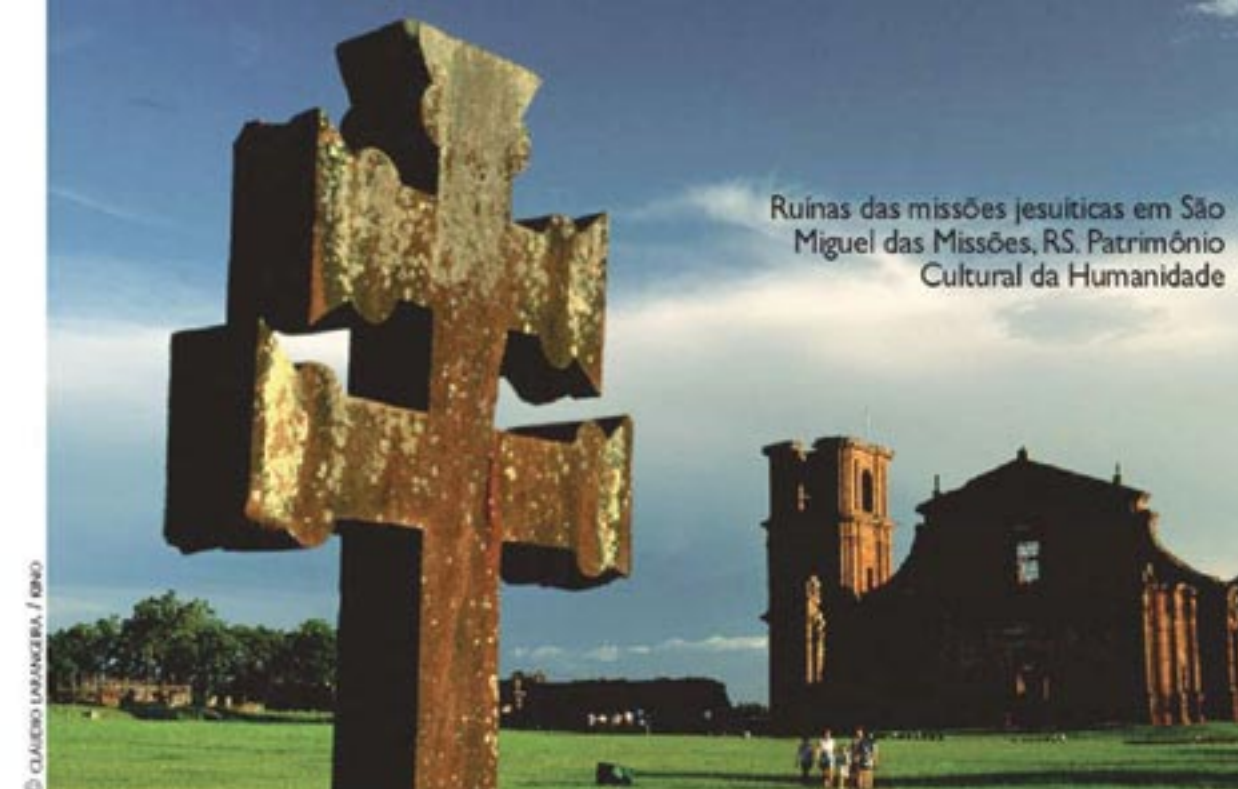
Em outro sentido, o *tupambaé* adquiria status de sistema solidário, quando os bens eram destinados a satisfazer as necessidades do grupo, especialmente quando fracassava a produção do *abambaé* em períodos difíceis. Parte dos excedentes era armazenada, e o restante era destinado ao comércio em cidades como Buenos Aires e Assunção. Nesse caso, o dinheiro era utilizado no pagamento do tributo anual ao Rei e na compra daquilo que não se produzia nas reduções.

As Missões Jesuíticas surgem como um sistema organizacional fechado. Eram povos guaranis, localizados em uma área bem delimitada política e juridicamente. Exceto em casos autorizados, era vedado o acesso aos brancos. Ao mesmo tempo, os índios não podiam sair das reduções ao seu talante. Cada povoado se especializou em determinados setores produtivos, de acordo com o ambiente ecológico que ocupava. A auto-suficiência econômica missioneira sobreveio de sua racionalidade administrativa e de um regime comunitário que não perseguia outro fim que não fosse o bem-estar e a felicidade de sua população.

colonialismos espanhol e português. Foi essa combinação de pujanças econômicas e rivalidades diplomáticas – instigadas pela Inglaterra, aliada de Portugal e impaciente por aniquilar o império espanhol – que acabou provocando a derrocada progressiva das reduções que prosperavam ainda em meados do século XVIII.

Se n'A *Utopia* de Morus todos vivem em harmonia e trabalham em favor do bem comum, no "socialismo missioneiro" – como anotou o historiador gaúcho Décio Freitas – "prevaleciam a propriedade e gestão comuns da produção, numa sociedade sem classes". Até mesmo contumazes desafetos dos jesuítas, como Montesquieu e Voltaire, não economizaram elogios às missões guaranis, comparando o sistema com o "Estado ideal", de Platão, e classificando-o como "trunfo da humanidade". A despeito do legado jesuítico-guarani, Freitas observa ainda, em seu livro *Missões – crônica de um genocídio*, que "não se pode conjecturar qual a ulterior evolução histórica da experiência missioneira, caso não a abortassem os interesses do mercantilismo europeu. De todo modo, passados três séculos, ainda suscita o interesse dos homens – seduzidos uns, e exasperados outros, pelo seu ardente sonho de igualdade fraternal".

Dispostos ao longo de vasta área entrecortada pelos rios Uruguai e Paraná, os Trinta Povos ocupavam o que hoje é o oeste do Rio Grande do Sul, a Província de Misio-



Ruínas das missões jesuíticas em São Miguel das Missões, RS. Patrimônio Cultural da Humanidade

No rol manufatureiro, havia de cálices até sinos, açúcar, sabão, queijos, chocolate e lentes astronômicas feitas com cristais de pedra

nes, na Argentina, e parte do Departamento de Itapúa, no Paraguai. Não eram cidades como as outras. O dinheiro, por exemplo, estava abolido, e vida era exclusivamente comunitária. Suas "relações exteriores" limitavam-se ao comércio com os colonos espanhóis, quase sempre em Buenos Aires, ocasião em que eram negociadas grandes partidas de mate e gado, principais produtos missioneiros. As importações, por sua vez, restringiam-se aos itens mais sofisticados como tecidos finos e tinturas especiais. Mas, nem só de cultivar erva e cuidar de bois viviam os habitantes desses povoados. Quem visitasse uma daquelas reduções testemunharia a maestria e a habilidade adquirida pelos "selvagens" na fabricação

de ferramentas, cerâmicas, móveis, adornos e instrumentos musicais. Era tal o requinte que até mesmo relógios mecânicos passaram a ser produzidos pelos aborígenes, treinados que foram pelo jesuíta italiano Pedro Danesi e pelo alemão Carlos Krank – antes disso, utilizavam-se relógios de sol.

Foi da perspicácia do padre Antônio Sepp von Rechegg, no entanto, que se originou uma espécie de "revolução industrial" missioneira. Fundador da redução de São João Batista, no atual Rio Grande do Sul, ele observou que a pedra itacuru – uma rocha vulcânica também conhecida como pedra-cupim – utilizada nas construções apresentava curiosas manchas oxidadas. Ao levá-las ao fogo, comprovou que "se trans-

formavam em ferro, como o que se extrai das minas na Europa". Nascia ali a primeira fundição do continente, providencial para o fabrico de ferramentas, grades, cadeados, dobradiças, facões e machados, que, até então, tinham de ser trazidos da Espanha (os inimigos dos jesuítas não tardaram a espalhar a intriga de que na incipiente forjaria estavam sendo produzidas armas de grosso calibre e demais apetrechos bélicos). Em pouco tempo, a atividade metalúrgica difundiu-se entre as reduções vizinhas.

Segundo o historiador Sérgio Venturini,

de São Luís Gonzaga – um dos Sete Povos –, a fundição de prata também foi importante nas Missões. Em seu livro *Inhacurum e as missões jesuíticas*, o autor aponta a existência de várias ourivesarias missioneiras, responsáveis pela produção de candelabros, castiçais, cálices, molduras e até arneses. É atribuída também ao padre Sepp a iniciativa de plantar algodão em larga escala para fazer tecidos, e a maior produção saía dos campos de Santo Ângelo Custódio. No rol manufatureiro das Missões, vamos encontrar ainda sinos, açúcar, sabão, queijos, chocolate e lentes astronômicas feitas com cristais de pedra. A propósito, segundo Venturini, é atribuída ao jesuíta e astrônomo espanhol

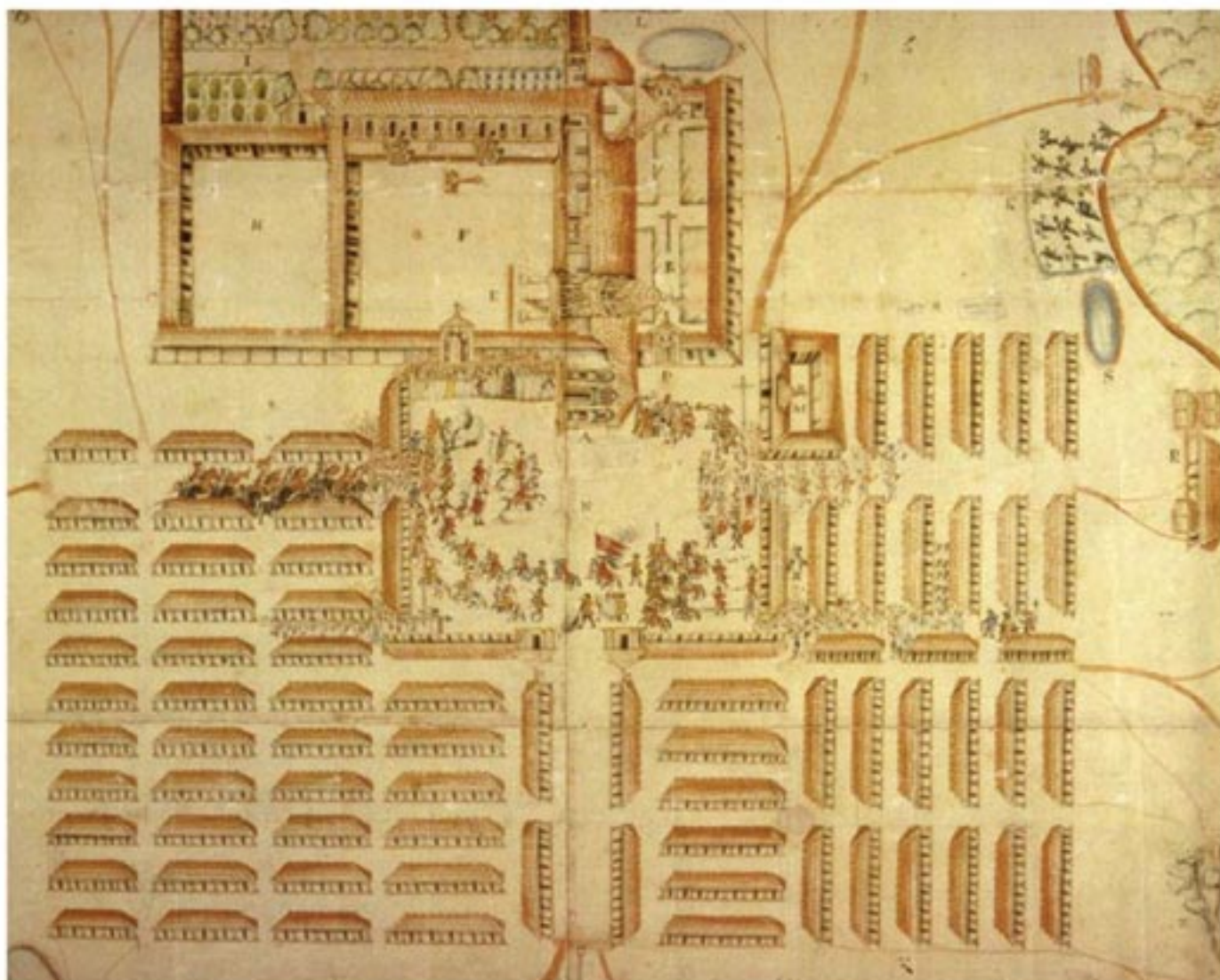


© Tere Pires/Fotografia



Mapa da região missioneira de Paraguará, 1671, Paraguai

Ruínas de missões jesuíticas do início do século XVII da província paraguaia de Trinidad



A esquerda, Redução de São João Batista. Acima, sino localizado nas ruínas de São Miguel das Missões, RS

Buenaventura Suárez a criação do primeiro centro astronômico da América do Sul. No local, funciona hoje um observatório do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, em São Martinho da Serra, interior gaúcho.

A saga jesuítica também produziu curiosas trapalhices. O argentino Guillermo Furlong conta em seu livro *Los jesuitas y la cultura rioplatense* que, em 1763, o padre Ramón Termeyer chegou à região trazendo consigo o que considerava ser um verdadeiro tesouro: uma considerável quantidade de ovos com os quais esperava desenvolver uma grande “indústria” de bichos-da-seda. Esqueceu-se o visionário, todavia, das amoreiras de que se alimentam os tais lepidópteros bomicídeos. Fracassado em sua tentativa de introduzir a sericicultura na América Meridional, ele não se deu por vencido: ensaiou utilizar para fins industriais a teia da *Antea Latro Linn*, espécie de aracnídeo que ele encontrou numa de suas andanças apostólicas. Furlong registra que ele chegou a oferecer a Carlos III e até a Napoleão Bonaparte alguns pares de meias “fabricadas de teias extraídas das entranhas da aranha *Diadema* e habilmente fiadas na

roca e tecidas em sutis agulhas por dona Lucrecia Rasponi”.

Depois de aproximadamente 150 anos, quando a sociedade missioneira experimentava seu apogeu econômico e cultural, iniciou-se a fase da derrocada. O pivô desse processo foi Colônia de Sacramento, enclavo luso à beira do Rio da Prata. Fundada pelo almirante português Manuel Lobo, em 1680, tinha vários propósitos ameaçadores aos interesses espanhóis. O mais evidente deles era o controle do acesso fluvial à bacia do Prata e, conseqüentemente, às prósperas terras hispânicas. A pequena cidadela funcionava, também, como um ostensivo entreposto de contrabando.

Após sucessivas trocas de soberania, algumas *manu militari*, as duas coroas ibéricas terminaram por celebrar o Tratado de Madri, em 1750. Pelos termos do acordo, Sacramento passaria definitivamente ao controle espanhol. Em troca, os portugueses receberiam para si todo o território dos Sete Povos, no atual Rio Grande do Sul. Que se virassem os índios e jesuítas que habitavam aquelas latitudes; uma das cláusulas

do funesto contrato previa que “sairão os missionários com seus móveis e efeitos, levando consigo os índios, para povoá-los em outras terras de Espanha”. Na prática, todos deviam deixar para trás o que haviam construído e procurar guarida do outro lado do rio Uruguai. Quando a notícia chegou ao conhecimento do cacicado, fermentaram-se as revoltas. Durante quatro anos, jesuítas e representantes das duas coroas tentaram dissuadir as idéias de resistência manifestadas pelos guaranis. Esgotadas as vias “diplomáticas”, teve início a chamada Guerra Guaranítica, com uma série de incursões militares. Até que chegou o dia 10 de fevereiro de 1756.

“Esta terra tem dono”

Foi um massacre. Na verdade, o confronto que entrou para a história como a Batalha de Caibaté pode ser considerado uma das mais cruéis carnificinas ocorridas em território brasileiro. De um lado, as forças luso-espanholas, com quase 4 mil soldados, 19 canhões de “última geração” e munição a rodo; do outro, encarapitados

Herói nacional em Portugal, Sebastião José de Carvalho e Mello, o famigerado Marquês de Pombal, pode ser considerado o principal responsável pelo fim da utopia guarani. Nomeado primeiro-ministro no reinado de D. José I, ele exerceu o poder de maneira autoritária e centralista durante 27 anos. “Pombal não admitia nenhuma tirania além da sua”, observou, a propósito, o historiador inglês Charles Ralph Boxer. Um “déspota esclarecido”, é como o consideram outros estudiosos de sua biografia. Com tal perfil, custava-lhe aceitar que uma ordem religiosa poderosa como a Companhia de Jesus funcionasse como um Estado dentro do Estado, acima até da vontade do rei – e dele próprio.

Assim, sob a invocação de estar adotando os princípios do Estado secular, em setembro de 1759 ele torna a instituição proscrita em Portugal e nos seus domínios. Mais que isso: confisca os bens dos jesuítas e determina o fechamento de todos os seus colégios e missões. Uma das alegações era a de que os religiosos gozavam de muitos privilégios e isenções. Além do mais, eles estariam sabotando o Tratado de Madri, incitando os guaranis à sublevação.

No Brasil, cerca de 500 jesuítas foram banidos ou presos. Foi

do Marquês de Pombal, por sinal, que partiu a ordem de ataque aos Sete Povos, cumprida à risca, diga-se. Esse “heróico feito pombalino” terminou exaltado e tomado célebre no poema épico *O Uruguay*, do mineiro Basílio da Gama. Pombal foi mais longe em sua sanha antijesuítica. Fez com que os monarcas da Espanha e da França também enxotassem a Companhia de Jesus de seus respectivos reinos nos anos seguintes – com isso, as reduções “do outro lado do rio” também entraram em colapso. Patrocinou, ainda, a publicação de um grande libelo, acusando os jesuítas de serem os responsáveis por todas as tragédias e desgraças ocorridas em Portugal nos dois séculos anteriores.

Marquês de Pombal, detalhe, de Louis Michel Van Loo, 1765



no alto de uma colina, pouco menos de 2 mil índios, armados de lanças, espadas e dois toscos canhões de taquara. A ordem do general que comandava a operação era matar sem misericórdia, a despeito de alguns oficiais terem opinado sobre a desnecessidade de tal investida. Para o verdugo, porém, era uma rara oportunidade para quebrar de vez qualquer veleidade dos guaranis. Ao cabo de duas horas, o saldo lúgubre: mais de 1.500 índios mortos, contra quatro baixas no exército aliado. Foi um baque e tanto para os nativos, se for considerado ainda que, dias antes, a principal liderança indígena das Missões, Sepé Tiaraju, também tombara em combate contra os invasores. Antes de sucumbir, no entanto, Sepé teria dito a célebre frase “Esta terra tem dono”, que ainda hoje ecoa, perturbadora.

Embora o Tratado de Madri afetasse diretamente apenas os Sete Povos, suas implicações atingiram todas as demais reduções, tal era o delicado equilíbrio produtivo que existia entre elas. Já com a economia debilitada e com a população drasticamente reduzida, o revolucionário modelo agonizava. Nem

mesmo o Tratado de El Pardo, que anulava o de Madri, revigorou o projeto. O golpe definitivo, que selou o desmantelamento do sistema coletivista missionário em territórios do Brasil, veio em 1759, com a expulsão dos jesuítas de todos os domínios portugueses. Passados oito anos, a Espanha adota a mesma medida. Além de banir os religiosos, as Coroas confiscaram os bens da Companhia de Jesus, no que incluíram todas as estâncias (à luz do Direito, na verdade, tais terras eram propriedade dos nativos). Pilhados e privados de seus meios de produção, os índios foram entregues, enfim, ao deus-dará.

Passados quase três séculos, restaram

apenas ruínas daquele utópico projeto de civilização, algumas delas transformadas pela Unesco em Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade. Rubras e majestosas, as mais importantes são as das antigas reduções de Santíssima Trindade del Paraná, no Paraguai, San Ignacio Mini, na Argentina, e São Miguel Arcanjo, no interior do Rio Grande do Sul. Hoje, vivem apinhadas de turistas, vindos de toda parte. Os guaranis? Estão sentados às portas de cada uma delas, vendendo artesanato. E pedindo, pelo amor de Deus, uma moedinha.

WILLIANS BARROS é jornalista

OS HISTORIADORES

Guillermo Furlong (1889, Santa Fé-1974), argentino, autor de 80 livros, entre os quais o citado *Los jesuitas y la cultura rioplatense*, era jesuíta. Dedicou-se a estudar a contribuição espanhola à educação no Novo Mundo. Era membro da Academia Nacional de História de seu país, desde 1939.

Décio Freitas (1922-2004), gaúcho, com intensa atividade jornalística, foi militante do Partido Comunista Brasileiro. Deixou uma obra consistente, em especial sobre o tempo da escravidão, com destaque para *Palmarens – la guerrilla negra*, 1971, publicado quando vivia em Montevideu, no Uruguai, como exilado.

Sérgio Venturini é professor em São Luís Gonzaga, RS. Pesquisador em especial do primeiro ciclo das reduções jesuíticas, é autor também dos livros *Na trilha dos santos mártires* e *Don Lucas, o caudilho das montoneras das bandas do Uruguai*.

A partida da monção. Óleo de Almeida Jr., 1897, ilustrando toda a movimentação que antecedia a viagem, inclusive a bênção



O tortuoso caminho das MONÇÕES

Como foi consolidada a conquista do sertão de Mato Grosso, para além do Pantanal, graças ao desejo de chegar ao ouro das minas do Cuiabá

POR PAULO PITALUGA COSTA E SILVA

Fabricadas de uma só árvore de peroba ou ximbuva, imensas canoas – às vezes de até 13 metros de comprimento e 2 metros de largura –, aos poucos tomavam forma, graças a hábeis artesãos. Com enxó e fogo, eles escavavam os troncos derrubados nas margens do rio Tietê, nas imediações de Araraguaba, fabricando o que também chamavam de batelões. Os barcos podiam acomodar cargas e passageiros no centro, enquanto as tripulações se distribuíam no espaço restante de acordo com o trabalho a realizar: eram, geralmente, compostas de seis remadores, um piloto e um proeiro, que viajava em

pé marcando com batidas do calcanhar o ritmo das remadas. As autoridades viajavam na popa, geralmente sob um toldo para proteção do sol e da chuva.

Assim partia uma monção, termo que no Brasil do século XVIII passou a ser empregado como sinônimo de expedição fluvial, embora originalmente significasse apenas vento favorável à navegação e depois, também, época adequada às viagens. Eram em verdade, comboios fluviais, formados por sertanistas, autoridades coloniais, comerciantes, militares, sacerdotes, aventureiros de toda ordem e até “gente inútil”, conforme o relato *Descrição diária dos progressos da*

expedição destinada da capitania de São Paulo para as fronteiras do Paraguai, citado por Cândido Xavier de Almeida Souza. Partiam do porto de Araraguaba, hoje Porto Feliz, em SP, em direção às minas de Cuiabá. Sim, havia ouro a minerar naquele distante ponto, que mais tarde seria a capital de Mato Grosso. Mas, entre o ponto de partida e seu destino, um mundão de água a singrar. Afinal, dali para a frente haviam de chegar, uma hora ou outra, ao que hoje chamamos Pantanal mato-grossense.

Havia basicamente dois tipos de monções. As reiúnas, guarnecidas e armadas pelo governo colonial, con-

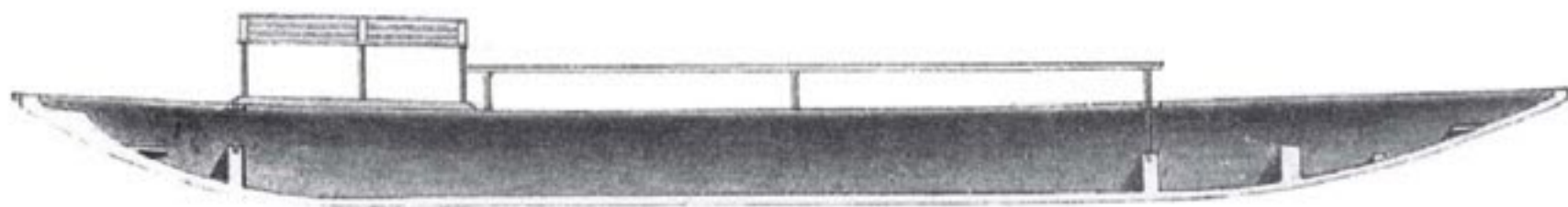
duziam tropas, armas, munições, que demandavam às guarnições de Mato Grosso. A elas se agregavam aquelas de caráter particular, geralmente equipadas por comerciantes que levavam suas mercadorias para abastecer o comércio cuiabano e mato-grossense. Não raro levavam remanescentes dos passageiros militares das reiúnas, ou mesmo autoridades coloniais, mas ainda armas, munições e outros apetrechos de guerra. Eram, portanto, mistas. Até mesmo para ter maior proteção contra os perigos a enfrentar. Não eram poucos, nem desprezíveis. Variavam das dificuldades do próprio caminho até ataques de

índigenas que se sentiam ameaçados com a presença de invasores brancos nos territórios que dominavam como ninguém, porque ali era seu hábitat. Uma das monções, que saiu em 1720 com quatro comboios, chegou a seu destino só com dois, um deles com gente e cargas de Antônio de Almeida Lara, um dos pioneiros nas lavras cuiabanais.

O período favorável para o início da navegação pelos rios desde Araraguaba até a vila de Cuiabá era de maio a junho. Era esse o tempo das monções. Com ligeiras diferenças, porém, a julgar pelas recomendações de autores coloniais. No dizer de Cândido Xavier de



Maneira de descer um rio. Não assinado, c. 1816. Gravura que evidencia problemas de percurso



Corte transversal de um batalão. Não assinado. C. 1784-1789

Almeida Souza, "... a mais oportuna ocasião de largar uma expedição (...) de Arararytaguaba é em princípio do mez de abril, em que o Tiete ainda conserva residuos da proxima enchente facilitando [a navegação] para baixo". Já o sertanista Manuel de Barros recomendava que a monção mais conveniente para as minas do Cuiabá era "a de 20 de maio até o dia de Santo Antonio...". No final de seu Relato, explicava o motivo: "A razão de se não poder partir para estas minas se não de 20 de maio para diante até de Santo Antonio como adverti ao princípio, porque partindo no tal tempo havendo bom sucesso, pode estar no Cuiabá por todo o mês de novembro, mês em que principiam as águas ou tem principiado e quando estas apañem alguma tropa será perto já do Cuiabá; e é sem dúvida outro

dia mais ou menos nesta viagem e principalmente de novembro por diante se faz muito mais dificultosa porque começam ou já tem enchido os rios com troadas assaz e como são caudalosos ficam muito mais com as novas águas e vertentes da Serra do Cuiabá que todas recebem e assim se fazem navegáveis".

Há, entretanto, referências documentais de algumas monções que partiram do mesmo porto muito fora desses períodos de tempo. Parece que a época ideal seria de abril a junho, mas, na prática, as necessidades e as urgências faziam os viajantes monçoeiros partirem quando melhor lhes aprouvesse.

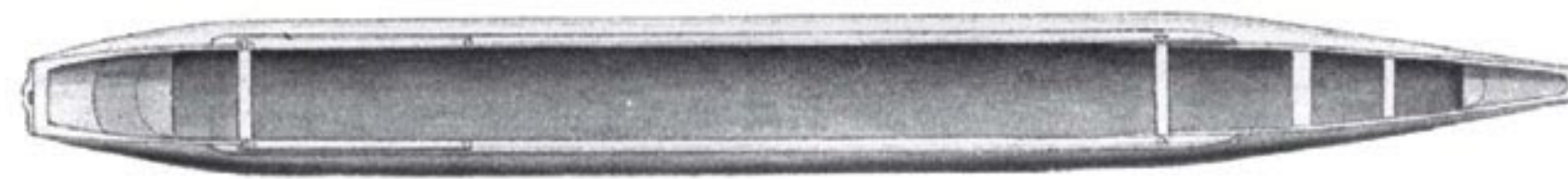
O mesmo importante papel

Após eliminado, em parte, o perigo que representavam os índios Paiaçuá, em face de expedições de guerra contra eles organizadas em Cuiabá e São Paulo, a partir do fim do século XVIII era comum as canoas particulares viajarem sozinhas, fazendo a rota comercial das monções. Muitos relatos monçoeiros registraram a passagem e o encontro com essas canoas viajando "escoteiras". O brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, em seu *Diário da viagem* menciona que, no rio Tietê, em sua barra com o rio Piracicaba, "... encontramos uma canôa do Cuyabá que havia saído daquela villa em 7 de setembro".

A história registrou grandes e importantes monções que deixaram Arararytaguaba em demanda a Cuiabá e vice-versa. A mais numerosa de todas foi a de Rodrigo César de Menezes, Capitão General de São Paulo que, em sua viagem às minas de Cuiabá, capitaneou nada menos que 3 mil pessoas. Houve a de 1730, em demanda a São Paulo, atacada pelos índios Paiaçuás nos Xaraiés, em cujo combate foi morto o Ouvidor Antônio Alves Lanhas Peixoto. Há relato do próprio D. Antônio Rolim de Moura em 1751, quando viajou para tomar posse em Cuiabá no cargo de Capitão General de Mato Grosso. A de 1785 incluía o juiz de fora de Cuiabá, Diogo de Toledo Lara Ordonhez, e o padre José Manuel de Siqueira.

A expedição de 1788, do astrônomo e matemático Francisco José de Lacerda e Almeida, no seu retorno a São Paulo efetuou observações científicas. A militar de Cândido Xavier de Almeida Souza, em 1800, levou tropas e armamento para as fronteiras sul-mato-grossenses. A de 1826 do naturalista russo barão de Langsdorff, que chefiando importante missão científica, depois de passar por Cuiabá, aventurou-se pelo interior do Brasil. A do capitão Luís Soares Viegas, última registrada pela história, em 1858, partiu de Arararytaguaba levando armas e petrechos militares para Mato Grosso. Foram essas, tanto pela quantidade de canoas que as compunham, como pelo número de pessoas que as acompanhavam e ainda pelas autoridades coloniais que conduziam, as mais importantes e expressivas monções que realizaram o trajeto fluvial monçoeiro nos séculos XVIII e XIX.

Esse período da história é denominado Ciclo das Monções, bem diferente do Ciclo das Bandeiras. Há historiadores



Batalão visto de cima. Não assinado. c. 1784-89

que nem sequer consideram os monçoeiros em algo semelhantes aos bandeirantes paulistas. A aceitar esse ponto de vista, há que considerar esses viajantes coloniais dos rios como meros sertanistas e aventureiros demandando o interior em busca do farto ouro cuiabano. Mas, de forma idêntica aos bandeirantes, seus predecessores na conquista de índios, ouro e sertões, os monçoeiros passavam por toda a sorte de sofrimentos, enfrentavam perigos, fome e doenças no percurso fluvial da rota para Cuiabá. E tiveram tanta importância como os bandeirantes, já que em muito contribuíram para a conquista, dilatação e consolidação das fronteiras

Nunca um período histórico importante teve o seu início tão bem delimitado no tempo como o das monções cuiabanas.

Essa primeira incursão foi dramática, segundo o cronista Joaquim da Costa Siqueira: "Entrado o ano de 1720, fizeram viagem para estas minas algumas gentes divididas em diversos comboios, subindo o rio Anhanduhy, atravessando a Vacaria, descendo pelo Mboteteu, e deste pelo Paraguai acima. Padeceram grandes destroços, perdições de canoas nas cachoeiras por falta de pilotos e práticos, que ainda então não havia, mortandades de gentes por falta de mantimentos, doenças, comidas das onças, e outras muitas misérias.

Não sabiam ainda pescar, nem caçar, nem o uso de toldar as canoas, que tudo lhes apodrecia com as chuvas, nem também dos mosquiteiros para a defesa dos mosquitos, que muitos anos depois foram a experiência e a necessidade ensinando todas estas coisas pelo que padeceram de misérias sobre misérias os que escaparam da morte. Houve comboio de canoas em que morreram todos sem ficar um vivo, pois eram achadas as canoas e fazendas podres pelos que vinham atrás, e os corpos mortos pelos redutos e barrancos".

Pascoal Moreira Cabral, com a sua viagem até Cuiabá, não iniciou propriamente o ciclo monçoeiro, pois foi

"Padeceram grandes destroços, perdições de canoas nas cachoeiras por falta de pilotos e práticos (...), mortandades de gentes por falta de mantimentos (...)"

portuguesas em terras mato-grossenses. Minas do Cuyabá e monções são termos que se interligam e se completam.

Os perigos, à espreita

O ciclo das monções está circunscrito a um lapso de tempo muito bem definido, de princípios do século XVIII até meados do século XIX. Iniciou após 1719, momento da fundação de Cuiabá pelo bandeirante sorocabano Pascoal Moreira Cabral. Com a notícia do ouro das minas do Coxipó alvoroçando os habitantes de São Paulo e de outros locais, em 1720 partiu de Arararytaguaba a primeira expedição fluvial que foi ter às minas de Cuiabá. Esse é o marco inicial do ciclo das monções.



Índios Guanás, de Hercules Florence, c. 1827

O guaicuru, de Jean-Baptiste Debret, século XIX, de uma das tribos que atacavam os viajantes

PROVIDENCIAL OBSESSÃO

O padre jesuíta Diogo Soares solicitava, a quantos sertanistas encontrasse, que fizessem relatos pormenorizados de suas entradas pelos sertões. Pôde reuni-las em uma coleção denominada *Notícias práticas*, cujos originais se encontram depositados na Biblioteca de Évora, em Portugal. Graças a essa providencial obsessão, os registros foram feitos e conservados. Soares chegou ao Brasil por volta de 1729, em companhia do padre Domingos Capassi, designados pela Carta Régia de 19 de novembro de 1729, como "(...) mathemáticos piritos para fazerem os mappas".

O Alvará de 18 de novembro, desse ano de D. João V, registra que "(...) para se evitarem as dúvidas e controversias q. se tem originado dos meus descobrimentos q. se tem feito nos certões daquelle Estado (...) fazerem mappas das terras do dito Estado, não só pella marinha, mas pello certoens e os nomeia para essa delligência". Taunay menciona carta de Diogo Soares de 4 de julho de 1730 ao Rei de Portugal, em que ele informa: "(...) tenho já uma grande cópia de Notícias, vários roteiros e mapas dos melhores sertanistas de S. Paulo, Cuiabá, Rio Grande e da Prata e vou procurando outros, a fim de dar princípio a alguma carta (...)". Ele mesmo esclarece, portanto, que o interesse pelos roteiros sertanistas e relatos monçoeiros era para ter uma melhor orientação geográfica que o capacitasse a produzir e aprimorar os trabalhos cartográficos. Por isso, buscava e solicitava com insistência os seus desejados roteiros. Denominou-os de *Notícias práticas* e os numerou cronologicamente. O padre Diogo Soares faleceu em Goiás em 1748.

Os relatos registram desde a detalhada construção de canoas, ao recrutamento de pessoal, partidas e tudo o que acontecia nos trajetos, incluindo a descrição dos rios e seus acidentes. Ainda mais: as lendas e histórias contadas e recontadas, os naufrágios, mortes e perdas de cargas, os contatos com moradores ribeirinhos. Alguns incluíam observações astronômicas e localizações

geodésicas. Esse conjunto bibliográfico monçoeiro é significativo também para o estudo dos costumes e da memória social dessas regiões nos séculos XVIII e XIX.

Há, porém, pistas de registros perdidos. É o caso de um relato feito pelo padre Francisco Justo de São Tiago sobre sua viagem em 1723, posteriormente manuseado e lido por Rodrigo César de Menezes, que assim oficiou ao sacerdote: "Logo (...) que me chegaram os papéis os tornei a remeter (...) deixando só ficar em meu poder um em que V. Mcê havia escrito a sua viagem, por ter curiosidade de o ver e aproveitar-me algumas coisas que é preciso saberem-se para quem houver de passar ao Cuiabá (...)".

Recentemente foi encontrado trabalho inédito e anônimo, *Notícia do arraial do São Gonçalo Velho, Forquilha e minas do Cuiabá e derrota pelo rio Coxipó e Cuiabá até o porto de Ararituaba no Tietê*, uma transcrição datilografada de 1935 de um documento manuscrito datado de Itu, novembro de 1722. Foi esse o primeiro relato monçoeiro produzido por um viajante das minas de Cuiabá.

No Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo existe o manuscrito de autoria de Francisco Palácios, *Roteiro da viagem de São Paulo para as Minas do Cuiabá*, tido como inédito. Trata-se, porém, do mesmo relato publicado por Afonso de Taunay em sua *História das Bandeiras Paulistas*, com o título "Carta do Cuiabá" aos novos pretendentes daquelas minas, dado como anônimo e encontrado entre as *Notícias práticas* coligidas pelo padre Diogo Soares.

No Arquivo Ultramarino em Lisboa há os relatos inéditos, escritos pelo Capitão General Rodrigo César de Menezes e pelo Ouvidor Geral Antonio Alves Lanhas Peixoto, sobre a monção de 1726 para Cuiabá, além de um terceiro, anônimo, a respeito de uma frustrada expedição em que se tentou redescobrir, em 1769, o antigo varadouro nas cabeceiras do rio Iguaçu.



Vue du port de Cuyaba. Não assinado, c. 1850. Uma visão panorâmica do porto de Cuiabá

ACERVO DO AUTOR



Nossa canoa descendo o rio Cuiabá. Não assinado, c. 1816

ACERVO HISTÓRICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, IMPRIMATARI

Em 1858, deixou Porto Feliz a última expedição, comandada pelo Capitão Luís Soares Viegas, com tropas e apetrechos militares

devagar e aos poucos aproximando-se do ouro que encontraria e do arraial que fundaria. Perambulava pela região da Vacaria, na tentativa de escravizar índios remanescentes das antigas Missões Jesuíticas dos Itatins. Depois, estabeleceu-se com um arraial fortificado nas margens do rio Mbotetueu, quase em sua foz no rio Paraguai; daí seguiu para o Arraial Velho, já no rio Cuiabá e, finalmente, chegou à confluência do córrego Coxipó para prear índios, por indicação de Antônio Pires de Campos. Descobriu ouro e formou o arraial de São Gonçalo Velho, o primeiro das minas do Cuyabá. Seguiram-se a este o arraial da Forquilha, no rio Coxipó por águas acima, e o arraial do Cuiabá, nas lavras do Sutil, às margens do córrego da Prainha.

Essas expedições vacarianas do século XVII, sem periodicidade determinada no fluxo favorável às navegações fluviais, não são monçoeiras. Estas só começaram após a fundação de Cuiabá. Nas primeiras décadas do século XVIII, a ligação de São Paulo com o arraial e as minas cuiabanas era feita somente pelo cami-

nho dos rios. De meados para fins desse século, com a abertura da estrada para Goiás e a descoberta e uso de nova rota de navegação para Mato Grosso, através dos rios Guaporé, Madeira e Amazonas até a vila de Belém do Grão-Pará, houve a decadência do caminho monçoeiro original. A causa derivou das dificuldades da navegação, em especial pelos desníveis nos rios Pardo e Tietê; só neste havia 55 cachoeiras e saltos a transpor.

Fim de um ciclo

No século XIX, esporadicamente as monções cuiabanas continuaram a frequentar o caminho tradicional, mas sempre num ritmo decrescente. Em 1858, deixou Porto Feliz a última monção, comandada pelo capitão Luís Soares Viegas, conduzindo tropas e apetrechos militares com destino a Mato Grosso. Assim, essa monção parece ter marcado o fim desse importante ciclo de penetração ao interior mato-grossense e sua secular sustentação comercial e militar. O ciclo monçoeiro cuiabano, portanto, se estendeu de 1720 até 1858 – um total de 138

anos – e ficou circunscrito ao movimento entre as vilas de Ararituaba e Cuiabá. O roteiro básico era uma extensa rede fluvial que incluía a descida do Tietê e do Grande (Paraná), a subida do Pardo até o ribeirão do Sanguessuga. Daí as expedições varavam por terra para a fazenda Camapuã, para retomar os remos no córrego Camapuã e a penetração pelos rios Coxim, Taquari, Paraguai, entrando pelo furo de Axianés até o Porrudos (São Lourenço). Na seqüência, subiam o Cuiabá, para chegar à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Embora houvesse cerca de uma dezena de variantes, esse era o Caminho Geral das monções, iniciado em 1725 após o descobrimento do varadouro de Camapuã pelos irmãos Leme. O cronista Joaquim da Costa Siqueira relata: "Principiou-se neste mesmo anno [1725] a navegar o rio Pardo acima até a Sanguisuga, varar canoas em Camapuan e descer com ellas Cochim abaixo, e de cá para lá fazendo-se o mesmo (...) depois que se deixou o caminho da Vaccaria (...)".

Não há, depois desse período, rela-

Expédition au Port De Cayaba; contre les indiens Tzucucurules

PLANTA DO RIO TIETÉ, ou ANEMBÝ, na
CAPITANÍA DE S. PAULO.

desde a Cidade de São Paulo até ao Rio Paraíba do Sul, e de lá até à sua confluência no Rio Paraíba do Norte.

96

Fundador e primeiro governador da Nova Inglaterra	Pais do qual a OLP foi expulsa, em 1970	Matéria-prima de ferramentas e armas rupestres	(?) momento: agora	Instrumento musical tocado por Nero	Único golpe permitido no pugilismo	Empurrar em inglês	Navio no qual trinta e cinco puritanos chegaram ao Novo Mundo, em 1620	Ambiente ao qual os dominicanos e franciscanos se integraram, enriquecendo a vida cultural na Europa medieval
				Informações do boletim escolar	Sessenta minutos (símbolo)			
					Mingau de milho verde moido			
					A + os	Brandos; afáveis		
Instituições que atuaram como refúgios da cultura, na Alta Idade Média		Cidade na qual surgiu a primeira comunidade cristã	Anton Tchekhov, teatrólogo russo	Organização fundada por Arafat em 1958, durante seu exílio no Kuwait			Iberê Camargo, pintor brasileiro	
			Disposto; desejoso			Drinque de vodca com laranja		
Daniel de Oliveira, ator de "Cazulza"	Local de nascimento de Yasser Arafat		A primeira hora					
Suas capitais são Teresina e Maceió		Irineu Marinho, jornalista brasileiro		Forma de venda do leite (símbolo)	Patriarca que escapou do Dilúvio	Ave extinta	155, em algarismos romanos	
		Realizada à força				Ocar; escavar		
								Hiato de "poeta"
Grito de dor		A Polônia, segundo o COI (abrev.)		Infusões usadas na medicina caseira		Direção oblíqua		
Marca das ordens religiosas mendicantes do século XIII	Raio (símbolo)	Classificação social da pedofilia		(?) Trotski, líder revolucionário russo	Era misturado ao vinho, na Roma Antiga		Pedaco de madeira usado como lenha	
	Tem por objetivo			Material da arte japonesa origami	Correia para guiar as cavalgadas			Assume expressão alegre
Patente de Arafat no exército egípcio, durante a Crise de Suez (1956)								
	Artigo definido no feminino plural		Especulador do câmbio paralelo	Haste do arado	Prazer intenso			
				Fato Gabus, ator de "Como Uma Onda"				
Substância usada nos ritos iniciáticos dos primeiros cristãos						Ana Hickmann, modelo brasileira		São Bernardo, na sigla ABCD
			Entidade que em 1973 reconheceu o direito da OLP de representar o novo palestino					

Solução do número anterior

**ÚLTIMA CHAMADA
PARA O HAWAII.**

**3 viagens com
acompanhante,
+120 prêmios incríveis.**

**CO
QUE
TEL** **Hawaii**

**Envie já
os seus cupons.**

**Nas
bancas!**

REGULAMENTO NO SITE www.coquetel.com.br

	D	B					S	
S	E	M	A	N	T	I	C	A
I	S	S	A	N	T	E	C	E
C	O	N	T	I	N	U	A	
M	A	S	C	E	N	T	E	
I	T	A	O	R	A	D	I	O
S	A	R	N	E		C	O	
E	M	R	A	H	C	R	O	
O	Z	O	N	E	R	A		
S	A	L	E		F	R	A	
S	A	O	P	A	U	L	O	
O	B	T	T	V	S	I	O	
B	A	C	T	E	R	I	O	
G	U	R	I	O	N		S	

MARCO ANTONIO VILLA É PROFESSOR DE HISTÓRIA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS



Centralismo ou federalismo: a dúvida permanece

A discussão sobre a melhor forma de governo para o país começou com a Independência, esteve presente em quatro assembleias constituintes e até hoje é motivo de debate

No primeiro quartel do século XIX, uma questão política dividiu os líderes independentistas brasileiros: a forma de organização do futuro Estado. Durante todo o período colonial, o centro da autoridade administrativa estava em Lisboa ou na capital colonial, Salvador, ou, depois de 1763, no Rio de Janeiro. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em janeiro de 1808, a importância do Rio de Janeiro cresceu ainda mais, agora pelo prestígio e pela autoridade da presença do príncipe regente D. João, que foi coroado rei em 1816, na mesma cidade.

Depois da Revolução do Porto (agosto de 1820) e do retorno de D. João a Portugal no ano seguinte, o tema da independência estava na ordem do dia. Não se sabia se o Brasil continuaria unido a Portugal em um regime de Monarquia Dual, com sede em Lisboa e Rio de Janeiro, ou se haveria uma ruptura formal, constituindo um Estado à parte. Era consenso que não seria mais possível manter nenhum resquício colonial, principalmente devido ao desenvolvimento das lutas independentistas em toda a América Latina, em especial no México, desde o início da rebelião liderada pelo padre Miguel Hidalgo; na Argentina, sob o comando de San Martín e na maior parte da América do Sul hispânica com a liderança de Simón Bolívar.

Em todas essas regiões, os independentistas estavam divididos. A maioria esmagadora defendia o regime republicano – o Brasil era uma exceção – mas tinha uma divergência: organizar um Estado federal ou um Estado centralizado. No centro da polêmica estavam os Estados Unidos da América, que, por meio da Constituição de 1787, consagraram o regime federalista, no qual o poder maior estava com os estados. Explicava-se tal organização tendo em vista o processo colonial: as 13 colônias tiveram relativa autonomia e não houve na América Inglesa nenhuma capital colonial, tal qual o Rio de Janeiro, no caso brasileiro, ou a Cidade do México, no caso do Vice-Reino do México, o que acabou por criar

uma forma de independência que particularizou as instituições dessas colônias.

Na América Latina, o federalismo acabou sendo um instrumento das elites provinciais para manter o poder local, garantindo privilégios de toda ordem. Onde foi adotado gerou um sem-número de rebeliões contra os governos centrais. O caso mais flagrante é o do México. Entre a Independência e a ascensão de Benito Juárez à presidência da República, o país passou por dezenas de guerras civis que acabaram, além da destruição material e física, levando ao enfraquecimento da autoridade central.

No Brasil, o federalismo esteve presente nas lutas da Independência, especialmente em Pernambuco. Lá, em 1817 e 1824, os federalistas chegaram até a rebelião armada contra as imposições arbitrárias vindas do poder central, no Rio de Janeiro. Diferentemente da América espanhola, os federalistas pernambucanos apontavam a necessidade imperiosa da adoção do federalismo como caminho para a organização democrática do Estado brasileiro.

Os rebeldes pernambucanos foram derrotados. Porém, a ideia federalista esteve presente nos principais momentos políticos do Brasil, como nas quatro assembleias constituintes da República (1891, 1934, 1946 e 1987-1988). E até hoje essa questão volta e meia retorna ao centro do debate político. Qual é a melhor forma de governo?



DO PASSADO AO PRESENTE, UMA DISPUTA CHEIA DE MORTE, FANATISMO E INTRIGA.

Um incêndio na catedral de Turim, onde se venera o Santo Sudário, e a morte de um homem que tivera a língua cortada, dá início a uma trama envolvente e repleta de mistérios. Cavaleiros Templários, cardeais e homens de negócios dos dias de hoje preenchem esse suspense, à altura dos melhores do gênero. Em *A irmandade do Santo Sudário*, Julia Navarro constrói uma narrativa surpreendente, reacendendo os debates em torno da autenticidade da mais importante relíquia da cristandade.

MAIS DE 400.000 EXEMPLARES VENDIDOS NA ESPANHA